



VIII GOVERNO CONSTITUCIONAL



ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2023

INVESTIMENTO PRODUTIVO E CRESCIMENTO
INCLUSIVO PARA AS GERAÇÕES FUTURAS



RELATÓRIO

VERSÃO APROVADA

Índice

Discurso do Primeiro-Ministro.....	7
Sumário executivo	25
1. Estratégia Orçamental e Finanças Públicas.....	28
Um novo enquadramento orçamental e de gestão das finanças públicas.....	28
Estratégia Orçamental	29
Panorama Macroeconómico	31
2. Política Orçamental	36
Prioridades e Medidas do Governo para 2023	36
Figura 6 Despesa pública na economia real e infraestruturas produtivas	38
Figura 7: Programas emblemáticos para promover o crescimento equitativo e inclusivo em 2023	39
Transparência e Responsabilidade Orçamental	48
3. Receita e Financiamento.....	59
Receita	60
Financiamento.....	63
Análise de Sustentabilidade Orçamental	72
Declaração de Riscos Orçamentais e Passivos Contingentes.....	77
Anexo Metodológico.....	82

Elementos do Relatório Orçamental por entidade responsável

Elementos	Entidade
Estratégia orçamental	GMF
Projeções dos principais indicadores macroeconómicos com influência no OGE e sua evolução	DGPO/DGE
Evolução da situação financeira do Setor Público Administrativo dos subsetores que o compõem	DGT
Desempenho da execução orçamental do exercício orçamental anterior	DGT
Evolução e sustentabilidade do Fundo Petrolífero	DGGRE
Evolução e sustentabilidade da dívida pública	GPRCGFP
Situação das operações de tesouraria e contas do Tesouro	DGT
Previsão da receita tributária e da receita tributária cessante	AA/AT
Linhas gerais de política e programas orçamentais	DGPO
Medidas de racionalização da gestão orçamental	DGPO
Medidas de política orçamental temporárias e permanentes	DGPO
Análise de riscos orçamentais	DGPO
Informação sobre passivos contingentes do Setor Público Administrativo	DGPO
Despesas anuais e plurianuais com parcerias público-privadas e respetiva situação de endividamento global	DGGRE
Informações sobre pagamentos em atraso do Setor Público Administrativo	DGPO/DGT
Comparação entre as previsões macroeconómicas e orçamentais utilizadas e as previsões feitas por organismos internacionais de referência	DGPO
Comparação entre as previsões macroeconómicas e orçamentais utilizadas na lei do OGE para o exercício orçamental anterior e a evolução real observada	DGPO

Lista de Tabelas e Figuras

Tabela 1: Receitas e Despesas do Orçamento Geral do Estado para 2023	25
Tabela 2: Indicadores Panorama geral macroeconómico	25
Tabela 3: Indicadores Económicos, 2020-2027, %	31
Tabela 4: Contas Nacionais 2016-2021 \$m	31
Tabela 5: Indicadores de crescimento, 2020-2023, %	32
Tabela 6: Taxas de inflação globais e regionais (%)	33
Tabela 7: Distribuição do OGE por Classificação Funcional para Proteção Social, US\$	48
Tabela 8: Distribuição do Orçamento Geral do Estado para 2023 por Marcador de Género, em US\$	49
Tabela 9: Distribuição do Orçamento Geral do Estado para 2023 por Marcador da Criança, em US\$	50
Tabela 10: Distribuição do Orçamento Geral do Estado para 2023 por Marcador Nutricional, em US\$	51
Tabela 11: Distribuição do Orçamento Geral do Estado para 2023 por Marcador Nutricional, em US\$	52
Tabela 12: Distribuição do Orçamento Geral do Estado para 2023 por Marcador da Cadeia de Valor, em US\$	54
Tabela 13: Proposta de Alocação para Autoridades Municipais, \$	55
Tabela 14: Saldos Orçamentais em US\$	60
Tabela 15: Fonte de Financiamento, 2023-2027, US\$ milhões.....	63
Tabela 16: Estimativas para o Fundo Petrolífero (\$m)	63
Tabela 17: Saldo de caixa do Governo Central e RAEOA no final de 2021 em US\$'000.....	66
Tabela 18: Saldo de caixa da AC e RAEOA em agosto de 2022 em US\$ '000	66
Tabela 19: Valor da Dívida Pública em agosto de 2022 em \$ milhões	67
Tabela 20: , % de custo de empréstimo	68
Tabela 21: Apoio Orçamental Direto em 2023 em \$milhões	70
Tabela 22: Programas governamentais apoiados por apoio adicional da Austrália	70
Tabela 23: Dez projetos com os maiores desembolsos não relacionados com empréstimos em 2023 em US\$ milhões	71
Tabela 24: Variações nas Contas Nacionais históricas /preliminares/valores previstos em %	83
Tabela 25: Previsões de crescimento do PIB de diferentes instituições em %	85
Figura 1: Taxa de crescimento real do PIB não petrolífero (RHS, %) e níveis (LHS, \$m)	32
Figura 2: Mudanças Recentes no Índice de Preços no Consumidor Timor-Leste Dez 2020-Ago 2022 (%)	34
Figura 3: Taxas de Juros Comerciais e Crédito.....	35
Figura 4: Emprego 2010-2021, milhares de pessoas	35
Figura 5: Distribuições do OGE no sector do capital social por função de classe ...	37
Figura 6: Despesa pública na economia real e infraestruturas produtivas	38
Figura 7: Programas emblemáticos para promover o crescimento equitativo e inclusivo em 2023	39
Figura 8: Distribuições do OGE por áreas estratégicas do GOP	41
Figura 9: Comparação de Despesas de 2021, GSB de 2022 retificado e GSB de 2023 proposto pelo PED	54
Figura 10 : Comparação do OGE 2021, OGE 2022 e proposta de OGE 2023 por classificação funcional.....	55

Figura 11: Previsões de receita doméstica, US\$ milhões	61
Figura 12: Desembolsos não-empréstimos de parceiros de desenvolvimento 2018-2025 em milhões de dólares	70
Figura 13: % de desembolsos não financeiros planejados por grupo de doadores* em 2023.....	71
Figura 14: Saldo Estimado do Fundo Petrolífero sob a Tendência Atual, US\$ milhões	73
Figura 15: Saldo estimado de petróleo com cortes moderados de gastos, US\$ milhões	75
Figura 16: Saldo petrolífero estimado com cortes moderados de gastos e a introdução de IVA e IPTU, US\$ milhões	76

Abreviaturas

Banco Asiático de Desenvolvimento	ADB
Agências Autónomas	AA
Serviço Autónomo de Medicamentos e Equipamentos de Saúde	SAMES
Capital de Desenvolvimento	CD
Classificação das Funções do Governo	COFOG
Conselho de Administração do Fundo de Infraestrutura	CAFI
Fundo Consolidado de Timor-Leste	FCTL
Índice de Preços ao Consumidor	IPC
<i>Dalan Ba Futuru</i> (Timor-Leste)	DBF(TL)
República Democrática de Timor-Leste	RDTL
Parceiro de Desenvolvimento	PD
Apoio orçamental direto	DBS
Polícia Nacional de Timor-Leste	PNTL
União Europeia	UE
FALINTIL - Forças de Defesa de Timor-Leste	F-FDTL
Sistema de Informação de Gestão Financeira	SIGF
Orçamento Geral do Estado	OGE
Governo de Timor-Leste	GoTL / GovTL
Produto Interno Bruto	PIB
Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano	FDCH
Fundo de Infraestrutura	SE/FI
Unidade de Sistema Integrado de Informação de Gestão Financeira	IFMISU
Programa Integrado de Desenvolvimento Municipal	PDIM
Agência Internacional de Desenvolvimento	IDA
Ministérios	LM
Ministério da Agricultura e Pescas	MAP
Ministro da defesa	MD
Capital Menor	CM
Ministério da Educação, Juventude e Desporto	MEJD
Ministério das Finanças	MF
Ministério da Saúde	MS
Ministério do Interior	MI
Ministério dos Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional	MACLAN
Ministério do Plano e do Ordenamento	MPO
Ministério das Obras Públicas	MOP
Ministério da Solidariedade Social e Inclusão	MSSI
Ministério do Turismo, Comércio e Indústria	MTCI
Ministério dos Transportes e Comunicações	MTC
Agência Nacional de Comunicação	ANC
Agência Nacional de Desenvolvimento	ADN
Direção Nacional do Orçamento	DNO
Agência Nacional de Inteligência	SNI
Polícia Nacional de Timor-Leste	PNTL
Taxa de câmbio efetiva nominal	NEER
Organização dos Países Exportadores de Petróleo	OPEP
Fundo Petrolífero	FP

Agência Nacional de Planejamento, Monitoramento e Avaliação	ANAPMA
Gestão Financeira Pública	GFP
Unidade de Parcerias Público Privadas	PPPU
Transferências públicas	TP
Trimestre 1	Q1
Trimestre 2	Q2
Taxa de câmbio efetiva real	REER
Salários e Vencimentos	SV
Secretaria de Estado da Arte e Cultura	SEAC
Secretaria de Estado do Ambiente	SEA
Secretaria de Estado da Juventude e Desporto	SEJD
Fundo de Reserva da Segurança Social	FRSS
Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno	RAEOA
Plano Estratégico de Desenvolvimento	PED
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Banco Mundial	BM

Discurso do Primeiro-Ministro



PRIMEIRO
MINISTRO

**DISCURSO
DO PRIMEIRO-MINISTRO DE TIMOR-LESTE
TAUR MATAN RUAK**

por ocasião do Debate do
Orçamento Geral do Estado para 2023

Parlamento Nacional, Díli, 7 de novembro de 2022

Sua Excelência,

Senhor Presidente do Parlamento Nacional.

Suas Excelências,

Vice-Presidentes, Secretária e Vice-Secretários do Parlamento Nacional

Suas Excelências,

Senhoras e Senhores Deputados

Caros Colegas Membros do Governo,

Senhoras e Senhores,

Distintos Convidados

É com particular honra que me dirijo uma vez mais a esta Magna Casa, destafeita, para apresentar o balanço da atividade do Governo ao longo do corrente ano e as suas prioridades políticas, económicas e sociais para 2023.

Ao longo deste ano, celebramos acontecimentos marcantes da nossa História. Comemoramos com orgulho os 20 anos de independência da nossa jovem nação, num momento em que mais do que nunca nos é exigido a todos que trabalhem coletiva e solidariamente, na construção de uma sociedade melhor e mais resiliente.

Orgulhamo-nos da admirável resiliência do nosso povo, perante os duros desafios e adversidades que fustigaram o nosso país nos anos mais recentes.

A paz, a estabilidade, a reconciliação nacional, a democracia multipartidária e a boa governação, são hoje uma realidade incontornável em Timor-Leste.

O nosso país, medido pelo Índice da Democracia 2021, é considerado a 7.^a democracia mais forte da Ásia e da Australásia e a 43.^a (quadragésima terceira) a nível mundial, o que muito nos enaltece.

Mas Timor-Leste ostenta também, orgulhoso, a terceira posição no *ranking* da Liberdade de Imprensa, no conjunto dos países de língua portuguesa, ao posicionar-se globalmente em 71.^a (setuagésima primeira) posição no conjunto de 130 países medidos pelo Índice Mundial de Liberdade de Imprensa em 2021.

No mesmo ano de 2021 Timor-Leste ocupava a 140.^a (centésima quadragésima) posição, com um valor de 0.607 (zero ponto, seiscentos e sete) no **Índice de Desenvolvimento Humano** numa escala total de 195 países, colocando-nos no grupo de países de Desenvolvimento Médio.

Isto revela um enorme progresso realizado pelo país em prol do bem-estar do seu povo, com ganhos significativos nas dimensões do desenvolvimento humano, nomeadamente: uma longa esperança de vida saudável, acompanhada de níveis de conhecimento e de vida apropriados, os quais foram reforçados como objetivos estratégicos na proposta de Orçamento Geral do Estado para o ano de 2023.

Com a aprovação da proposta orçamental que se apresenta ao Parlamento Nacional para o ano 2023, o Governo contará com os meios necessários para superar no próximo ano as dificuldades agravadas por uma conjuntura internacional que se perspetiva menos positiva.

A situação pandémica mundial, a crise climática, as catástrofes naturais e mais recentemente a ameaça à paz e os preocupantes estrangimentos à cadeia de distribuição, são um pesado fardo que nos afeta a todos nós.

Perante uma conjuntura global política, económica e social menos favorável, o Governo terá em 2023 um papel essencial na construção de uma sociedade pacífica e moderna, na

mitigação das desigualdades sociais e na redistribuição da riqueza, no desenvolvimento de um ambiente económico propício à atração do investimento e à diversificação económica, norteando-se invariavelmente pelo princípio de “nunca deixar ninguém para trás”.

Um programa que coloca as pessoas no centro da atividade governativa!

Por outro lado, também foram obtidos ótimos resultados na **boa governação política**, mediante a concessão de direitos políticos amplos ao nosso povo, tornando Timor-Leste um modelo de referência democrática e de defesa dos valores dos direitos humanos.

Uma boa posição igualmente obtida no índice da **transparência orçamental**, através do nosso sistema de monitorização das despesas conhecido como *Freebalance*, o qual permitiu uma subida a partir de 34% (trinta e quatro por cento) registados em 2010, para 41% (quarenta e um por cento) em 2015 atingindo em 2021 o meritório valor de 52% (cinquenta e dois por cento).

Contudo, não foi possível colocar a mesma atenção e alocar recursos suficientes para obter resultados semelhantes a nível dos direitos económicos e sociais do nosso povo.

O Índice da **pobreza multidimensional** ronda os 48,3% (quarenta e oito, vírgula três por cento), enquanto a intensidade de privação atinge 45,9% (quarenta e cinco, vírgula nove por cento). Por outro lado, registamos um valor de 0.917 (zero ponto, novecentos e dezasete) no **índice de Desenvolvimento de Género**, o que nos posiciona no grupo de países mais próximos da paridade de género.

Assim que transferirmos o nosso foco para estas áreas, estou convencido que poderemos melhorar o nosso desempenho no combate à pobreza, à má- nutrição e à insegurança alimentar, que afeta ainda quase a metade da nossa população.

Nos últimos anos temos experimentado tempos muito exigentes que, se por um lado evidenciaram as nossas fraquezas, por outro lado confirmaram também a determinação deste Governo em prosseguir a implementação do seu Programa até à conclusão do seu mandato de cinco anos, em 2023.

E é com o objetivo de poder dar continuidade à implementação do seu Programa, que o Governo vem apresentar ao Parlamento Nacional um ambicioso plano para o próximo ano, que concretiza e operacionaliza as prioridades nacionais, estratégias e medidas aprovadas pela lei das Grandes Opções do Plano, a serem financiadas pelas dotações do Orçamento Geral do Estado.

Com efeito, a lei das Grandes Opções do Plano aprovada por esta Magna Casa em maio deste ano, já identificou a estratégia orçamental e as principais opções de planeamento com impacto no Orçamento Geral do Estado do próximo ano fiscal e nos quatro anos subsequentes, aprovando igualmente a programação orçamental plurianual do Estado para cinco anos, tendo como referência um determinado cenário macroeconómico.

Contudo, o conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia que se prolonga desde finais de fevereiro deste ano, veio, entretanto, introduzir maior incerteza adicional à cadeia internacional de fornecimento de bens e serviços.

Esta será muito provavelmente a última proposta orçamental a ser apresentada pelo Governo ao Parlamento Nacional até às próximas eleições legislativas. Pretendemos por isso dotar o país dos meios necessários para poder atingir as metas que assumiu para a segunda fase do Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional (PEDN 2016-2020) e no Roteiro para a Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ambos os documentos recomendando “o desenvolvimento das infraestruturas, dos recursos humanos e da diversificação da economia não-petrolífera”.

A proposta de lei de Orçamento Geral do Estado para 2023 apresentada ao Parlamento

Nacional para consideração e aprovação, ao abrigo do disposto nos artigos 97.º (Nonagésimo sétimo) e 115.º (centésimo décimo quinto) da Constituição, tem como lema "**Investimento Produtivo e Crescimento Inclusivo para as gerações futuras**", uma frase que de forma simples mas clara, sinaliza o caminho a ser percorrido pelo Governo para criar um ambiente propício ao desenvolvimento integrado, estimular o investimento privado, impulsionando o nosso jovem tecido empresarial, e promover a necessária diversificação da economia, de forma abrangente e inclusiva, sem deixar ninguém para trás.

Procuramos prioritariamente responder a dois desafios que Timor-Leste continua a ter pela frente: o combate à pobreza e à subnutrição infantil e a melhoria da segurança alimentar, para poder ultrapassar o subdesenvolvimento infantil, aumentar a qualidade nutritiva dos alimentos consumidos e potenciar o desenvolvimento de uma sociedade saudável e ativa, com crianças bem alimentadas, famílias prósperas e populações fortes, em que a divulgação de boas práticas sobre nutrição e segurança alimentar se encontra acessível a toda a população.

O novo marcador de orçamento nutricional agora introduzido pelo Governo, possibilitará já a partir de 2023 monitorizar, avaliar e responsabilizar as entidades públicas que intervêm na área transversal da nutrição e da segurança alimentar.

Numa fase inicial, o marcador será aplicado a oito entidades governamentais, facilitando identificação das verbas alocadas pelo OGE a cada atividade especificamente relacionada com a nutrição ou sensível à mesma, bem como a intervenções destinadas a melhorar a agricultura e a segurança alimentar, o desenvolvimento e a educação na primeira infância, o saneamento e melhoria da qualidade da água, entre outros.

Para o próximo ano, o Governo destina no OGE uma dotação de US\$80,5 milhões (oitenta vírgula cinco milhões de dólares) para atividades, direta ou indiretamente relacionadas com a nutrição e com a segurança alimentar.

O próximo ano deverá tornar-se num novo marco histórico para Timor-Leste, com a concretização da aguardada adesão do nosso país ao espaço político e económico regional mais amplo da Associação dos Países do Sudeste Asiático (ASEAN), em resultado dos progressos significativos alcançados pelo nosso país relativamente aos pilares da segurança política, sociocultural e económica. A nossa adesão à ASEAN é um imperativo estratégico de especial importância para a estabilidade e prosperidade de Timor-Leste e da própria Região. Aguarda-se igualmente com expectativa, para o próximo ano, a adesão do nosso país à Organização Mundial do Comércio (OMC), um outro importante passo para a integração económica, regional e global da nossa amada nação.

Permitam-me que me centre seguidamente nos principais indicadores macroeconómicos reajustados após a aprovação das Grandes Opções do Plano para 2023 e nos resultados alcançados pelo Governo no corrente ano, antes de me debruçar sobre as principais linhas orientadoras da proposta orçamental para 2023, seu conteúdo programático e estrutura financeira.

Minhas Senhoras,

Meus Senhores

É uma constatação que a instabilidade da situação política e a volatilidade económica internacional têm colocado Timor-Leste sob pressão. A guerra na Ucrânia e a pandemia são os fatores que atualmente mais contribuem para a "estagnação" do crescimento em 2022 e o expressivo aumento da inflação doméstica. Ainda assim, com base nos dados atualmente disponíveis projeta-se para a economia nacional o regresso a taxas de crescimento positivas até final do ano, e a sua estabilidade a médio prazo.

Após ostentar um crescimento médio de 3% ao ano, entre os anos 2001 e 2021, as previsões apontam para que o Produto Interno Bruto não petrolífero (PIB) venha a atingir 3,5% em 2023 e que a inflação doméstica, aferida com base no Índice de Preços no Consumidor (IPC), se viesse a fixar em 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) no próximo ano, depois do pico máximo de 7,2% (sete vírgula dois por cento) calculado para o final de 2022, em resultado do aumento dos preços mundiais do petróleo e dos alimentos. Atendendo à grande proporção de alimentos importados por Timor-Leste, o aumento dos preços internacionais dos alimentos poderá contribuir para um crescimento da inflação superior ao inicialmente previsto.

No primeiro trimestre de 2022 o preço internacional do arroz aumentou 6% quando comparado com o trimestre homólogo, impactando negativamente no consumo das famílias, com especial incidência nos agregados familiares mais carenciados, onde os alimentos básicos constituem a maior parte de seus gastos, ao mesmo tempo que os preços internacionais do petróleo subiram 54% em resultado do conflito na Ucrânia, até se fixarem em US\$116,8 (cento e dezasseis vírgula oito dólares) por barril, em junho de 2022.

Relativamente às previsões de crescimento para o próximo ano, tiveram, entretanto, que ser também atualizadas em relação às projeções apresentadas pelo Governo em maio deste ano no âmbito da proposta de leidas Grandes Opções do Plano, passando agora a refletir indicadores macroeconómicos mais positivos para o próximo ano, impulsionados pela exploração operacional do Porto de Tibar. O PIB não petrolífero foi revisto em alta, atualizando-se a anterior projeção de 3,1% para 3,5%, enquanto a previsão da inflação doméstica para o próximo ano foi ajustada de 5,3% para 5,5%.

A médio prazo as projeções apontam para um crescimento positivo consistente, assumindo-se um aumento de entradas no país, com a retoma dos voos comerciais, um forte crescimento dos serviços públicos e um razoável crescimento do setor privado incentivado pela estabilidade política.

Ao longo da última década, uma parte expressiva da despesa pública foi financiada pelo Fundo Petrolífero, representando as receitas petrolíferas ainda 78% das receitas totais do OGE no ano 2021, uma dependência que relaciona diretamente a sustentabilidade orçamental à vida útil do Fundo.

A análise da sustentabilidade fiscal recomenda que sejam colocadas em marcha, desde já, as necessárias reformas fiscais, explorados novos instrumentos fiscais e não fiscais a introduzir no país, entre eles o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e exploradas fontes energéticas alternativas, fósseis e renováveis.

Espera-se igualmente que a recente estratégia de criação de uma carteira deliquidez de baixo risco possa lidar eficazmente com a atual volatilidade do mercado e minimizar o risco associado aos investimentos do Fundo Petrolífero.

O Rendimento Sustentável Estimado (RSE) para o ano 2023 foi calculado em US\$490,2 milhões (quatrocentos e noventa vírgula dois milhões de dólares) e a contribuição total do Fundo Petrolífero para o financiamento do OGE de 2023 foi calculada em US\$1.346 milhões (mil trezentos e quarenta e seis milhões de dólares).

As projeções governamentais apontam para uma melhoria moderada na cobrança de receitas domésticas não petrolíferas já no próximo ano, estimando-se que consigam atingir US\$174,9 milhões (cento e setenta e quatro vírgula nove milhões de dólares) e que mantenham uma trajetória decrescimento positivo até ao ano 2027, recuperando lentamente do abrandamento económico provocado pela pandemia da COVID-19 e pelo prolongado período de *lock down*.

O crescimento das receitas domésticas em 2023 está também diretamente relacionado

com o aumento da carga fiscal a aplicar aos direitos aduaneiros de importação e com a introdução de novas taxas de imposto especial de consumo.

Minhas Senhoras,

Meus Senhores

Com o ano prestes a terminar, aproveito a oportunidade para fazer referência à produção legislativa de 2022 e visitar as mais recentes reformas observadas nos setores social, económico e institucional, muitas delas conseguidas com o apoio do Parlamento Nacional. De entre os diplomas aprovados em 2022, destaco os mais representativos:

Ao nível da **Reforma da Gestão das Finanças Públicas**, foi aprovada pelo Parlamento uma nova lei do Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e da gestão financeira pública e a primeira lei das Grandes Opções do Plano do país, tendo o Governo aprovado o Regime Jurídico do Aprovisionamento, dos Contratos Públicos e das Respetivas Infrações, os Programas e os Classificadores Orçamentais;

Na área da **Justiça** foram aprovados entre outros diplomas cruciais, os Estatutos dos Magistrados dos Judiciais e do Ministério Público e a Lei de Organização da Investigação Criminal;

No domínio da **Economia**, foi aprovado pelo Governo o Regime Jurídico das Associações Públicas Profissionais e a concessão de um conjunto substancial de apoios extraordinários ao emprego e às empresas, foi criada e mais tarde atualizada a Linha de crédito "*Fasilidade Garantia Crédito Suave*", bem como, medidas de reforço da distribuição de Cesta Básica às famílias mais necessitadas e medidas de apoio aos operadores económicos locais.

Estabeleceu-se ainda, um regime especial de aprovisionamento no âmbito do Plano de Recuperação Económica, foram aprovados apoios financeiros destinados aos operadores de transportes terrestres públicos, de transportes aéreos e marítimos nacionais e para a aquisição de combustível destinado a atividades agrícolas e piscatórias, tendo ainda aprovado o regime jurídico dos parques industriais e estabelecida a Comissão Interministerial para a Coordenação da Cadeia de Valor e Estímulo à Produção Local.

Na área da **Saúde**, entendi destacar, pela importância que tem para a melhoria da equidade e qualidade no acesso à saúde familiar e pelo respeito que atribui aos valores da vida humana dos cidadãos timorenses, a aprovação da Política Nacional de Planeamento Familiar;

Na área da **Educação**, sublinho a aprovação dos regimes jurídicos dos estabelecimentos de ensino superior, do currículo padrão nacional do ensino superior, a aprovação de apoios aos estabelecimentos de ensino superior privado para acesso à internet, medidas de apoio aos estabelecimentos de educação pré-escolar, ensino básico, secundário público e particular, para acesso à internet, a atribuição de uma bolsa destinada aos melhores alunos, a implementação do projeto piloto "*Eskola iha Uma*" ou "*Homeschooling*" e a aprovação da Política Nacional de Ensino Superior;

No que respeita ao **reforço do Poder Local e da coesão territorial**, o grande destaque vai para a criação da Administração Municipal de Ataúro, a nomeação do primeiro Administrador Municipal de Ataúro, e ainda a criação do Fundo Especial de Desenvolvimento de Ataúro;

No âmbito do **Planeamento e Ordenamento do Território** destaco a aprovação do regime jurídico da edificação e urbanização e do Código do Registo Predial;

Em matéria Ambiental, entendi ser importante destacar a aprovação da Política Nacional de Alterações Climáticas e a criação de um número único nacional de emergência 112, a aprovação do estabelecimento de uma rede de Centros de Acolhimento Multifunção (CAMF), a criação de um mecanismo de apoio financeiro aos municípios e à Região Administrativa Especial de Oecusse-Ambeno para o mesmo fim, e o estabelecimento da Autoridade Nacional de Licenciamento Ambiental, I.P. e da Autoridade Nacional Designada para o Combate às Alterações Climáticas, I. P.;

No domínio da **Inclusão Social** realço o novo Programa *Uma ba Ema Kbiit Laek Plus*, a aprovação de um subsídio de fim de ano a atribuir aos *uma kain*, a aprovação do Plano de Ação Nacional para as Pessoas com Deficiência 2021-2030, a fixação de valores mínimos das pensões de invalidez e de velhice, no âmbito dos regimes contributivo e não contributivo de segurança social e, ainda, a aprovação do quadro normativo disciplinador do Programa Merenda Escolar;

No domínio da **Agricultura e Pescas**, o principal destaque vai para a criação de um programa de apoio à plantação de "Ai Parapa" e de um programa de estímulo à renovação e expansão das áreas de plantação de café, o estabelecimento no âmbito da contratação pública, da obrigatoriedade da aquisição de 75% dos géneros alimentares produzidos em território nacional, e a aprovação de um quadro legal complementar ao regime jurídico geral da legislação sobre Cooperativas.

Considero também relevante a aprovação da **Informação Cadastral Predial**, que estabelece o regime geral da execução, conservação, atualização e acesso à informação cadastral predial, em todo o território nacional e a criação e regulamentação do Fundo dos Combatentes de Libertação Nacional.

Paralelamente, o nosso trabalho de reforma na **área de planeamento, monitorização e avaliação** continua. Este ano concluímos a segunda Avaliação sobre a Implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) abrangendo as Fases 1 e 2, tendo para o efeito sido realizadas amplas consultas em todo o país para a sua atualização; realizámos igualmente um seminário nacional sobre o futuro Quadro Nacional de Planeamento Integrado a Médio Prazo e submetemos igualmente ao Parlamento Nacional a proposta de Lei das Finanças Municipais, para apreciação.

O nosso trabalho nestas áreas terá continuidade no próximo ano, com a conclusão da Segunda Revisão Nacional Voluntária da Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (RNV), o desenvolvimento do Quadro de Despesas de Médio Prazo, a aprovação da nova lei sobre Planeamento, Monitorização e Avaliação, entre muitos outros. Todo esse trabalho contribuirá para estabelecer as bases necessárias para que o Governo articule os seus objetivos, calcular o custo a eles associados e, mais importante, monitorizar e informar aos cidadãos sobre os resultados atingidos.

Para além da importante produção de legislativa de 2022, entendo dever dar conta da execução orçamental do Setor Público Administrativo atingida até final do 3.º trimestre de 2022, tendo por referência a informação registada no sistema informático de gestão financeira do Governo (GRP).

Com a aprovação do OGE Retificativo em 18 de maio deste ano, o teto global da despesa do Setor Público Administrativo (não consolidada) aumentou no corrente ano para US\$3.419 milhões (três mil quatrocentos e dezanove milhões de dólares), tendo a previsão de receita total (não consolidada) sido também ajustada para US\$3.420 milhões (três mil quatrocentos e vinte milhões de dólares). A mesma lei autorizou o Governo a transferir do Fundo Petrolífero para o OGE até um máximo de

US\$2.553 milhões (dois milquinhentos e cinquenta e três milhões de dólares).

O Orçamento Retificativo procedeu igualmente à criação do Fundo dos Combatentes da Libertação Nacional, um fundo destinado a financiar programas de apoio aos Combatentes da Libertação Nacional, com uma dotação inicial de US\$1.000 milhões (mil milhões de dólares).

Excluindo o subsetor da Segurança Social, as despesas efetuadas pelo Setor Público Administrativo refletiam, até ao final do 3.º trimestre deste ano, pagamentos de US\$1.082 milhões (mil e oitenta e dois milhões de dólares), correspondentes a uma execução de 33,6%.

Excluindo dos cálculos o recém-criado Fundo dos Combatentes da Libertação Nacional (FCLN), a execução acumulada até 30 de setembro eleva-se a 50%, sendo expectável que no último trimestre do ano a execução orçamental aumente substancialmente.

Minhas

Senhoras, Meus

Senhores

O Orçamento Geral do Estado para 2023 (OGE 2023) apresenta um conjunto substancial de alterações metodológicas relativamente ao OGE de 2022, que o pretendem aproximar das melhores práticas orçamentais internacionais, destacando-se a melhoria da sua qualidade conceptual, da apresentação da informação e o aumento da transparência.

Como sabem, as despesas do Orçamento Geral do Estado passaram a ser apresentadas por programas a partir do OGE de 2017, estendendo-se presentemente a todo o universo de serviços e entidades da Administração Central, da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (RAEOA) e da Segurança Social.

Adicionalmente, para além das habituais classificações orgânica e económica, no próximo ano o Orçamento do Estado passará também a apresentar as dotações orçamentais por funções, dando assim cumprimento às disposições da nova Lei de Enquadramento Orçamental.

A nova forma de apresentação fornece maior quantidade de informação ao Parlamento, nomeadamente sobre os objetivos a atingir para o próximo ano (programas), sobre a entidade geradora da despesa (classificação orgânica) e sobre a tipologia da receita (classificação económica).

Um outro importante documento que acompanha pela primeira vez a proposta orçamental de 2022 enviada ao Parlamento Nacional, é o Orçamento do Cidadão ou Orçamento da Cidadania, que, não se tratando de um documento novo, foi adaptado para fornecer uma apresentação mais sintética e acessível ao cidadão comum, com o objetivo de fornecer informação orçamental de relativa complexidade, num formato visualmente mais estruturado, intuitivo e amigável ao seu utilizador, visando incentivar a participação dos cidadãos no processo orçamental ao aumentar a ainda mais a transparência do processo e, também por essa via, contribuir para a democratização do planeamento e da gestão das finanças públicas em Timor-Leste.

Os três objetivos estratégicos assumidos pelo VIII Governo Constitucional no início seu mandato, mantêm-se atuais e continuam a orientar as suas propostas orçamentais. São eles: "Que todos os cidadãos tenham a oportunidade de ter uma vida saudável, segura e longa", "Que todos os cidadãos tenham a oportunidade de aceder ao conhecimento, à tecnologia e inovação" e que "Todos os cidadãos tenham acesso a recursos suficientes que lhe assegurem uma vida condigna".

O VIII Governo continua empenhado em colocar as pessoas em primeiro lugar, com o intuito de proporcionar um futuro mais promissor às gerações vindouras e, porque o Governo tem consciência de que os recursos públicos são escassos, estabeleceu três prioridades para 2023, que deverão nortear a atuação do Governo ao longo dos próximos anos, visando o aumento do espaço fiscal, a redução da dependência orçamental do Fundo Petrolífero e o aumento da eficiência e eficácia e racionalidade da orçamentação e da execução orçamental.

Está na hora de encontrarmos novas formas de financiar os serviços públicos, diversificarmos a nossa economia e assegurarmos o crescimento do emprego, aumentando por essa via as nossas receitas governamentais.

Em conformidade, as prioridades de financiamento do OGE para o próximo ano e para os anos subsequentes, irão centrar-se cada vez mais na mobilização de receitas domésticas e na introdução de novas iniciativas fiscais, na utilização de fontes alternativas de financiamento do Estado, que podem passar já no curto prazo por empréstimos comerciais e a emissão de obrigações do Tesouro, na priorização da qualidade da despesa, em vez da quantidade da despesa, no abandono progressivo do orçamento tradicional assente numa lógica de *inputs* e no aperfeiçoamento da estrutura orçamental por programas, recorrendo a uma abordagem integrada, abrangendo o curto, o médio prazo e o longo prazo, e permitindo fornecer dados concretos, em tempo útil, sobre o impacto real da despesa pública na qualidade de vida da população e no ambiente de negócio das empresas, para além do mero apuramento de despesas.

Porque o OGE de 2023 é o primeiro a ser preparado com base na nova lei de enquadramento orçamental (LEO), aproveitamos a oportunidade para sintetizar algumas das outras mudanças relevantes introduzidas doravante no processo orçamental e na estrutura da proposta de lei:

- O novo calendário orçamental antecipou a apresentação da proposta de lei ao Parlamento Nacional do dia 15 para o dia 1 de outubro, para que o OGE possa de facto aplicar-se logo a partir do dia 1 de janeiro do ano seguinte, em vez de se continuar a perpetuar como até agora, o recurso ao regime duodecimal.
- A lei das Grandes Opções do Plano, integrada no regime jurídico nacional pela nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO) e aprovada pela primeira vez pelo Parlamento Nacional em maio deste ano, fixou antecipadamente, com caráter vinculativo, o teto orçamental geral de receita e de despesa do Setor Público Administrativo e dos três subsectores que o integram, tendo igualmente identificado os resultados nacionais a serem atingidos e as medidas estratégicas a implementar no ano seguinte, o que a proposta de lei do OGE para 2023 respeita na íntegra;
- Seguindo as diretrizes da nova LEO, a apresentação da própria proposta de lei de OGE também sofreu alterações, tendo as tabelas orçamentais de despesas do Anexo à proposta de lei de OGE passado a ser apresentadas por títulos, por categorias e por funções, contribuindo a nova forma de apresentação para aumentar a comparabilidade do OGE nacional com o de outros países;
- Entre as várias alterações introduzidas ao orçamento, destaca-se também a adoção de um novo classificador orçamental de receitas e despesas do Estado, que passou a prever 19 categorias económicas de despesa em substituição das anteriores 5, e 17 categorias de receita, bem como novas rubricas.

Para além das alterações introduzidas às tabelas, também o articulado da lei OGE foi substancialmente reduzido, em virtude de as definições dos regimes financeiros, das classificações de receita e despesa e da estrutura do orçamento por programas, terem passado a constar da lei de enquadramento orçamental aprovada em fevereiro deste ano.

Os anteriores marcadores orçamentais foram também melhorados e novos marcadores foram introduzidos pela primeira vez na proposta orçamental, com o objetivo de melhorar a transparência orçamental e maximizar recursos.

O plano e o orçamento sensíveis ao género serão, no próximo ano, associados a **marcadores de género** ao nível do subprograma, alocando-se aos subprogramas destinados à mitigação da desigualdade de género US\$512 milhões (quinhentos e doze milhões de dólares), ou seja, 24% do total do OGE, descontando o Fundo dos Combatentes da Libertação Nacional (FFCLN).

Foi igualmente assegurada a plena implementação do **marcador da Criança**, possibilitando doravante identificar a parcela da dotação orçamental direcionada especificamente para as crianças e os direitos da criança. No total, US\$642,6 milhões (seiscentos e quarenta e dois vírgula seis milhões de dólares), correspondentes a 30% da dotação global do OGE sem contar como o Fundo dos Combatentes da Libertação Nacional (FFCLN), foram alocados a atividades destinadas ao reforço dos direitos das crianças para o ano 2023.

Mas a proposta orçamental do próximo ano contempla também, pela primeira vez, um **marcador de Nutrição**, para permitir identificar e monitorizar as despesas relacionadas com a nutrição e conjugar os esforços governamentais e das demais partes envolvidas, em ultrapassar esse grande desafio para Timor-Leste.

No total, US\$80,5 milhões (oitenta vírgula cinco milhões de dólares), representando 4% do total do OGE, serão alocados a atividades destinadas à implementação de intervenções nutricionais específicas para lidar com o impacto imediato na saúde, da desnutrição, e atividades que possam tratar as causas subjacentes à desnutrição, como sejam a segurança alimentar, o saneamento, a água potável, etc.

Um outro marcador, também previsto pela primeira vez no OGE de 2023, é o **marcador de orçamento Climático**, que permitirá identificar e monitorizar os gastos mais relevantes relacionados com o combate às mudanças climáticas e a conservação de habitats naturais. Em 2023 esse novo marcador aplicar-se-á apenas ao orçamento do Ministério das Obras Públicas, à Secretaria de Estado do Ambiente e ao Ministério da Agricultura e Pescas, alargando-se no ano subsequente a todos os demais ministérios e agências.

Uma verba de US\$59,8 milhões (cinquenta e nove vírgula oito milhões de dólares), representando 3% do total do OGE sem contar com o Fundo dos Combatentes da Libertação Nacional (FFCLN), foi alocada no próximo ano a atividades que visem melhorar a resiliência climática ou contribuir para a mitigação das mudanças climáticas, com US\$13 milhões (treze milhões de dólares) destinados a atividades que tenham a resiliência climática como objetivo secundário ou que contribuam para a mitigação das mudanças climáticas.

Também um novo **marcador da Cadeia de Valor** foi criado para assegurar em 2023 a implementação do novo programa Cadeia de Valor em Timor-Leste, que dá prioridade ao setor produtivo, visando estimular a procura, incentivar a produção e contribuir para melhorar o ambiente de negócios para o mercado dos produtos nacionais.

Uma dotação de US\$114,4 milhões (cento e catorze vírgula quatro milhões de dólares), correspondendo a 5% do total do OGE, sem contar com o Fundo dos Combatentes da Libertação Nacional (FFCLN), foi alocada a atividades da cadeia de

valor, que contempla entre outras, US\$ 20 milhões (vinte milhões de dólares) para financiar atividades que, de forma direta ou indireta, potenciem o aumento da produção nacional, o desenvolvimento do processamento local de matérias-primas, a melhoria da circulação de matérias-primas, incluindo infraestruturas para o comércio, impulsionem o comércio de produtos nacionais, e destina US\$45,5 milhões (quarenta e cinco vírgula cinco milhões de dólares) a atividades que contribuam para o aumento do consumo de produtos locais dentro e fora do país.

No âmbito do OGE para 2023, o **orçamento do subsector da Administração Central**, que contempla as despesas da Administração Direta e Indireta do Estado e o recém-criado Fundo dos Combatentes da Libertação Nacional (FFCLN), observará no próximo ano uma redução de 10%, correspondente a US\$300,7 milhões (trezentos vírgula sete milhões de dólares) comparativamente a 2022, refletindo o compromisso do Governo de gastar eficientemente os dinheiros públicos colocados à sua guarda.

Por oposição, os **orçamentos de despesa dos subsectores da Segurança Social e da RAEOA** para 2023 beneficiarão de um crescimento de 3% e 34%, respetivamente, devendo ser totalmente autofinanciados.

Dos quatro setores do Plano Estratégico de Desenvolvimento, sem contar com a despesa do Fundo dos Combatentes da Libertação Nacional (FFCLN), o Institucional é aquele que receberá a maior fatia do OGE no próximo ano, cabendo-lhe 38% da dotação global, seguindo-se-lhe o setor Capital Social, com um peso de 33%, o setor de Infraestruturas, com um peso relativo de 22% e, por último, o setor Económico, com um peso relativo de 8% do OGE.

À medida que o impacto das vacinas contra a doença Covid-19 continua a reduzir o impacto económico e social da pandemia, foi possível reduzir a nossa alocação para a Covid-19 em cerca de US\$19 milhões (dezanove milhões de dólares), garantindo que ainda podemos financiar no próximo ano vacinas e tratamentos ainda a decorrerem. Ao mesmo tempo que reduzimos o orçamento destinado à prevenção e combate da Covid-19, aumentámos a nossa alocação ao setor de Saúde em 14% a partir de 2022.

De entre as iniciativas-chave no domínio da Saúde, o destaque vai para a construção de 25 novos postos de saúde e residências para profissionais de saúde nos Sucos que ainda não dispõem de posto de saúde, a introdução de parcerias público-privadas em Serviços de Diagnóstico de Saúde e a melhoria da qualidade da prestação de serviços, o arranque do projeto de conceção e construção do edifício Pediátrico e da Unidade de Cuidados Intensivos do Hospital Nacional Guido Valadares (HNGV).

Na área da Saúde destaco ainda o fortalecimento dos esforços para combater a desnutrição, pretendendo o Governo inscrever US\$10 milhões (dez milhões de dólares) ao longo dos próximos 5 anos, para implementar o Plano Nacional de Nutrição Estratégica e aumentar a disponibilidade dos serviços e cuidados de saúde materna nos centros de saúde de todos os postos administrativos.

À área da Educação e Formação, uma outra área também considerada prioritária pelo atual Governo, foram alocados para o próximo ano \$169,7 milhões (cento e sessenta e nove vírgula sete milhões de dólares), o que traduz um aumento geral de 35% (trinta e cinco por cento) no orçamento que lhe é afetado em 2023.

De entre as inúmeras iniciativas-chave neste domínio, destaca-se a atribuição de bolsas de estudo aos melhores alunos do ensino primário e secundário e aos filhos dos combatentes da libertação nacional, a construção e reabilitação de 400 salas de aula e cantinas para o ensino básico e de 60 salas de aula e cantinas para o ensino secundário e escolas CAFE, a disponibilização de internet em todas as escolas e universidades, o desenvolvimento, em colaboração com a *Millennium Challenge*

Corporation (MCC), de um centro de excelência que fornecerá treinamento pré-serviço para futuros professores do ensino médio e líderes escolares e treinamento contínuo e profissional para professores e líderes escolares atuais.

Avançaremos igualmente com o estabelecimento de uma cidade universitária de referência internacional em Aileu e, por último, mas não menos importante, continuamos empenhados nas questões alimentares e na aposta numa alimentação a nível local mais nutritiva, com a introdução da reforma do programa de merenda escolar.

Iremos aumentar as despesas por criança e por refeição de US\$ 0,25 (vinte e cinco centavos) para US\$ 0,42 (quarenta e dois centavos), nos 13 Municípios na RAEOA. Este programa é um exemplo do que poderemos fazer localmente, apoiando os nossos produtores locais, criando emprego e procura e fomentando a procura de alimentos saudáveis e nutritivos produzidos localmente para distribuir às nossas crianças.

Ao nível da Inclusão Social, uma outra prioridade deste Governo, beneficiará de um reforço orçamental de 38% (trinta e oito por cento) no próximo ano, assegurando-se um aumento de 6% da alocação orçamental destinada à sociedade civil, o alargamento progressivo do programa Bolsa da Mãe-*Jerasaun Foun*, um investimento que se concentrará no financiamento direto em dinheiro, para garantir que apoiamos nossos mais vulneráveis na melhoria de suas vidas por meio de melhor nutrição, segurança alimentar e resultados educacionais, que se alargará a outros quatro municípios, aumentaremos os subsídios mensais destinados a apoiar mulheres grávidas para US\$15 por mês, aumentando também para US\$ 20 por mês os apoios para cada criança até aos 6 anos de idade e uma quantia adicional de US\$10 para crianças portadoras de deficiência.

O Governo da Austrália pretende apoiar no próximo ano o programa Bolsa da Mãe - *Jerasaun Foun* com US\$ 1,6 milhões (um vírgula seis milhões de dólares) na modalidade de apoio direto ao Orçamento, reforçando adicionalmente o seu apoio financeiro ao programa governamental com o montante de US\$ 7,0 milhões (sete milhões de dólares).

Além disso, continuamos a operacionalização de serviços descentralizados do INSS (Instituto Nacional de Segurança Social) em todo o país, o desenvolvimento de programas de apoio às famílias e comunidades que cuidam de pessoas com deficiência, o fortalecimento das campanhas de combate à violência doméstica e a implementação do investimento do Fundo dos Combatentes da Libertação Nacional, etc.

Continuaremos a construir campos desportivos para os nossos jovens e a contribuir para aumentar a resiliência e a mitigação dos efeitos das catástrofes naturais; por isso reservamos fundos para permitir uma resposta rápida e acudir rapidamente a todos os cidadãos quando confrontados com essas situações.

O setor Económico, abrangendo o turismo, a agricultura, o emprego e o desenvolvimento do setor privado e a mobilização de receitas domésticas, contará no próximo ano US\$162,0 milhões (cento e sessenta e dois milhões de dólares).

Os principais destaques na área económica vão para a aprovação da legislação reguladora da promoção e desenvolvimento de atividades de exportação, de estímulo à aquisição de alimentos e de outros bens produzidos por cooperativas para alimentação escolar, hospitais e prisões, o aumento das oportunidades para produtores e fornecedores locais e criação de empregos, a atribuição de crédito em condições especiais para a promoção do desenvolvimento do setor privado, apoios financeiros a cooperativas que desenvolvam atividades nas áreas de agricultura, pescas, pecuária e comércio e a concessão de crédito a jovens cooperativas, a criação

de mecanismos de combate ao trabalho precário, o aumento do investimento no programa de Turismo Comunitário, a regulação da Lei do Trabalho, a finalização do processo de adesão, como membro pleno, à ASEAN e à Organização Mundial do Comércio (OMC), o apoio ao desenvolvimento de capacitação empresarial e técnica para micro, pequenas e médias empresas, a maximização do investimento nos setores de petróleo e minerais, incluindo o aumento das atividades de pesquisa e estudo, promoção de blocos *onshore* e *offshore* para exploração petrolífera e a realização de um estudo de viabilidade sobre a utilização de gás natural para a produção de energia.

À área da **Agricultura** foi atribuída pelo OGE 2023 uma dotação de US\$20,1 milhões (vinte vírgula um milhões de dólares), o que corresponde a um aumento de 20% relativamente a este ano.

De entre as inúmeras medidas-chave do Governo destinadas ao setor, destaco a atribuição de incentivos ao desenvolvimento de viveiros florestais comunitários e ao plantio de árvores para lenha para compensar o abate indiscriminado de árvores, o aumento do rendimento das colheitas de café e a melhoria das condições dos produtores de café, o apoio ao setor privado com vista ao aumento da produção de carne com confinamento animal e controlo sanitário, a construção e manutenção das infraestruturas de irrigação e retenção de água e de muros para proteger os sistemas de irrigação, a continuidade do investimento na aquicultura com o objetivo de assegurar a segurança alimentar e nutricional e diversificar os meios de subsistência, o reforço da legislação e regulação do controlo da pesca, a promoção do investimento no setor florestal mediante a plantação de pelo menos 150 hectares de sândalo e a criação de viveiros de sândalo e *ai-turi*, incentivos à produção agrícola nacional, em particular de arroz, através do fornecimento de sementes e garantia de mercado.

Relativamente ao **setor das Infraestruturas**, que engloba estradas, pontes, portos, aeroportos, conectividade nacional, grandes projetos de infraestruturas, desenvolvimento territorial e habitação, eletricidade e a água e saneamento, contará no próximo ano de uma dotação total do orçamento de \$474 milhões (quatrocentos e setenta e quatro milhões de dólares), o que traduz uma redução orçamental de 8% comparativamente a 2022.

De entre as principais medidas-chave no setor das Infraestruturas, o destaque é dado ao início do projeto de construção de 2.000 (duas mil) unidades habitacionais em Hera, com recurso à modalidade de financiamento de Parceria Público-Privada, à continuidade à implementação do Programa de Planeamento Integrado do Desenvolvimento Municipal (PDIM), para novos projetos ligados a sistemas de abastecimento de rega, de água potável e de drenagem de águas pluviais, a construção e reabilitação de infraestruturas de ensino e saúde e áreas envolventes.

Pela importância estratégica que a **Conectividade Digital** tem para o nosso país, destaco a construção no próximo ano de 12 torres de emissão RTTL em várias localidades do país, o início da instalação de fibra ótica no país, com a construção de um cabo submarino ligando Timor-Leste à Austrália e, em matéria de melhoria da Conectividade Aérea, saliento o início das obras de reabilitação do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato.

No que diz respeito à **Conectividade Rodoviária**, o destaque do Governo irá para a conclusão de projetos em curso e a realização de estudos de monitorização das condições de todas as estradas e pontes reabilitadas e todas as existentes no país, para determinar a necessidade da sua manutenção e a construção de novas pontes em áreas sensíveis do país.

No setor da Eletricidade o destaque vai para o investimento no fornecimento de

eletricidade acessível e confiável para todos os cidadãos e para a construção de fontes de energia renovável.

Em matéria de Água e Saneamento, destaco o início do projeto de modernização do sistema de tratamento de água, saneamento e drenagem de Díli, a implementar em colaboração com a *Millennium Challenge Corporation* (MCC), que prevê a construção de uma fábrica de produção de desinfetante químico para o abastecimento de água da cidade, a construção do primeiro sistema central de águas residuais do país e melhoria da rede de drenagem em Díli e quatro municípios vizinhos, a conclusão da reabilitação de emergência de instalações de água limpa e potável danificadas, o aumento da área de cobertura do serviço de abastecimento de água potável e melhoria da capacidade institucional da BTL, E.P., com recurso a financiamento do Banco Mundial.

No setor dos Transportes, em 2023 o Governo tem em vista aprovar o Plano Integrado de Transportes, assegurar a melhoria do sistema de segurança dos transportes públicos e o arranque do projeto de engenharia para a construção dos terminais rodoviários de Hera e Manleuana, o início da operação comercial do Porto da Baía de Tibar, a reabilitação do terminal de passageiros do Porto de Díli e o arranque dos projetos de desenvolvimento dos portos regionais de Com, Caravela, Beajo, Suai e Ataúro.

Por seu turno, o **setor Institucional** englobando as entidades responsáveis pela Governação, Justiça, Segurança e Defesa, Finanças, Relações Internacionais, Planeamento e Descentralização sem contar com os Municípios, o OGE de 2023 destina \$817 milhões (oitocentos e dezassete milhões de dólares), representando uma redução nesse setor de 20%.

Quanto às principais iniciativas do Governo no setor, destaco a adoção generalizada de tecnologias de informação nos serviços públicos e a prossecução das iniciativas de *e-Government*, a continuação da implementação do programa de Reforma da Administração Pública, a prossecução da elaboração dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, a implementação do planeamento de médio prazo em todo o Governo, a continuação da implementação do programa de Reforma Judicial com o estudo e revisão do mapa judicial, a instalação do Supremo Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas, de tribunais militares e a criação de tribunais especializados no âmbito dos Tribunais Municipais, a implementação do Código do Registo Predial, e o início da emissão de certificados de propriedade.

No campo da Defesa e Segurança, em 2023 o destaque será dado à continuidade da Cooperação Civil-Militar na área de apoio humanitário e da participação em missões de paz, à promoção da construção, aquisição, reparação e manutenção de infraestruturas e equipamentos militares, e a aquisição e construção de casas para o serviço de migração.

No domínio da Reforma Financeira e Fiscal, saliento para o próximo ano a aprovação e implementação da nova estratégia de Reforma da Gestão das Finanças Públicas, a plena regulamentação da nova LEO, a realização de um estudo de diagnóstico do futuro Quadro de Despesas a Médio Prazo, a continuidade da Reforma Fiscal, com a aprovação de uma nova Lei Tributária, do Código de Processo Tributário e da introdução de um Imposto sobre o Valor Acrescentado, a criação do Instituto Nacional de Estatística, e a implementação e regulamentação do novo Regime Jurídico das Contratações, Contratos Públicos e Infrações.

Para o conjunto dos 13 Municípios, sem contar com a RAEOA, o OGE destina em 2023, um total de US\$81,1 milhões (oitenta e um vírgula um milhões de dólares), para além de assegurar um reforço adicional ao Fundo Especial Ataúro em mais US\$13,4

milhões (treze vírgula quatro milhões de dólares).

Ao Fundo Especial de Desenvolvimento da RAEOA, o OGE alocará US\$36 milhões (trinta e seis milhões de dólares).

De entre as medidas-chave do Governo direcionadas para os Municípios, o destaque é dado à continuação do processo de transferência de recursos materiais e humanos para as Autarquias e Administrações Municipais e continuação do processo de delegação de competências da Administração Central do Estado nas Autoridades e Administrações Municipais e a finalização da estrutura legal necessária à implementação e pleno funcionamento do Poder Local.

Minhas

Senhoras, Meus

Senhores

Aproximam-se a passos largos as próximas eleições legislativas e, desse importante marco para a nossa democracia, resultará um novo Governo e um eventual rearranjo na atual composição parlamentar, devendo por isso ser esta a última proposta orçamental que na qualidade de Chefe do VIII Governo apresento ao Parlamento Nacional.

É por demais evidente e tem por mim sido amplamente enfatizado, o trabalho incansável levado a cabo pelo Governo ao longo de todo o seu mandato, de que a abundante produção legislativa aprovada, destinada a implementar o Plano Estratégico de Desenvolvimento nas suas várias dimensões é um exemplo, com o objetivo de deixar o país numa posição socioeconómica mais confortável do que aquela que encontrou, de combater ativamente a pobreza e a desigualdade social, de promover o desenvolvimento de condições mais propícias à atração do conhecimento, do investimento e da diversificação económica, de reforçar e modernizar as instituições do Estado, enquanto, ao mesmo tempo, de lidar com condições ambientais e pandémicas especialmente adversas e, mais recentemente este ano, com a instabilidade política global e os estrangimentos nas cadeias de distribuição mundiais que lhe estão associados.

Porque é necessário olhar com ambição para o futuro, entendemos que o nosso país necessita de tirar proveito da sua proximidade física com a Indonésia, para desenvolver parcerias económicas, aprofundar o relacionamento bilateral para desenvolver a sua capacidade produtiva, desenvolver nichos de mercado e conseguir aproximar-se mais dos mercados regionais. As indústrias e os serviços transfronteiriços poderão capitalizar essa proximidade e tornar Timor-Leste mais atrativo para o investimento estrangeiro, para a promoção do comércio e a participação nas cadeias de valor regionais, criando interessantes vantagens competitivas.

É por isso nosso entendimento, que a aposta no desenvolvimento de zonas económicas livres transfronteiriças, edificadas em torno de uma estratégia concertada e integrada entre Timor-Leste e a Indonésia, poderá desempenhar num futuro próximo, um importante papel no estabelecimento de pólos de desenvolvimento económico que incorporem cadeias globais de distribuição e alavanquem oportunidades comerciais mútuas, sociais, tecnológicas, de intercâmbio de conhecimento e outras, com impacto positivo para ambos os países vizinhos que contribuirão, estamos confiantes, para dinamizar as trocas comerciais transfronteiriças, incrementar as exportações e a competitividade integrada assim como, salvaguardar a estabilidade regional e o aumento da resiliência económica e da prosperidade e, não menos importante, para aumentar a empregabilidade dos nossos jovens.

Ambos os países estão neste momento disponíveis para aprofundarem os seus laços e a cooperação económica entre si, avançando para o estabelecimento de uma zona económica transfronteiriça, um ambicioso programa que possibilitará a ambos os países desenvolverem as suas políticas nacionais para criarem uma economia robusta transfronteiriça e dar início a cooperativas de vários grupos empresariais numa futura Zona de Comércio Livre.

Gostaríamos de ver assinado um acordo de zona económica livre com a vizinha Indonésia ainda este ano, mas entretanto, vários ministérios foram nos últimos meses autorizados pelo Conselho de Ministros a assinar memorandos de entendimento com os seus homólogos indonésios, visando entre outras a cooperação agrícola para expandir o quadro existente de cooperação bilateral do setor agrícola, o movimento transfronteiriço de autocarros comerciais para apoiar o comércio transfronteiriço e a cooperação entre os dois países, através do estabelecimento de um sistema de transportes integrado, aumentar a cooperação no domínio da meteorologia, da climatologia e geofísica, da cooperação no domínio das comunicações e informática, etc.

Estudos de viabilidade foram também recentemente concluídos com sucesso, com o apoio de empresários indonésios, para a construção de parques industriais em terrenos do Estado, destinados a promover a diversificação económica nacional. Em junho do corrente ano foi aprovado o regime jurídico dos parques industriais, um veículo de política para a captação de investimento nacional e estrangeiro e de criação de emprego, criada a empresa de capitais públicos, a GESPIN – Gestão de Parques Industriais, que ficará responsável pela promoção, instalação e gestão de parques industriais no território nacional e RAEOA, o que acreditamos poderá contribuir ativamente para a promoção da iniciativa privada no setor industrial, respeitando as regras ambientais, urbanísticas e de ordenamento territorial.

A alocação orçamental destinada ao estabelecimento de uma zona comercial livre transfronteiriça e ao desenvolvimento de parques industriais, ainda não terá grande expressão orçamental no próximo ano, porquanto essa matéria ainda se encontra em fase de estudos.

Um outro programa ambicioso deste Governo, o **programa Cadeia de Valor** por mim liderado e já aqui hoje referido, foi criado este ano para estimular o setor produtivo e a produção local, procurando encorajar os empresários timorenses, nomeadamente os da área turística, do comércio, do setor agrícola, pecuária e pescas, ao garantir às empresas o acesso ao crédito a taxas de juro reduzidas para financiar uma ou mais etapas da cadeia de valor, independentemente da localização dos negócios no país. Para a fase de implementação deste programa, o setor produtivo conta este ano com US\$50 milhões (cinquenta milhões de dólares), verba essa que lhe foi atribuída pela Lei do OGE Retificativo de 2022.

Para além desse programa, diversas outras medidas foram aprovadas este ano para financiamento do setor produtivo com taxas de juro atrativas, no âmbito da linha de crédito suave e crédito individual. Essas verbas também foram contempladas no OGE Retificativo de 2022 e alocadas para esse fim ao Ministério do Turismo, Comércio e Indústria (MTCI).

No livro Anexo XX à proposta orçamental para 2023, identificam-se e agrupam-se todos os programas, subprogramas e atividades associadas ao marcador Cadeia de Valor, por entidade implementadora. A alocação total que o OGE para 2023 atribuiu às atividades direta ou indiretamente relacionadas com a cadeia de valor, distribuídas pela produção, indústria e processamento, distribuição e comércio grossista e retalhista, é de US\$114,4 milhões (cento e catorze vírgula quatro milhões de dólares).

A nossa Constituição prevê a preservação e valorização dos recursos naturais, a promoção da defesa do meio ambiente e a salvaguarda do desenvolvimento sustentável da economia. Foi por isso que este Governo assumiu no seu Programa para cinco anos, agora prestes a concluir-se, a intenção de dar continuidade à execução do programa de reflorestação das áreas degradadas, de implementar viveiros comunitários e de promover a plantação de árvores em todo o país, com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade em subsectores específicos da agricultura, para apoiar o desenvolvimento económico e melhorar a competitividade agrícola e florestal do país.

Este ano foi por isso criado no âmbito do OGE Retificativo de 2022 o "Programa de Apoio à Plantação de Ai Parapa" para aumentar a participação de todos os cidadãos nos esforços de proteção do património ambiental timorense, através do financiamento de projetos que contribuam para a concretização dos objetivos de estimular a criação e manutenção de viveiros de plantas de Ai Parapa, expandir as áreas da sua plantação, combater a erosão da orla costeira, melhorar a posição de Timor-Leste no mercado internacional de carbono e contribuir para a afirmação de Timor-Leste como um destino turístico, através da concessão de subvenções públicas a associações e grupos comunitários.

O programa, que se manterá no próximo ano, prevê a atribuição de subvenções no valor de US\$0,50 (cinquenta cêntimos) por cada planta de "Ai Parapa" criada em viveiro ou plantada, podendo beneficiar desta subvenção associações ou grupos comunitários.

A reabilitação, expansão, diversificação e intensificação da produção das plantações de café é uma outra importante medida prioritária a apoiar para o próximo ano, visando duplicar a sua produção, levar ao aumento do rendimento das colheitas e assegurar a melhoria de condição de vida dos seus produtores.

O nosso Plano Estratégico de Desenvolvimento reconhece a importância do emprego formal e do envolvimento da população em atividades produtivas, para o crescimento económico inclusivo e a construção do país. Nestes termos, o emprego produtivo, seguro e digno é base para a melhoria da qualidade de vida familiar e a prosperidade do país, devendo ser o principal meio de criação de riqueza, de atingir o crescimento económico inclusivo e o desenvolvimento social.

Transformar a economia é um processo a longo prazo e o grande desafio que Timor-Leste continuará a abraçar, para conseguir criar um número significativo de novos postos de trabalho e conseguir que o mercado absorva o maior número possível de pessoas em idade produtiva e presentemente fora do mercado de trabalho, especialmente os mais jovens.

Timor-Leste é um país de jovens e, em 2021, apenas 4,3% da população tinha mais de 64 anos. A necessidade de dar uma atenção especial aos jovens é ainda mais estratégica quando se perspetiva que a população timorense jovem continue o seu rápido crescimento nos próximos anos.

Para a criação de um número maior de empregos no setor formal são necessárias políticas, legislação, programas e atividades dedicados, e que o Governo caminhe lado a lado com a sociedade civil e o setor privado.

Em 2023, o Governo irá rever, aprovar e implementar a Estratégia Nacional de Emprego 2017-2030, com o objetivo de aumentar a procura do mercado de trabalho e de melhorar a oferta do mercado de trabalho, criar emprego para os desempregados, através de incentivos ao empreendedorismo, procurar elevar a qualificação dos trabalhadores, especialmente a dos mais jovens, com o objetivo de aumentar a sua competitividade no mercado de trabalho internacional, desenvolver mecanismos para combater o trabalho precário, nomeadamente através da

monitorização das entidades empregadoras, e garantir a implementação da legislação laboral e dos mecanismos de proteção social e também incentivar movimentos cooperativos, associativos e mutualistas, para garantir a participação comunitária e lutar contra as desigualdades sociais e económicas.

Ao mesmo tempo, mas numa outra área de atuação governamental, a reforma operada na gestão das finanças públicas desde 2015, permitiu também ao país evoluir significativamente do tradicional paradigma de gestão, assente numa lógica de planeamento físico e orçamental baseado em *inputs* e percentagens de execução orçamental, para a atual lógica orçamental assentando na estrutura programática, em indicadores e metas que possibilitam a medição do progresso, e introduzir faseadamente mas com persistência, um modelo de gestão pública verdadeiramente moderno, que privilegia a *performance* dos governantes, a transparência e a responsabilização de gestores públicos, contribuindo ao mesmo tempo para salvaguardar a sustentabilidade das finanças públicas.

Porque agora é tempo de escrutínio da proposta orçamental para o próximo ano, antes de concluir esta minha intervenção, não posso deixar de transmitir também publicamente o meu apreço pelos nossos Parceiros de Desenvolvimento, que recorrendo a diversas formas de cooperação e modalidades de apoio ao desenvolvimento, continuam a caminhar lado a lado com o Governo de Timor-Leste, contribuindo para elevar os padrões de vida dos nossos concidadãos, promover o aumento da transparência da gestão pública e assegurar a qualidade dos nossos projetos de investimento.

De facto, os Parceiros de Desenvolvimento e as instituições financeiras internacionais continuam há anos a assegurar a transferência de conhecimentos e a adoção por Timor-Leste das melhores práticas internacionais, ampla e longamente testadas, nas áreas da construção de infraestruturas estratégicas e de equipamentos sociais para o nosso país, nos domínios das ciências da saúde, do sistema de ensino e gestão das finanças públicas.

Por fim, apraz-me reconhecer publicamente perante os ilustres membros desta Magna Casa, o importantíssimo trabalho que está a ser desenvolvido pelo Chefe de Estado, a nível externo, para conseguir elevar a voz de Timor-Leste no palco político e económico internacional, promover o estreitamento de amizades e parcerias estratégicas importante para o nosso país e aumentar a nossa influência nos espaços globais de discussão, ao mesmo tempo que, internamente, vem trabalhando com o Governo no reforço das políticas sociais, especialmente as que visam as franjas mais frágeis e vulneráveis da nossa população, visando a erradicação da pobreza extrema, da desnutrição infantil e do atraso no crescimento infantil.

Espero que o debate que se segue nos próximos dias seja muito produtivo, que dessa discussão resulte um Orçamento Geral do Estado para 2023 que consiga responder adequadamente às necessidades da nossa população, promova a inclusão social e a coesão territorial, e faço votos para que o próximo Governo assuma como sua prioridade dar continuidade aos programas estratégicos nacionais iniciados por este Governo.

Muito Obrigado!

Que Deus nos abençoe a todos

Sumário executivo

Estratégia Orçamental

O tema da proposta de Orçamento Geral do Estado para 2023 é: **Investimento Produtivo e Crescimento Inclusivo para as Gerações Futuras**

Considerando que Timor-Leste depende fortemente do Fundo Petrolífero para financiar o Orçamento Geral do Estado e que os recursos naturais que contribuem para o Fundo Petrolífero são finitos, a estratégia orçamental de Timor-Leste procura diversificar a economia afastando-a da dependência dos recursos naturais, enquanto cria empregos, reduz a pobreza e promove o crescimento económico.

O governo adotou as seguintes prioridades:

- Mobilização das receitas domésticas e introdução de novas iniciativas fiscais.
- Utilização de cada vez mais fontes alternativas de financiamento, como empréstimos concessionais e comerciais e títulos do Tesouro.
- Concentração das despesas públicas na qualidade em vez da quantidade, abandonando a orçamentação tradicional por rubricas e melhorando a orçamentação anual e de médio prazo dos programas, que se passa a concentrar no impacto em vez da execução.

Para o Orçamento Geral do Estado para 2023, a escolha das despesas foi selecionada de forma a alinhar com uma estratégia orçamental sustentável, através da promoção do investimento produtivo na economia real como motor do crescimento inclusivo, investindo no capital social para garantir o bem-estar presente e futuro do povo timorense e priorizando a inclusão social e políticas sensíveis ao género para garantir que ninguém seja deixado para trás.

Conforme previsto na Lei das Grandes Opções do Plano, o Governo propõe no Orçamento Geral do Estado para 2023 despesas no valor de US\$3.155.715.306.

Tabela 1: Receitas e Despesas do Orçamento Geral do Estado para 2023

Subsetores	Receita	Despesa
Administração Central	2.800.000.000	2.800.000.000
Segurança Social	235.715.306	235.715.306
RAEOA	121.206.835	120.000.000
Total	3.156.922.141	3.155.715.306

Fonte: DGPO, Ministério das Finanças, setembro 2022

Panorama Macroeconómico

O ano de 2021 viu uma recuperação do crescimento económico de 2,9% após um crescimento negativo em 2020. Isto deveu-se a uma atividade empresarial e do setor privado melhor do que o esperado. A recuperação da economia deverá continuar com previsões de crescimento estáveis e contínuas no médio prazo.

Tabela 2: Indicadores Panorama geral macroeconómico

Resumo	Real		Previsão					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
% do PIB real (não petrolífero)	-8,3	2,9	3,3	3,5	3,6	3,5	3,4	3,6

Inflação CPI %	0,5	3,8	7,2	5,5	3,3	2,8	2,6	2,4
----------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Fonte: PIB/Inflação 2020-2021= DG Estatísticas, Contas Nacionais, PIB/Inflação Previsão 2022-2027= Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças, 2022.

A inflação deverá atingir 7,2% até o final de 2022. Isso deve-se principalmente ao aumento dos preços mundiais do petróleo e dos alimentos devido a interrupções no fornecimento causadas pela guerra na Ucrânia. Apesar disso, a previsão foi ligeiramente reduzida de 7,8% após uma recente acalmia dos preços mundiais. A inflação deverá diminuir a partir de 2023, em linha com as últimas estimativas do FMI.

Medidas Orçamentais

A proposta de Orçamento Geral do Estado para 2023 é formulada com base nos seguintes Objetivos Estratégicos do VIII Governo que visam proporcionar a todos os cidadãos no seu conjunto:

1. Oportunidade de ter uma vida saudável, segura e longa
2. Acesso ao conhecimento, tecnologia e inovação
3. Acesso a recursos suficientes para garantir uma vida digna

Com estas três metas objetivos e estratégicos em mente, a agenda do Governo para o desenvolvimento inclusivo aspira a promover o bem-estar holístico para as pessoas e promover um ambiente para que estas vivam, contribuam e participem no desenvolvimento económico do país.

Tal ambição exige o desenvolvimento de comunidades habitáveis, o que inclui o acesso à educação de qualidade, saúde, água e saneamento, proteção social, infraestruturas básicas e grandes investimentos no setor produtivo para recuperar e diversificar a economia.

O Orçamento Geral do Estado para 2023 apoia o desenvolvimento de infraestruturas públicas para que a economia timorense continue a crescer de forma sustentável e inclusiva, ligando o país através de uma ambiciosa rede de estradas e pontes, levando eletricidade a todos os sucos e aldeias, e conectando Timor-Leste à economia mundial através da expansão de portos e portos, e da construção de um cabo submarino com a Austrália para internet de alta velocidade. Isso será combinado com o apoio ao crescimento de indústrias emergentes, como agricultura, agroindústria, manufatura e turismo.

Cerca de 36% do Orçamento Geral do Estado para 2023 será destinado ao setor do capital social, que inclui saúde, educação e proteção social. Isso equivale a US\$772 milhões e faz do setor de capital social o maior destinatário de fundos orçamentais em 2023, refletindo a importância dada ao acesso universal à educação de qualidade (US\$137 milhões) e à saúde (US\$92 milhões) e à proteção social (US\$301 milhões), especialmente para segmentos vulneráveis da sociedade.

Receita e Financiamento

A despesa total orçamentada para 2023 é superior à receita interna que será arrecadada no mesmo período. Isso resulta num défice não petrolífero (receitas domésticas menos despesas). Este défice é financiado através de várias fontes: levantamentos do Fundo Petrolífero, empréstimos, utilização dos saldos de caixa e Apoio Orçamenta Direto da União Europeia e do Governo da Austrália.

A receita doméstica deve chegar a US\$153,7 milhões este ano. Espera-se que subam para US\$174,9 milhões em 2023 como resultado da introdução de novas taxas de impostos.

Estima-se que o Rendimento Sustentável Estimado (RSE) do Fundo Petrolífero seja de US\$490,1 milhões em 2023. O governo planeia retirar US\$855,9 milhões além do RSE para o Orçamento Geral do Estado de 2023. Este valor representa uma diminuição significativa em relação aos levantamentos em excesso previstos no Orçamento Geral do Estado para 2022, que totalizaram US\$1.998,5 milhões.

Sustentabilidade Orçamental

Timor-Leste é altamente dependente do Fundo Petrolífero para financiar o défice orçamental, pelo que este deve ser o foco principal de qualquer análise de sustentabilidade orçamental. A sustentabilidade a longo prazo do Fundo Petrolífero depende não só das opções orçamentais deste ano, mas também das opções feitas para os anos seguintes.

A análise mostra que, sob a tendência atual da despesa, o Fundo Petrolífero irá esgotar-se em 2034. Nessa altura, a diferença entre as receitas domésticas e a despesa pública pode chegar a US\$1,6 mil milhões.

Reduções graduais da despesa podem prolongar a vida útil do Fundo até pelo menos 2044. Se tais cortes forem combinados com a introdução do IVA e de impostos sobre a propriedade, o fundo poderá durar pelo menos até 2049. Outras melhorias na sustentabilidade orçamental também podem ser asseguradas se os projetos de investimento previstos no Orçamento forem sucedidos e conduzir ao crescimento económico.

Declaração de Riscos Orçamentais e Passivos Contingentes

O relatório do Orçamento Geral do Estado deste ano contém a declaração de risco orçamental do país. Os riscos orçamentais são resultados orçamentais que se desviam das expectativas ou previsões. Podem surgir de choques macroeconómicos ou como resultado de passivos contingentes. Passivos contingentes são compromissos de despesa que surgem quando um evento específico ocorre. Por exemplo, um desastre natural pode levar à realização de despesa pública com programas de assistência social.

Timor-Leste tem alguns passivos contingentes, incluindo aqueles estipulados por lei, tais como contratos, PPPs, sistemas públicos de garantias e decisões de tribunais. Esses passivos contingentes podem resultar na obrigação de realização de despesas não previstas. Existem também passivos contingentes, como desastres naturais, onde pode não existir uma obrigação legal de realizar uma despesa, mas pode existir uma obrigação moral de fazê-lo.

O Orçamento Geral do Estado deste ano alocou US\$66 milhões para financiamento de contingências. Se os riscos orçamentais resultarem na obrigação de realização de despesa para além deste nível, o Governo pode recorrer a levantamentos do Fundo Petrolífero.

1. Estratégia Orçamental e Finanças Públicas

Um novo enquadramento orçamental e de gestão das finanças públicas

1.1. A Proposta de Orçamento Geral do Estado para 2023 é a primeira apresentada ao abrigo das novas regras aprovadas pela Lei 2/2022, Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e da gestão financeira pública, publicada a 10 de fevereiro de 2022, que substituiu a Lei n.º 13/2009, sobre Orçamento e finanças públicas.

1.2. A nova Lei de Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e da gestão financeira pública (LEO) é o culminar da Reforma Fiscal e da Gestão das Finanças Públicas iniciada em 2015 com o objetivo de alinhar a legislação timorense com as melhores práticas internacionais.

1.3. A nova lei consagra a orçamentação por programas como meio de preparação e organização do Orçamento Geral do Estado, acrescentando elementos substanciais de planeamento a todas as fases do processo orçamental.

1.4. As classificações orçamentais foram revistas e alargadas, nomeadamente através de uma nova classificação económica e da adoção da classificação funcional, baseada na classificação das funções de Governo (COFOG) desenvolvida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e publicada pela Divisão Estatística das Nações Unidas como a classificação padrão das atividades governamentais, garantindo a comparabilidade das contas de Timor-Leste com as de outros países.

1.5. A nova lei adota um processo orçamental em “duas etapas”, com uma Lei das Grandes Opções do Plano, que aprova o limite total da despesa do Orçamento no início do processo orçamental em maio, e a Lei do Orçamento Geral do Estado que aprova as dotações orçamentais em outubro, permitindo que o Parlamento Nacional contribua desde o início na definição do teto orçamental e das principais prioridades do Orçamento.

1.6. Com o processo orçamental de 2023 é implementado um novo calendário orçamental, que se inicia em maio, e antecipa a data de apresentação da Lei do Orçamento Geral do Estado de 15 de outubro para 1 de outubro, para evitar a prorrogação da Lei do Orçamento do ano anterior, como aconteceu quatro vezes nos últimos seis anos.

1.7. A nova lei aumenta significativamente a transparência, responsabilidade, prestação de contas e controlo das Finanças Públicas, fornecendo mais informação ao Parlamento Nacional para uma decisão mais informada.

1.8. Algumas alterações têm impacto na estrutura da Lei do Orçamento Geral do Estado e das tabelas orçamentais, bem como nos documentos que acompanham a Proposta Orçamental, nomeadamente, a simplificação da Lei do Orçamento, sendo que grande parte do conteúdo que anteriormente constava da Lei, como as definições, os regimes financeiros e as classificações orçamentais, passaram a constar da LEO, bem como de regulamentação posterior, e as tabelas orçamentais estão agora claramente definidas e incluem três tabelas para as receitas e despesas do Setor Público Administrativo, incluindo por classificação funcional, e três tabelas

cada para as receitas e despesas da Administração Central, da Segurança Social e da RAEOA, incluindo por estrutura programática, e classificação orgânica e económica.

1.9. As novas classificações económica e funcional representam um avanço considerável para um orçamento mais transparente e eficiente. As classificações, regulamentadas pelo Decreto do Governo n.º 19/2022, de 11 de maio, permitem uma organização detalhada das receitas e despesas por tipo e função e seguem as melhores práticas internacionais.

1.10. Os documentos que acompanham a Proposta Orçamental foram reorganizados em três partes: o Relatório, os Desenvolvimentos Orçamentais e os Elementos Informativos. O Relatório apresenta a política orçamental e analisa as principais variáveis com impacto no orçamento. A evolução orçamental apresenta as receitas e despesas de cada entidade orçamental especificadas até aos níveis máximos de desagregação, de acordo com a estrutura dos programas e por classificações orgânica e económica. Por fim, os Elementos Informativos apresentam toda a informação adicional relevante necessária à compreensão da proposta de Orçamento, bem como da situação financeira do Setor Público Administrativo.

Estratégia Orçamental

1.11. A Estratégia Orçamental define os principais objetivos e prioridades do Orçamento Geral do Estado e fundamenta as opções da política orçamental, com respeito pelos princípios de boa gestão financeira.

1.12. Considerando que Timor-Leste depende fortemente do Fundo Petrolífero para financiar o Orçamento Geral do Estado e que os recursos naturais que contribuem para o Fundo Petrolífero são finitos, a estratégia orçamental de Timor-Leste procura diversificar a economia afastando-a da dependência dos recursos naturais, enquanto cria empregos, reduz a pobreza e promove o crescimento económico.

1.13. Timor-Leste realizou levantamentos do Fundo Petrolífero para além do Rendimento Sustentável Estimado (RSE) desde 2009, prosseguindo uma política de antecipação (*frontloading*) para financiar investimentos em infraestruturas num esforço para impulsionar o crescimento económico.

1.14. Contudo, as receitas petrolíferas estão a diminuir e, portanto, é fundamental a definição de planos orçamentais sólidos para evitar um abismo orçamental no curto prazo, ou seja, uma queda dramática nas despesas do Governo se fontes alternativas de financiamento não preencherem a lacuna.

1.15. O Governo adotou as seguintes prioridades:

- Mobilização das receitas domésticas e introdução de novas iniciativas fiscais.
- Utilização de cada vez mais fontes alternativas de financiamento, como empréstimos concessionais e comerciais e títulos do Tesouro.
- Concentração das despesas públicas na qualidade em vez da quantidade, abandonando a orçamentação tradicional por rubricas e melhorando a orçamentação anual e de médio prazo dos programas, que se passa a concentrar no impacto em vez da execução.

1.16. Para o Orçamento Geral do Estado para 2023, a escolha das despesas foi selecionada de forma a alinhar com uma estratégia orçamental sustentável, através da promoção do investimento produtivo na economia real como motor do crescimento inclusivo, investindo no capital social para garantir o bem-estar presente e futuro do povo timorense e priorizando a inclusão social e políticas sensíveis ao género para garantir que ninguém seja deixado para trás.

1.17. Assim, o tema da proposta do Orçamento Geral do Estado para 2023 é: ***Investimento Produtivo e Crescimento Inclusivo para as Gerações Futuras***

1.18. A proposta de Orçamento dá um passo decisivo para alcançar os objetivos orçamentais.

1.19. Estão previstas no orçamento novas medidas do lado da receita, nomeadamente um aumento das taxas do imposto especial sobre o consumo quanto ao açúcar, às bebidas açucaradas, ao tabaco e aos automóveis de luxo, bem como um aumento dos direitos aduaneiros de importação.

1.20. Prevemos também que os projetos de nova Lei Tributária e novo Código do Procedimento Tributário sejam apresentados ao Parlamento Nacional nos próximos meses, preparando o terreno para uma revisão do regime fiscal.

1.21. Em 2023 o Governo prevê regular e emitir os primeiros títulos do tesouro, direcionados para entidades e fundos nacionais, que irão proporcionar uma nova fonte de receitas para o Governo e reduzir o custo de financiamento.

1.22. A abertura prevista do Porto de Tibar e a conclusão de alguns grandes empreendimentos rodoviários mostram o sucesso das PPPs e dos empréstimos concessionais, permitindo ao Governo contar ainda mais com estas ferramentas para o investimento produtivo.

1.23. Finalmente, a proposta de Orçamento afasta-se da tradicional orçamentação por rubricas e de uma visão puramente quantitativa para um enfoque na qualidade e no desempenho ao adotar uma orçamentação por programas que valoriza o impacto em vez da execução, para melhor monitorizar os efeitos do Orçamento no crescimento económico.

1.24. À medida que a pandemia da Covid-19 continua a dissipar-se em comparação com os anos anteriores, o Governo não é será complacente em proteger os mais vulneráveis e a promover o investimento produtivo.

1.25. O Governo vai investir na economia real de forma a expandir as oportunidades económicas para os timorenses em todo o país e reduzir a dependência económica do Fundo Petrolífero ou da emigração.

1.26. O Orçamento Geral do Estado para 2023 apoia o desenvolvimento de infraestruturas públicas para que a economia timorense continue a crescer de forma sustentável e inclusiva, ligando o país através de uma ambiciosa rede de estradas e pontes, levando eletricidade a todos os sucos e aldeias, e conectando Timor-Leste à economia mundial através da expansão de portos e portos, e da construção de um cabo submarino com a Austrália para internet de alta velocidade. Isso será combinado com o apoio ao crescimento de indústrias emergentes, como agricultura, agroindústria, manufatura e turismo.

1.27. Diversificar a economia e a base tributária e garantir o investimento produtivo e o crescimento inclusivo é a melhor estratégia para garantir que os objetivos nacionais de médio e longo prazo sejam alcançados.

Panorama Macroeconómico

Tabela 3: Indicadores Económicos, 2020-2027, %

Resumo	Real		Previsão					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
% do PIB real (não petrolífero)	-8,3	2,9	3,3	3,5	3,6	3,5	3,4	3,6
Inflação CPI %	0,5	3,8	7,2	5,5	3,3	2,8	2,6	2,4

Fonte: PIB 2020= DG Estatísticas, Contas Nacionais, Previsão do PIB 2021-2027= Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças, setembro 2022.

1.28. Timor-Leste registou um crescimento médio do PIB de 3,1% ao ano entre 2001-2021. Estas taxas de crescimento foram mais acentuadas no início de 2010, impulsionadas pela estratégia económica do governo de antecipação (*uploading*) para que Timor-Leste tenha a infraestrutura necessária ao crescimento do setor privado a longo prazo.

Tabela 4: Contas Nacionais 2016-2021 \$m

	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Consumo privado	970,1	1.000,3	1.017,0	1054,8	1022,3	995,0
Consumo Público	926,6	872,8	870,3	897,9	941,6	974,9
Consumo Total	1.896,7	1.873,0	1.887,3	1.952,6	1.963,9	1969,8
Investimento privado	126,1	142,8	68,8	67,3	56,2	50,9
Investimento Público	527,2	401,5	467,6	375,9	198,5	170,6
Investimento total	653,3	544,3	536,4	443,2	254,6	221,5
Outro (*)	26,3	42,8	46,2	54,1	51,6	25,4
Despesa Nacional Total	2.576,3	2460,2	2.469,9	2.449,9	2.270,2	2.216,7
Exportações	52,6	32,1	37,4	31,0	15,1	38,2
Importações	980,6	894,3	920,3	860,8	799,5	726,7
PIB real não petrolífero	1.648,4	1.598,0	1.587,0	1.620,0	1.485,8	1.528,2
% Crescimento PIB	3,4	-3,1	-0,7	2,1	-8,3	2,9

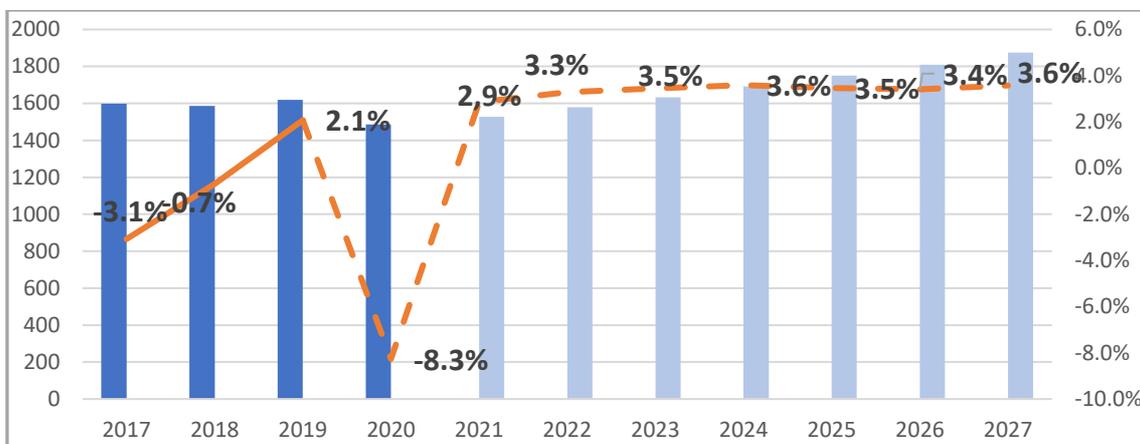
Fonte: Contas Nacionais, Direção Geral de Estatística, setembro de 2022

1.29. O investimento do Governo permitiu uma melhoria significativa da cobertura rodoviária e de eletricidade em Timor-Leste, o que ajudou a melhorar os padrões de vida e o ambiente de negócios. No entanto, o crescimento económico negativo em 2017, 2018 e 2020 ameaçou os progressos alcançados.

1.30. O investimento público em 2020 foi limitado pela aplicação do sistema duodecimal, pela incerteza política e pela pandemia de Covid-19. Em 2021, apesar do confinamento provocado pela pandemia da COVID-19, do impacto do ciclone Seroja e da baixa execução das despesas com Capital de Desenvolvimento, o PIB real não petrolífero em Timor-Leste aumentou 2,9% para US\$1.528,2 milhões, o que superou as previsões.

1.31. A economia de Timor-Leste deverá regressar a taxas de crescimento positivas e estáveis a médio prazo.

Figura 1: Taxa de crescimento real do PIB não petrolífero (RHS, %) e níveis (LHS, \$m)



Fonte: Contas Nacionais de Timor-Leste 2000-2021, Direção Geral de Estatística; Previsões Económicas 2022-2027, Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças, setembro de 2022.

1.32. A dotação orçamental para 2022 é particularmente grande devido ao aumento do teto orçamental após o Orçamento retificativo apresentado em maio de 2022 (US\$ 3,4 mil milhões). No entanto, isso não terá um efeito significativo no PIB, que deverá crescer 3,3%, já que US\$1.000 milhões estão destinados ao Fundo dos Combatentes da Libertação Nacional (FCLN), que será investido nos mercados financeiros para geração de receitas futuras.

1.33. As previsões de crescimento foram ligeiramente ajustadas para refletir indicadores de investimento mais positivos. Um dos principais impulsionadores do crescimento para 2022 é a forte execução no Porto de Tibar, que é um projeto de PPP significativo para a economia (para obter informações sobre porque há mudanças nos números históricos das Contas Nacionais e como são feitas as previsões do PIB, consulte o Anexo Metodológico).

1.34. Em 2023, o PIB deve crescer 3,5% devido ao retorno aos níveis de investimento privado pré-COVID e à estabilidade política. Espera-se que o crescimento económico 2024-2027 seja estável e contínuo.

1.35. Prevê-se que as perspetivas de crescimento global diminuam de 3,2% em 2022 para 2,9% em 2023. Nas economias avançadas e nas economias emergentes e em desenvolvimento, prevê-se que o PIB cresça em média 2,5% e 1,4% em 2022 e 2023, respetivamente. A guerra na Ucrânia e a pandemia são os principais fatores que contribuíram para a significativa desaceleração do crescimento em 2022 e para o aumento da inflação. Prevê-se que a China cresça 3,3% em 2022 em comparação com 2021, quando cresceu 8,1%.

Tabela 5: Indicadores de crescimento, 2020-2023, %

Região/País	Real		Previsão	
	2020	2021	2022	2023
Mundo	-3,1	6,1	3,2	2,9
Economias avançadas	-4,5	5,2	2,5	1,4
Economias emergentes e em desenvolvimento	-2,0	6,8	3,6	3,9
Ásia emergente e em desenvolvimento	-0,8	7,3	4,6	5,0

China	2,2	8,1	3,3	4,6
--------------	-----	-----	-----	-----

Fonte: Perspetivas Económicas Mundiais do FMI, julho de 2022.

1.36. Os preços no consumidor deverão aumentar, com o FMIE a prever um crescimento global da inflação prevista de 8,3% em 2022 e de 5,7% em 2023.

1.37. O aumento da inflação reflete o impacto da maior procura e menor oferta devido à guerra na Ucrânia e as sanções à Rússia.

1.38. O aumento dos preços do petróleo tem contribuído para o aumento da inflação nas economias avançadas, mas projeta-se um abrandamento nos próximos anos.

1.39. Nas economias emergentes e em desenvolvimento, a inflação aumentou refletindo o impacto da depreciação da moeda e dos preços mais altos das *commodities*, que aumentam os preços dos bens importados, mas a projeção é de moderação em 2023.

Tabela 6: Taxas de inflação globais e regionais (%)

País	Real		Previsão	
	2020	2021	2022	2023
Mundo	3,2	4,7	8,3	5,7
Economias avançadas	0,7	3,1	6,6	3,3
Economias emergentes e em desenvolvimento	5,2	5,9	9,5	7,3
Timor-Leste*	0,5	3,8	7,2	5,5

Fonte: World Economic Outlook do FMI julho de 2022. *Previsão do Ministério das Finanças, setembro 2022.

1.40. Os preços do petróleo são importantes para Timor-Leste tanto para os consumidores bem como enquanto país exportador de petróleo. A procura global caiu drasticamente no início da pandemia para US\$21/barril em abril de 2020, mas depois começou a aumentar acentuadamente e atingiu os US\$116,8/barril em junho de 2022 devido à guerra na Ucrânia. Os preços devem desacelerar no futuro próximo e já estamos a assistir uma diminuição dos preços.

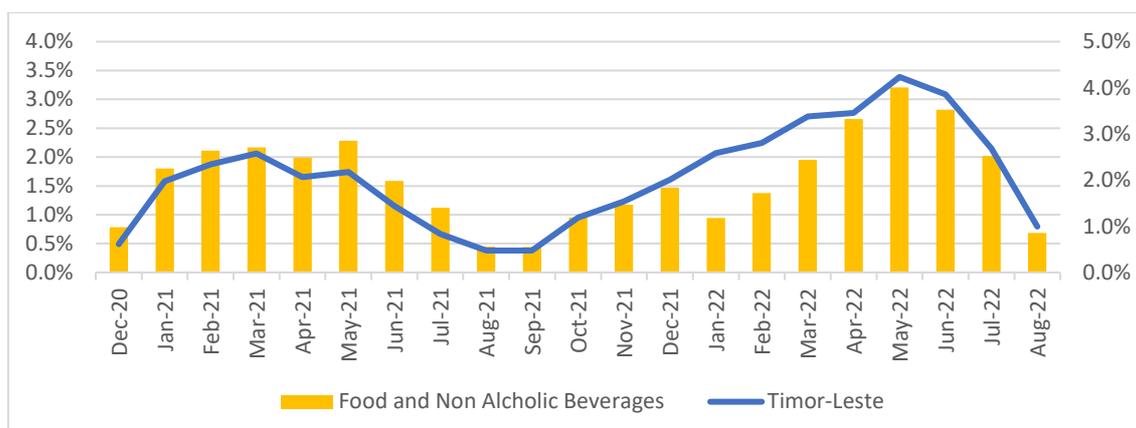
1.41. Devido ao peso significativo dos alimentos e bebidas não alcoólicas no cabaz do Índice de Preços no Consumidor (IPC) e à elevada proporção de alimentos importados por Timor-Leste todos os anos, os preços internacionais dos alimentos continuam a ser um dos principais impulsionadores da taxa global do IPC, pelo que as alterações nos preços dos alimentos internacionais podem ter um impacto significativo tanto na taxa de inflação quanto no padrão de vida.

1.42. Durante 2022, o aumento dos preços das *commodities* está relacionado com a interrupção do fornecimento, a guerra na Ucrânia e as sanções à Rússia, no entanto, o Banco Mundial prevê que o índice de preços dos alimentos seja moderado até dezembro de 2022. Isso terá um efeito positivo sobre as famílias mais pobres, para as quais os alimentos básicos constituem a maior parte dos gastos.

1.43. O nível de inflação em Timor-Leste registou um forte aumento no último ano. Em agosto de 2022 a inflação homóloga em Timor-Leste foi de 7,9%; isso significa que uma cesta de bens e serviços que custava US\$100,00 em agosto de 2021 custava US\$ 107,9 em agosto de 2022.

1.44. A inflação anual de alimentos e bebidas não alcoólicas em agosto de 2022 foi de 8,3%, superior ao aumento de 3,9% observado em agosto do ano passado. Isso deve-se principalmente ao forte aumento dos preços mundiais do petróleo, em resultado da guerra na Ucrânia, elevando os preços das importações e dos alimentos, conforme explicado acima.

Figura 2: Mudanças Recentes no Índice de Preços no Consumidor Timor-Leste Dez 2020-Ago 2022 (%)



Fonte: Direção Geral de Estatística, Ministério das Finanças, setembro 2022.

1.45. O DNPE prevê a taxa de inflação usando as últimas previsões anuais do *World Economic Outlook* do FMI para a inflação global e os principais índices e *commodities*, como alimentos e petróleo, bem como os dados mensalmente atualizados do IPC da DGE.

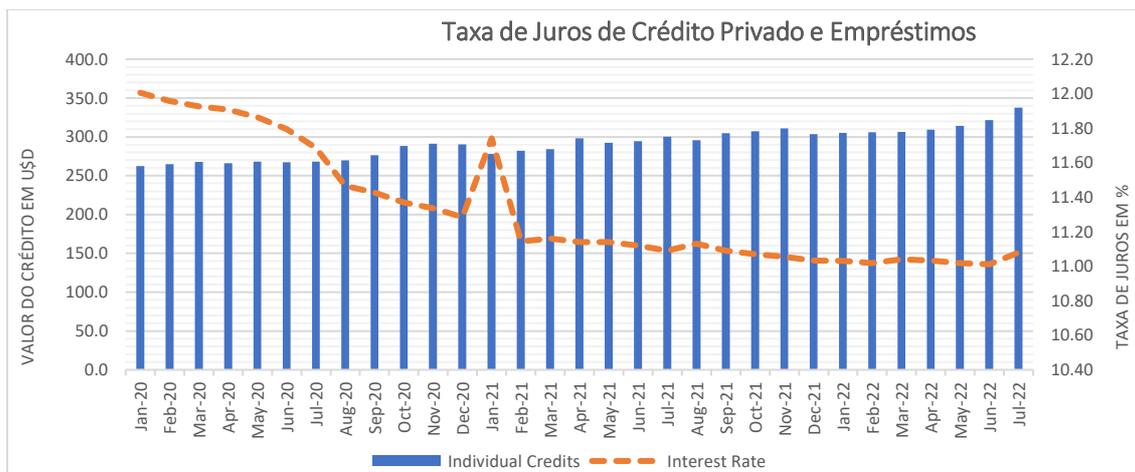
1.46. A taxa de câmbio efetiva é a taxa de câmbio da moeda de um país, medida como a soma ponderada das taxas de câmbio com seus parceiros comerciais. A taxa de câmbio efetiva real (TCER) é ajustada pelos efeitos da inflação e é uma medida melhor de competitividade.

1.47. Entre agosto de 2021 e agosto de 2022, a TCER valorizou 5,7%. Durante este período, a TCER apreciou 3,7% em relação a uma cesta ponderada em Baht Tailandês e Dong Vietnamita. Esta apreciação real exerce uma pressão descendente sobre os preços do arroz e a inflação em Timor-Leste (já que a Tailândia e o Vietname exportam grandes quantidades de arroz para Timor-Leste).

1.48. O montante e o custo do crédito para o setor privado são um indicador importante para o desenvolvimento do setor privado.

1.49. A taxa média de juros dos empréstimos a empresas privadas caiu desde janeiro de 2020, numa média de 11,1% nos últimos 12 meses. O crédito doméstico total, excluindo o Setor Público Administrativo, foi de US\$ 337,7 milhões em julho de 2022 e os empréstimos privados aumentaram 12,4% em julho de 2022 em relação a julho de 2021, isso indica que o setor privado está a mostrar sinais de recuperação.

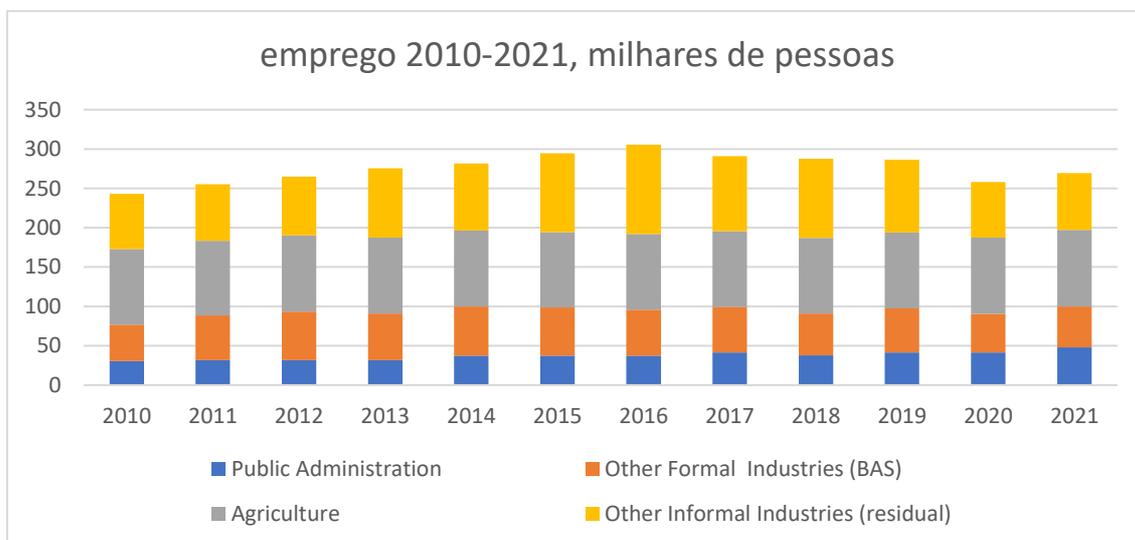
Figura 3: Taxas de Juros Comerciais e Crédito



Fonte: Banco Central Timor-Leste, 2022. Taxa de Juros (RHS, %), Crédito (LHS, \$m), agosto 2022.

1.50. O emprego total (formal e informal) é cerca de 9% superior em 2021 do que era em 2010, mas é ainda hoje 11% inferior ao seu pico em 2016, com o setor informal a representar cerca de dois terços do emprego em Timor-Leste. Ao longo deste período, o emprego informal na agricultura tem sido relativamente estável. Em 2021, estima-se que o emprego formal tenha aumentado cerca de 10% em relação a 2020 – este é um recorde histórico.

Figura 4: Emprego 2010-2021, milhares de pessoas



Fonte: Direção Geral de Estatística, Ministério das Finanças, setembro de 2022.

1.51. As estimativas de emprego em Timor-Leste usam várias fontes reconciliadas pelas Contas Nacionais, por exemplo, o Inquérito à Atividade da Força de Trabalho, Inquérito à Atividade Empresarial e o relatório financeiro do MF. Refira-se que esta é uma estimativa interna feita pelas Contas Nacionais e não substitui o Inquérito Anual ao Emprego.

2. Política Orçamental

Prioridades e Medidas do Governo para 2023

2.1. O Orçamento Geral do Estado para 2023 continua a colocar as pessoas no centro da elaboração de políticas e a dar prioridade ao bem-estar dos cidadãos para assegurar uma distribuição justa e equitativa dos recursos nacionais, para melhorar a prestação de serviços e a recuperação económica e resiliência, promover o crescimento económico sustentável e inclusivo a médio prazo e garantir que Timor-Leste se pode tornar um país de rendimento médio-alto até 2030.

2.2. A proposta de Orçamento Geral do Estado para 2023 é formulada com base nos Objetivos Estratégicos do VIII Governo que visam proporcionar a todos os cidadãos: 1) A oportunidade de ter uma vida saudável, segura e longa; 2) Acesso ao conhecimento, à tecnologia e à inovação; e 3) Acesso a recursos suficientes para garantir a vida com dignidade.

2.3. Com estes três objetivos estratégicos em mente, a agenda do Governo para o desenvolvimento inclusivo aspira a promover o bem-estar holístico para as pessoas e a fomentar um ambiente para o seu povo viver, contribuir e participar no desenvolvimento económico do país.

2.4. Tal ambição requer o desenvolvimento de comunidades habitáveis, o que inclui o acesso a educação de qualidade, cuidados de saúde, água e saneamento, proteção social, infraestruturas básicas e grandes investimentos no setor produtivo para recuperar e diversificar a economia.

2.5. As características gerais das políticas e programas orçamentais para 2023 visam especificamente investir no capital social para garantir o bem-estar presente e futuro do povo timorense, bem como promover o investimento produtivo na economia real como motor do crescimento inclusivo.

2.6. Tudo isto é feito respeitando o princípio fundamental da inclusão social e de políticas sensíveis às questões de género para não deixar ninguém para trás. Uma abordagem de orçamentação sensível ao género também será concretizar através do desenvolvimento de planos que reconheçam as diferenças nos resultados para todos os cidadãos, exigindo assim abordagens potencialmente adaptadas em áreas-chave como a violência baseada no género, a proteção social, a saúde, a educação, as lideranças e os programas de emancipação económica das mulheres.

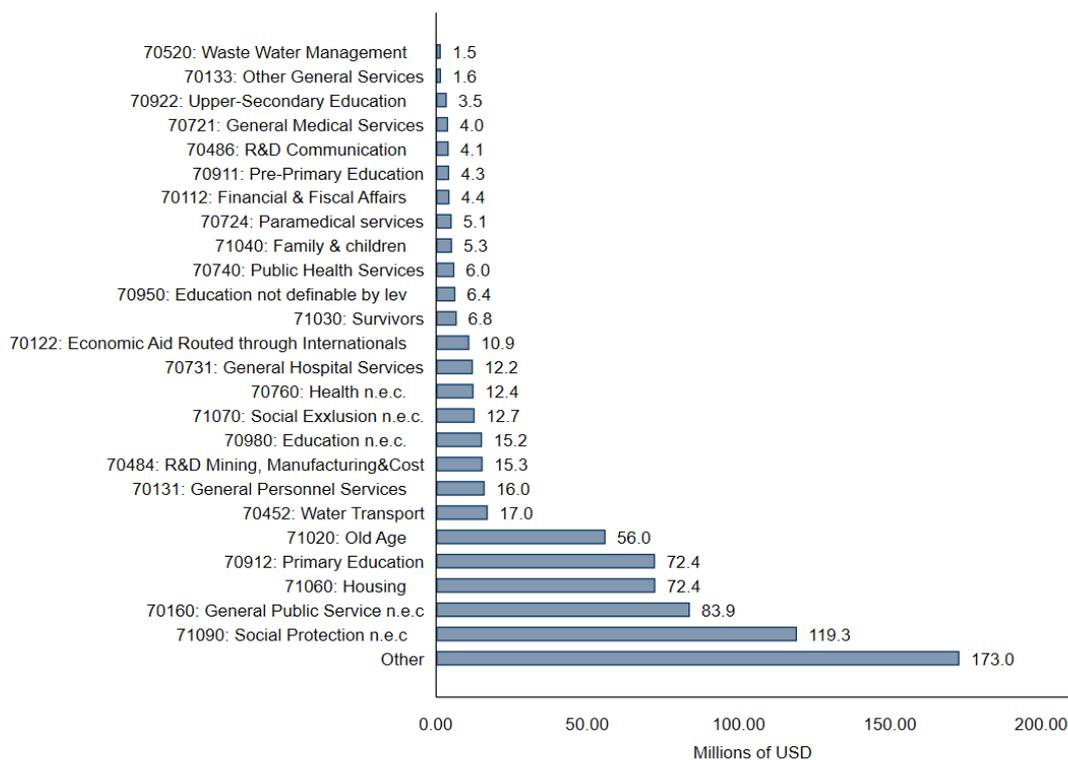
Investir no capital social para garantir o bem-estar presente e futuro do povo timorense

2.7. Embora a pandemia da covid-19 tenha diminuído ao longo de 2022, alguns dos seus impactos sociais e económicos são considerados duradouros e persistentes.

2.8. Entre 2020 e 2022, o Governo deu vários incentivos financeiros às famílias e às empresas, absorvendo a maior parte da queda do crescimento económico induzida pela Covid-19.

2.9. Para o ano fiscal de 2023, o Governo continuará a apoiar os mais vulneráveis e a conceder incentivos ao investimento produtivo à medida que a economia volta a crescer, para que a recuperação não acentue as desigualdades desencadeadas pela crise.

Figura 5: Distribuições do OGE no sector do capital social por função de classe



Fonte: Sistema de planeamento e orçamentação de Timor-Leste (Dalan Ba Futuru), janeiro de 2023

2.10. Cerca de 34% do Orçamento Geral do Estado para 2023 será afetado ao setor do capital social, que inclui a saúde, a educação e a proteção social, como mostra o gráfico acima. Isso equivale a US\$ 741 milhões e faz do setor de capital social o segundo maior beneficiário de recursos orçamentais em 2023, refletindo a importância dada ao acesso universal à educação de qualidade (US\$ 139 milhões) e à saúde (US\$ 82 milhões) e proteção social (US\$ 288 milhões), especialmente para segmentos vulneráveis da sociedade.

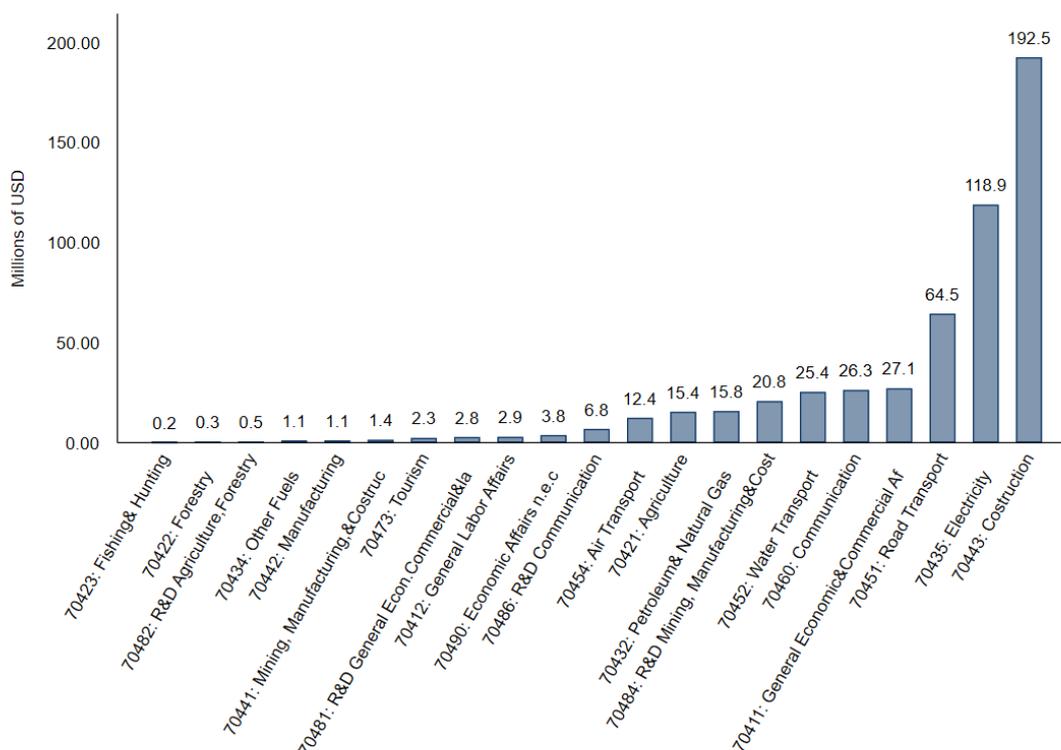
Promover o investimento produtivo na economia real como motor do crescimento inclusivo

2.11. O Governo vai investir na economia real para criar oportunidades económicas para os timorenses em todo o país e reduzir a dependência económica das importações e da emigração.

2.12. O Governo considera que a garantia da independência política do nosso país deve assentar no apoio à sua independência económica.

2.13. Assim, para o ano financeiro de 2023, o Governo continuará a apoiar o desenvolvimento do capital público e das infraestruturas básicas para que a economia possa continuar a crescer de forma sustentável e inclusiva, ligando o país através de um ambicioso programa de estradas e pontes, levando o fornecimento de eletricidade a todas as aldeias (suco) e promovendo a inclusão de Timor-Leste na economia mundial através de uma rede adequada de portos, e de apoio a empresas timorenses nos setores económicos onde temos uma vantagem competitiva como a agricultura, agroindústria, indústria transformadora, mineração, petróleo e gás e turismo.

Figura 6 Despesa pública na economia real e infraestruturas produtivas



Fonte: Sistema de planeamento e orçamentação de Timor-Leste (Dalan Ba Futuru), janeiro de 2023

2.14. Como mostra o gráfico acima, o Governo alocou 115 milhões de dólares¹ para desenvolver uma extensa rede de estradas de qualidade e bem conservadas, ligando comunidades, promovendo o desenvolvimento rural, a indústria e o turismo e proporcionando acesso aos mercados

2.15. O Governo investirá ainda 17 milhões de dólares na construção, reabilitação, manutenção e conservação de pontes e estradas rurais, 15 milhões de dólares na construção da Estrada Nacional Pante Macassar e 7,8 milhões de dólares na reabilitação de 30 km de estrada municipal em Laga-Bagua, entre outras iniciativas.

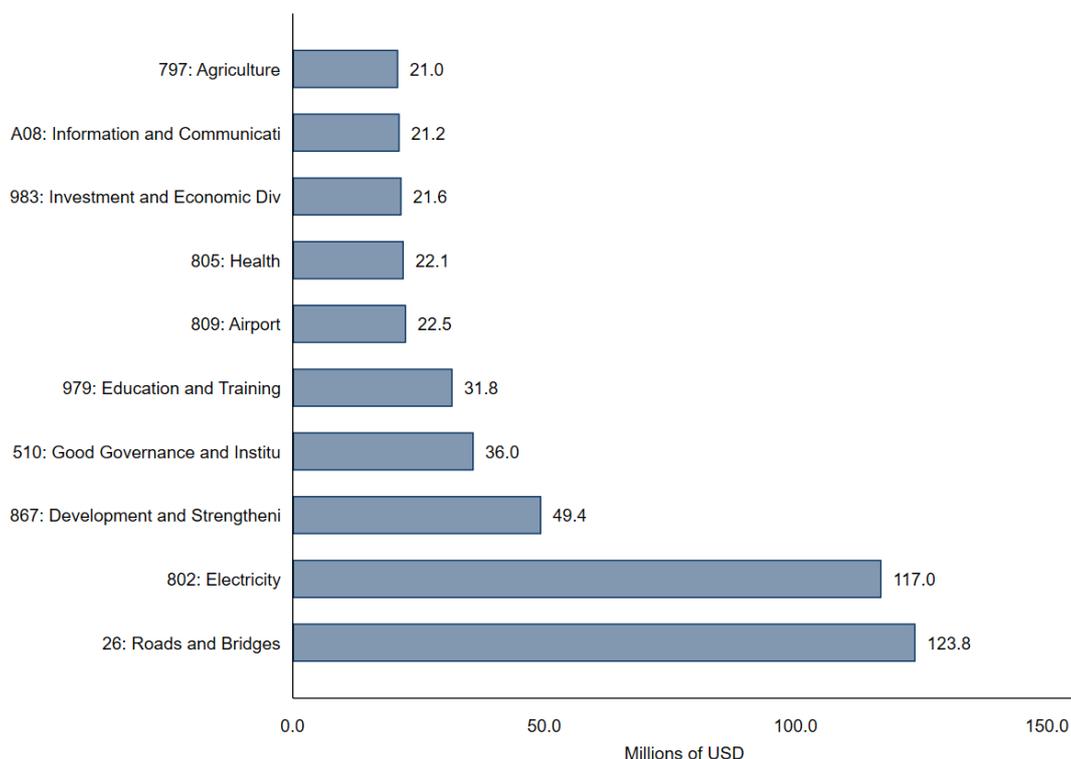
2.16. A disponibilização de eletricidade a um preço justo para todos os agregados familiares e empresas do país é outro pilar da estratégia do Governo para fomentar o crescimento produtivo e inclusivo. O acesso à eletricidade é um direito fundamental e a base do nosso futuro económico.

2.17. Em 2023, o Governo vai investir 119 milhões de dólares para garantir que, até 2030, todas as famílias timorenses têm acesso à eletricidade, quer através da expansão do sistema nacional da rede elétrica, quer através da utilização de sistemas locais de energia renovável de pequena escala.

2.18. Uma parte significativa desse total será destinada à construção de novas instalações, com foco em fontes de energia renováveis, e US\$100 milhões contribuirão para o fornecimento direto de eletricidade a preços acessíveis em todo o território nacional.

¹ Alguns investimentos rodoviários em construção foram incluídos.

Figura 7: Programas emblemáticos para promover o crescimento equitativo e inclusivo em 2023



Fonte: Sistema de planeamento e orçamentação de Timor-Leste (Dalan Ba Futuru), setembro 2022.

2.19. Além disso, o Governo visa também promover o crescimento equitativo e inclusivo do ponto de vista geográfico.

2.20. O Orçamento Geral do Estado para 2023 aumentou os recursos atribuídos aos municípios e regiões especiais, como a RAEOA. A região de Oe-Cusse Ambeno será um exemplo para a nação timorense de uma economia social de mercado bem-sucedida, onde os cidadãos podem aceder a cuidados de saúde, educação e serviços básicos de qualidade e oportunidades para o desenvolvimento económico sustentável num ambiente urbano e urbano rural.

2.21. A região implementará um programa de US\$ 48,5 milhões com o objetivo de fortalecer a sua economia. O programa financiará projetos socioeconómicos plurianuais (US\$ 11,5 milhões), obras públicas (US\$ 7,2 milhões), a construção de um complexo administrativo em Pante Macassar (US\$ 5,2 milhões) e a construção e reabilitação de estradas rurais (US\$ 4,8 milhões), entre outras atividades.

2.22. Serão também tomadas medidas para promover a diversificação da economia e apoiar o sector privado nas áreas em que Timor-Leste apresenta vantagens comparativas de integração na economia mundial.

2.23. Assim, um programa agrícola apoiará com US\$ 21 milhões o aumento sustentável da produção e da produtividade para melhorar os retornos económicos, a competitividade e ganhar eficiência. É necessário um sector agrícola próspero para reduzir a pobreza, proporcionar segurança alimentar e promover o crescimento económico nas zonas rurais e na nossa nação.

2.24. Com este objetivo em mente, em 2023 o Governo irá expandir os sistemas de irrigação em Laivai (3,6 milhões de dólares) e Galata (2,6 milhões de dólares), construir novas infraestruturas pesqueiras, incluindo portos de pesca (3,5 milhões de

dólares), apoiar a extensão e mecanização agrícolas (2,6 milhões de dólares) e desenvolver zonas agrícolas integradas em áreas irrigadas (2,1 milhões de dólares).

2.25. Por último, reconhecer o potencial e o importante papel que o sector agrícola deve desempenhar na ascensão económica do país não significa limitar-se apenas a essa atividade económica. O Governo acredita que Timor-Leste tem um enorme potencial para diversificar e expandir a sua economia para setores modernos e de base tecnológica.

2.26. No entanto, para construir a nação e proporcionar emprego e rendimento às pessoas, Timor-Leste precisa de atrair investidores para setores-chave da indústria, fazer parcerias com empresas internacionais na construção de infraestruturas e apoiar as empresas locais a iniciarem-se e a crescerem. Assim, em 2023, o Governo está a investir 21,6 milhões de dólares para acelerar a diversificação económica, no âmbito de um programa mais alargado, investindo no setor das telecomunicações (11 milhões de dólares), promovendo os produtos locais (6,4 milhões de dólares), criando um balcão único para o registo empresarial (2,1 milhões de dólares) e estabelecendo centros industriais (1,3 milhões de dólares).

As Grandes Opções de Plano para 2023

2.27. Na sequência da promulgação da LEO que prevê o desenvolvimento de um modelo de orçamentação que representa uma mudança de paradigma na forma como as políticas públicas são planeadas e orçamentadas, contendo informação sobre as suas finalidades e o impacto nas contas públicas, na economia e na sociedade, o processo orçamental de 2023 desenvolveu-se através de um processo de “duas etapas”, concretamente a Lei das Grandes Opções do Plano e a Lei do Orçamento Geral do Estado.

2.28. As Grandes Opções de Plano (GOP) é o documento que preenche a lacuna entre planeamento e orçamento, e identifica as medidas que serão realizadas nesse ano e terão implicações orçamentais.

2.29. As medidas do GOP são obtidas do Plano Estratégico de Desenvolvimento, dos planos de médio prazo e dos planos anuais dos serviços e entidades do Setor Público Administrativo, de compromissos nacionais e internacionais assumidos, bem como de quaisquer outros documentos políticos e estratégicos do Governo.

2.30. As GOP constituem a justificação para a orçamentação das atividades que vão integrar o Orçamento Geral do Estado, apresentando medidas concretas e abstratas que contribuam para a concretização dos objetivos e metas fixados no Plano Anual.

2.31. Embora as GOP não sejam um Plano de Médio Prazo, elas fornecem medidas-chave concretas com foco em grandes investimentos plurianuais no setor produtivo para recuperar e diversificar a economia, bem como medidas-chave em áreas estratégicas como educação, saúde, proteção segurança social, água e saneamento, etc., que terão implicações orçamentais.

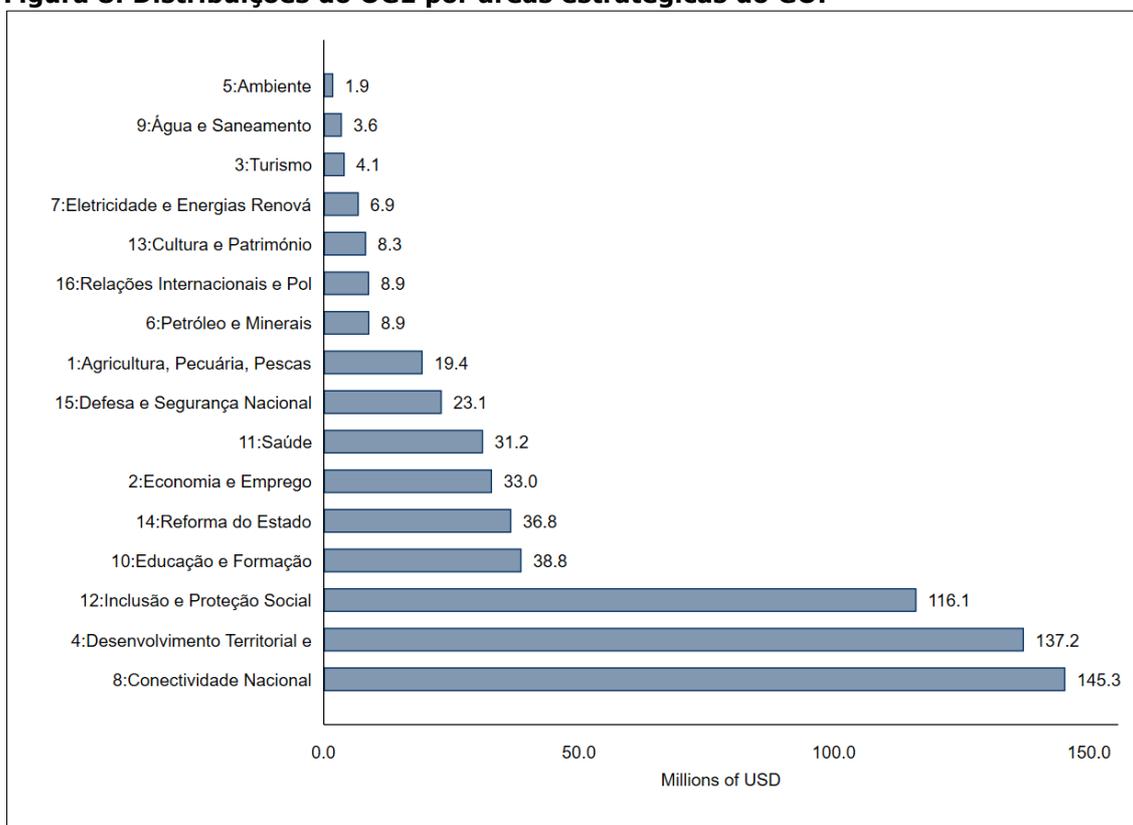
2.32. As GOP serão revistas e atualizadas anualmente para cada medida nas principais áreas estratégicas e submetidas ao Parlamento Nacional no dia 10 de maio de cada ano para discussão e aprovação.

2.33. Para o ano fiscal de 2023, US\$600 milhões (conforme mostrado no gráfico abaixo) foram distribuídos para financiar 275 medidas-chave das GOP organizadas em dezasseis (16) áreas estratégicas que se alinham com subsectores do Plano Estratégico de Desenvolvimento: Agricultura, Pecuária, Pesca e Silvicultura; Economia e Emprego; Turismo; Desenvolvimento Rural e Habitação; Meio Ambiente; Petróleo e Minerais; Eletricidade e Energias Renováveis; Conectividade Nacional; Água e saneamento; Educação e formação; Saúde; Inclusão e Proteção Social;

Cultura e Património; Reformas do Estado; Defesa e Segurança Nacional; Relações Internacionais e Política Externa.

2.34. As medidas das GOP serão implementadas em 30 programas nacionais e contribuirão para os 28 resultados nacionais conforme apresentado na Lei das Grandes Opções do Plano (Lei n.º 8/2022). O gráfico abaixo mostra a distribuição do Orçamento Geral do Estado para 2023 pelas 16 áreas estratégicas das GOP.

Figura 8: Distribuições do OGE por áreas estratégicas do GOP



Fonte: Sistema de planeamento e orçamentação de Timor-Leste (Dalan Ba Futuru), setembro 2022.

2.35. No gráfico acima apresentado, a área estratégica Conectividade Nacional (US\$145 milhões) é a que recebe o maior montante do total do Orçamento Geral do Estado, alinhando-se com a informação apresentada por estrutura programática e classificação funcional. O objetivo do Governo de priorizar o crescimento equitativo e inclusivo, inclusive do ponto de vista geográfico, reflete-se no facto de que as áreas estratégicas das GOP Desenvolvimento Territorial e Habitação (US\$136 milhões) e Proteção Social e Inclusão (US\$108 milhões) serem, respetivamente, as segunda e terceira maiores beneficiárias de financiamento do Orçamento Geral do Estado. A seguir destacam-se as principais informações de ações concretas em cada uma das áreas estratégicas das GOP que serão implementadas no ano de 2023:

Agricultura, Pecuária, Pesca e Silvicultura

2.36. A agricultura, a pecuária, a pesca e a silvicultura são áreas estratégicas para a fixação das populações rurais e para o desenvolvimento da economia do país.

2.37. Para 2023, o Governo pretende consolidar medidas e aumentar a dotação orçamental para reforçar o investimento neste setor.

2.38. As principais intervenções nesta área incluem a melhoria das práticas agrícolas, a produtividade agrícola e a aceleração da transição da agricultura de

subsistência para um modelo agrícola moderno e orientado para o mercado que garanta a segurança alimentar, diversificação e fortalecimento do consumo interno.

2.39. Além disso, o Governo está também a investir no sector da pecuária devido ao seu grande potencial para contribuir para a melhoria da nutrição do povo timorense, através do acesso e consumo de carne fresca e produtos lácteos.

2.40. Para melhorar este setor, em 2023 o Governo pretende investir em rações acessíveis e de qualidade e garantir a vacinação e desparasitação dos animais.

2.41. Da mesma forma, o Governo prevê melhorar o investimento no setor das pescas e expandir o setor para combater a insegurança alimentar e a desnutrição e contribuir para o crescimento económico, melhoria dos meios de subsistência e criação de emprego.

2.42. Por último, para este sector, o Governo continua a investir na proteção da fauna e da biodiversidade do país, promovendo o investimento no sector florestal, efetuando a demarcação e medição de áreas potenciais para o desenvolvimento de plantações comerciais de sândalo e incentivando o desenvolvimento de viveiros florestais.

Economia e Emprego

2.43. A criação de novos negócios e indústrias e o investimento no setor privado é o motor do crescimento, inovação e criação de emprego para o povo timorense e permitirá a transição para uma economia não petrolífera.

2.44. O Governo está empenhado em diversificar a economia e criar as condições fiscais e burocráticas que permitam uma maior predisposição para os investidores nacionais e internacionais investirem no país.

2.45. Neste sentido, para 2023, o Governo propõe intervenções em cinco áreas-chave, comércio, indústria, sector privado, emprego e cooperativas, para melhorar o ambiente de negócios e o investimento, criar condições para o empreendedorismo, estimular a participação ativa na economia e aumentar a exportação de mercadorias, o que contribuiu para o aumento da receita do Estado por meio da arrecadação de impostos.

Turismo

2.46. O turismo é um importante motor de desenvolvimento da economia nacional pelo seu impacto na criação de emprego e rendimento, contribuindo também para a salvaguarda do património natural e cultural de Timor-Leste.

2.47. Com uma beleza natural incomparável, uma história rica e um património cultural único, Timor-Leste tem todas as condições para desenvolver um setor turístico original, que envolve sobretudo as suas gentes, religião e cultura.

2.48. Neste sentido, para 2023, o Governo identificou medidas chave que incluem a promoção do ecoturismo, a combinação de alojamento com plantações de café ou arroz e locais turísticos a nível de suco e capacitação das comunidades para desenvolver e gerir os locais, e aumentar o número de turistas através do aumento do número de navios de cruzeiro que atracam nos portos nacionais, bem como o apoio às empresas privadas que desenvolvem atividades no sector do turismo.

Desenvolvimento Territorial e Habitação

2.49. O Governo pretende promover a qualidade de vida de todos os timorenses, especialmente aqueles que vivem em zonas remotas e de difícil acesso, através de várias iniciativas que vão do nível municipal ao nível da aldeia, para criar empregos locais e elevar o nível de vida e bem-estar da população.

2.50. Neste sentido, para 2023, algumas das grandes prioridades incluem a continuação da implementação do programa de Planeamento Integrado do Desenvolvimento Municipal (PDIM) para novos projetos, o Programa Nacional de Desenvolvimento Sucos (PNDS) e o programa Estradas para o Desenvolvimento (R4D), bem como promover e desenvolver atividades económicas comunitárias por meio do Programa Mão-de-Obra Posto Administrativo (PMOPA) e atividades económicas comunitárias por meio do Programa *Movimento Hafoun Aldeia* (PMOHA).

2.51. Em 2023, o Governo pretende ainda alargar o âmbito de intervenção do programa de habitação social existente "*Uma ba Ema Kbiit Laek* " (abreviado como UKL) integrado no PNDS que teve início em 2021, para criar uma medida adicional, denominada "*Uma ba Ema Kbiit Laek Plus* " (abreviado como UKL+), que compreende a prestação de duas novas formas de apoio a famílias vulneráveis como a melhoria do atual projeto UKL, e a conservação ou reparação de casas em mau estado e fornecimento de materiais de construção para a substituição do material de cobertura da casa.

Meio Ambiente

2.52. A poluição do ar tem crescido substancialmente, especialmente em Díli, como resultado das emissões de carros e motos, além dos fumos libertados por residências e incêndios florestais.

2.53. O Programa do VIII Governo Constitucional dá especial ênfase à necessidade de promover e implementar uma política ambiental, assegurar a proteção e conservação da natureza e da biodiversidade, controlar a poluição, combater as alterações climáticas e reforçar os serviços de licenciamento e educação ambiental, bem como a fiscalização de atividades prejudiciais à flora e fauna e garantir o desenvolvimento nacional de forma ambientalmente sustentável.

2.54. Neste contexto, algumas das principais medidas previstas para serem implementadas em 2023 incluem a melhoria do sistema de serviços de licenciamento ambiental, incluindo a cobrança de taxas ambientais, a preparação e aprovação da impostos ambientais para aumentar a arrecadação de receitas e a promoção da identificação de plantas a serem incluídas no mercado de carbono, bem como promover a resiliência às mudanças climáticas por meio de ações de adaptação, mitigação e controle de substâncias químicas que danificam a camada de ozono.

Petróleo e Minerais

2.55. O sector petrolífero tem sido a principal fonte de receitas do Orçamento Geral do Estado para a prestação de serviços públicos à população e para a construção e manutenção das infraestruturas da nossa Nação.

2.56. O Governo continua empenhado em aumentar as receitas petrolíferas e minerais e alcançar a sustentabilidade do Fundo Petrolífero, para garantir a sua preservação para as gerações futuras.

2.57. O Governo identificou as principais intervenções que serão tomadas em 2023 para maximizar o investimento nos setores de petróleo e minerais, incluindo o aumento das atividades de estudo e pesquisa através da promoção contínua de blocos *onshore* e *offshore* para exploração, para maximizar o investimento nos setores de petróleo e minerais e desenvolver a viabilidade e estudos de sustentabilidade sobre o uso do gás natural para a produção de energia elétrica, buscando utilizar energias menos onerosas e que contemplem questões ambientais.

Eletricidade e Energias Renováveis

2.58. O acesso ao fornecimento regular e fiável de eletricidade é um direito fundamental e a base do crescimento económico de Timor-Leste.

2.59. Para 2023, o Governo pretende continuar a investir na atualização e melhoria da transmissão e distribuição de eletricidade e eletrificação rural, enquanto aposta na expansão das energias renováveis.

2.60. Investir em fontes de energia renovável pode contribuir para um ambiente menos poluído e mitigar os impactos das mudanças climáticas de acordo com os compromissos assumidos em convenções internacionais.

Conectividade Nacional

2.61. O Governo está empenhado em melhorar a conectividade nacional através da construção, reabilitação e manutenção de infraestruturas centrais e produtivas resilientes às condições climáticas e meteorológicas para ligar e criar condições para a circulação de pessoas e bens, para o crescimento económico, a criação de emprego e o desenvolvimento do setor privado.

2.62. Para o ano de 2023, o Governo continua empenhado em investir em três áreas prioritárias neste setor nomeadamente: a) infraestruturas (portos, aeroportos, estradas e pontes); b) logística (sistema de transporte terrestre, marítimo e aéreo); e telecomunicações (fibra ótica marítima e terrestre).

Água e saneamento

2.63. O acesso a água limpa e potável e a serviços de saneamento modernos são fundamentais para proteger a saúde de todos os timorenses.

2.64. Melhorar a qualidade da água, saneamento e drenagem em Timor-Leste ajudará a construir a resiliência necessária para que o país enfrente futuros desafios de saúde e faça crescer a economia.

2.65. Para 2023, algumas das principais intervenções incluem o início do projeto de modernização do sistema de tratamento de água, saneamento e drenagem em Díli em colaboração com a *Millennium Challenge Corporation* (MCC), o aumento da área de cobertura do serviço de abastecimento de água potável e a conclusão da reabilitação de instalações de água limpa e potável danificadas.

Educação e formação

2.66. A oferta de educação e formação de qualidade são essenciais para moldar a personalidade, criar condições de empregabilidade e competitividade das pessoas em idade ativa e garantir o desenvolvimento económico do país, sendo um instrumento fundamental para a saída da pobreza.

2.67. Para garantir que todas as crianças e jovens tenham acesso à aprendizagem e às qualificações essenciais para o sucesso na sociedade, o Governo continua empenhado em investir significativamente na reabilitação das infraestruturas educativas básicas, reforçando a qualidade do currículo nacional do ensino formal e melhorando as oportunidades para a formação contínua e desenvolvimento profissional dos atuais professores e dirigentes escolares.

2.68. Para 2023, algumas das novas iniciativas nesse setor incluem a reforma do programa de alimentação escolar, a garantia do acesso à internet em todas as escolas e universidades, a concessão de bolsas de mérito aos melhores alunos do ensino básico e secundário, dando continuidade à implementação do programa *home-schooling* e implementação de um programa de recrutamento dirigido aos melhores alunos das universidades nacionais.

2.69. O Governo prevê ainda iniciar um projeto-piloto para a implantação de creches no Município de Díli, para acolhimento de crianças dos 0 aos 3 anos, cujos pais trabalham e necessitam deste apoio.

2.70. Adicionalmente, o Governo planeia também realizar um estudo para a melhoria da educação através do desenvolvimento de um centro de excelência que proporcionará formação inicial para futuros professores do ensino secundário e dirigentes escolares e proporcionará formação contínua e profissional para os atuais docentes e dirigentes escolares, em colaboração com a MCC.

Saúde

2.71. O acesso equitativo a serviços de saúde essenciais e de qualidade, bem equipados e dotados de profissionais de saúde competentes, é um objetivo fundamental.

2.72. Assim, para 2023, a intervenção do Governo está orientada para a reabilitação das infraestruturas básicas de saúde a nível nacional e municipal, expansão dos serviços de saúde, introdução de parcerias público-privadas nos Serviços de Diagnóstico em Saúde e melhoria da qualidade da prestação de serviços de saúde através da inovação dos sistema de saúde, promovendo a melhoria constante no desenvolvimento e implantação de recursos humanos, fortalecendo os esforços de combate à desnutrição e melhorando a resposta nacional aos surtos e emergências de dengue, cólera e outras doenças.

Inclusão e Proteção Social

2.73. O Governo está continuamente empenhado em ajudar os cidadãos mais pobres e vulneráveis da sociedade timorense.

2.74. A proposta de Orçamento para 2023 fará uma aposta específica na consolidação de uma política de coesão social e garantia de dignidade e direitos humanos a todos os timorenses, quer através da melhoria da sustentabilidade do Sistema de Segurança Social quer através do reforço da assistência social aos mais desfavorecidos.

2.75. Neste contexto, o Governo identificou intervenções chave para garantir que mulheres e crianças, jovens, bem como idosos e outros cidadãos vulneráveis, tenham acesso à satisfação das suas necessidades fundamentais e bem-estar, bem como acesso a oportunidades para sair de seu estado frágil.

2.76. Algumas das intervenções chave incluem um conjunto de reformas do programa *Bolsa da Mãe*, e a criação de proteção em caso de doença (incapacidade temporária), proteção familiar (abono de família), acidentes de trabalho e doenças profissionais e desemprego no âmbito do regime de segurança social contributivo.

Cultura e Património

2.77. O Governo está empenhado na conservação, proteção e preservação do património histórico-cultural e no desenvolvimento das artes e da cultura, bem como na proteção dos direitos relativos à criação artística e literária.

2.78. As principais intervenções que serão realizadas em 2023 incluem o prosseguimento dos passos iniciais para a implementação da Biblioteca Nacional e a identificação de artefactos para futura constituição do Museu Nacional e a construção do "Jardim da Chama Eterna", memorial de alta simbologia, que se destina a concentrar o reconhecimento de todos aqueles que pereceram na luta pela Libertação Nacional.

2.79. O Governo continua também a investir no desenvolvimento e promoção de atividades, ações e práticas culturais, em particular na criação de indústrias criativas geradoras de rendimento e emprego, e que defendem e valorizam o património cultural, que tem características únicas de grande interesse.

Reforma do Estado

2.80. A Reforma do Estado está dividida em quatro grandes reformas institucionais em andamento – a Reforma da Administração Pública, a Reforma Fiscal e das Finanças Públicas, a Reforma Judicial e o Processo de Descentralização Administrativa.

2.81. Estas quatro reformas estão interligadas e têm como objetivo comum melhorar a gestão e o funcionamento do setor público, bem como garantir que o Estado opere num quadro de legalidade e segurança jurídica de forma mais eficiente e eficaz.

2.82. Para 2023, o Governo continua empenhado em assegurar a implementação das iniciativas enunciadas nos documentos de política das quatro reformas institucionais.

Defesa e Segurança Nacional

2.83. O desenvolvimento de instituições de defesa e segurança transparentes, eficientes, competentes e profissionais é fundamental para a manutenção da democracia e a consolidação da estabilidade e da paz aos níveis nacional e internacional.

2.84. Para o exercício de 2023, o Governo continua empenhado em reforçar a coordenação e estreita cooperação entre as Forças de Defesa (F-FDTL) e as Forças de Segurança (PNTL) e assegurar a clareza e empenho de acordo com as respetivas responsabilidades e missões, bem como garantir a integridade territorial, o funcionamento normal das instituições democráticas, a liberdade e proteção do património do Estado e dos cidadãos.

Relações Internacionais e Política Externa

2.85. As ações de política externa são cruciais para apoiar o desenvolvimento nacional e melhorar a participação de Timor-Leste na cena internacional e a sua inserção nas economias regionais e internacionais.

2.86. O Governo continua a conduzir uma política externa que promove a cooperação bilateral e multilateral, promovendo parcerias culturais, económicas e comerciais com outros países, essenciais para a atração de investimento.

2.87. Para o ano de 2023, o Governo continuará a promover esforços para que Timor-Leste se torne membro de pleno direito da ASEAN e da Organização Mundial do Comércio e a promover a delimitação definitiva das fronteiras terrestres e marítimas.

Orçamento Sensível ao Género e Inclusão Social (GESI)

2.88. A promoção da igualdade de género e da inclusão social continua a ser o cerne do VIII Governo Constitucional para alcançar uma sociedade mais inclusiva, onde ninguém seja deixado para trás, independentemente do seu género, deficiência, origem social, orientação sexual ou fé.

2.89. Desde 2017 o Governo reforçou o Orçamento Sensível ao Género (OSG) para ser adotado como estratégia no desenvolvimento de programas e subprogramas para alcançar um impacto positivo na promoção da igualdade de género, empoderamento de mulheres e raparigas e inclusão social.

2.90. A circular de preparação do Orçamento Geral do Estado para 2023 sublinha a importância de analisar mais de perto o impacto das medidas e políticas orçamentais na igualdade e inclusão de género e garantir que as necessidades e interesses, prioridades e desafios das mulheres, raparigas, rapazes e homens em diferentes

situações sociais, classe, localização, etc., são adequadamente abordadas no plano anual.

2.91. Para implementar esta visão, em 2023 o Governo alocou US\$259 milhões para implementar o programa Igualdade de Género e Inclusão Social (Programa 980), sendo o terceiro maior programa em valor total do orçamento, representando 8,2% do total da despesa do Orçamento Geral do Estado.

2.92. Especificamente, neste programa, US\$796.083 foram distribuídos para implementar as três políticas nacionais de género, concretamente o Plano de Ação Nacional contra a Violência Baseada no Género (US\$240.178), o Plano de Ação Nacional sobre Mulheres, Paz e Segurança (US\$349.448) e a Declaração de Maubisse (US\$206.457), abordando as questões de violência de género, mulheres em paz e segurança e empoderamento económico das mulheres, respetivamente.

2.93. Além disso, o Governo destinou US\$19,2 milhões para implementar o programa *Bolsa da Mãe*. Deste montante, US\$5,3 milhões destinam-se a dar continuidade ao programa original e US\$13,7 milhões foram destinados à introdução da medida *Bolsa da Mãe-Nova Geração* (Decreto-Lei n.º 22/2021) que visa apoiar e melhorar a saúde e a nutrição infantil durante os primeiros anos da infância. É ainda concedido apoio especial a crianças com doença crónica ou deficiência, através do aumento do valor do respetivo subsídio. Os demais recursos são destinados aos custos operacionais.

2.94. O novo subsídio para mães estabelece um subsídio de US\$15 por mês para mulheres grávidas, US\$20 por mês para cada criança até 6 anos e uma sobretaxa de US\$10 para crianças com deficiência.

2.95. O Governo continua também a investir em medidas de combate à pobreza, redução das desigualdades e melhoria do bem-estar, aumentando a dotação orçamental para o apoio à nutrição.

2.96. Para 2023, o Governo pretende melhorar a qualidade das refeições do programa *Merenda Escolar* para atender às necessidades nutricionais das crianças, aumentando o gasto por criança e por refeição de US\$0,25 para US\$0,42. Um total de US\$22,4 milhões foi alocado para executar esta medida abrangendo 13 municípios e a RAEOA.

2.97. Em complemento, o Governo também reservou US\$10 milhões anuais para os próximos cinco anos para implementar o Plano Estratégico Nacional de Nutrição do Setor da Saúde. Espera-se que isso aborde a deficiência de micronutrientes responsável pela má nutrição em crianças e tenha um impacto positivo na vida das crianças.

2.98. Além disso, o Governo pretende investir na facilitação do acesso universal à educação através de medidas de proteção social, como a atribuição de bolsas de estudo aos filhos dos Combatentes da Libertação Nacional e bolsas de mérito atribuídas aos melhores alunos dos ensinos básico e secundário.

2.99. Neste contexto, para 2023, o Governo alocou US\$1,7 milhões ao programa de bolsas para os filhos dos Combatentes da Libertação Nacional e US\$7,5 milhões aos melhores alunos do ensino básico (3 melhores alunos) e secundário (5 melhores alunos).

2.100. O Governo pretende ainda dar continuidade ao programa *home-schooling*, com a atribuição de US\$2,1 milhões para apoiar a educação dos alunos no respetivo local de residência, nomeadamente para crianças em idade pré-escolar e do 1.º ano do ensino básico, em todos os sucos e aldeias de Díli, bem como a disponibilização de Bibliotecas Móveis a toda a comunidade estudantil.

2.101. Com o financiamento do Estado das referidas atividades, que se entendem complementares entre si, espera-se aumentar a taxa de participação de crianças e meninas no processo escolar, em todos os níveis e modalidades de ensino, e um aumento da taxa de sucesso escolar.

2.102. Por último, o Governo está também empenhado em defender os direitos das pessoas com deficiência a terem igual acesso e oportunidades de serem cidadãos ativos em todas as esferas da vida pública e de participarem nos processos de tomada de decisão em todas as áreas do desenvolvimento do país para contribuir para o desenvolvimento sustentável.

2.103. Vários incentivos financeiros para melhorar o estatuto socioeconómico e capacitar economicamente grupos vulneráveis e idosos também serão implementados como parte do regime não contributivo da Segurança Social.

2.104. O Fundo de Reserva da Segurança Social começará a ser investido em 2023, com um capital inicial de US\$162 milhões, gerando receitas que garantirão a sustentabilidade do Sistema da Segurança Social para o futuro.

2.105. A tabela abaixo ilustra o Orçamento Geral do Estado por Classificação Funcional para a Proteção Social.

Tabela 7: Distribuição do OGE por Classificação Funcional para Proteção Social, US\$

10	Proteção Social		306.836.925
	01	Doença e deficiência	5.941.710
	02	Velhice	61.497.349
	03	Sobreviventes	6.818.150
	04	Família e filhos	6.061.333
	06	Habitação	72.624.508
	07	Exclusão social ne	14.690.950
	08	P&D proteção social	2.264.020
	09	Proteção social ne	136.938.905

Fonte: Sistema de planeamento e orçamentação de Timor-Leste (Dalan Ba Futuru), setembro 2022.

Transparência e Responsabilidade Orçamental

2.106. A proposta de Orçamento para 2023 inclui os seguintes marcadores para responsabilizar o Governo em várias questões transversais, como igualdade de género e inclusão social, nutrição, clima e cadeia de valor.

Marcador de género

2.107. Para monitorizar a proporção do Orçamento Geral do Estado destinada à promoção da igualdade de género e os compromissos assumidos para eliminar as desigualdades existentes, o Governo estabeleceu um Marcador de Género, com os níveis Principal (P), Significativo (S) e Não Direcionado (NT) no sistema de orçamentação e planeamento. É uma ferramenta obrigatória que deve ser usada por todos os Ministérios e agências autónomas no seu Plano de Ação Anual e aplicada ao nível do subprograma. O Marcador de Género contém três (3) marcadores, a saber:

#	Marcador	Definição
1	Principal (P)	O principal resultado esperado do subprograma é reduzir as desigualdades de género. O subprograma não teria sido realizado sem este objetivo de igualdade de género e inclusão social.
2	Significativo (S)	O especto de igualdade de género e inclusão social é um resultado esperado importante e deliberado, mas não a principal

		<p>razão para a realização do subprograma. O subprograma, além de outros resultados esperados, é projetado para ter um impacto positivo na inclusão e no avanço da igualdade de género e/ou no empoderamento de mulheres e meninas (integração de género). Para que um subprograma seja considerado "Significativo" pelo Marcador de Género, deve haver pelo menos um dos critérios abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Há pelo menos uma atividade focada em questões de género no subprograma • Em pelo menos um dos fins é indicado o resultado esperado para alcançar a igualdade entre homens e mulheres • Objetivos, linhas de base, metas e indicadores de desempenho são claramente definidos para abordar as desigualdades de género, e os dados são desagregados por sexo.
3	Não Direcionado (NT)	O subprograma não pretende reduzir as desigualdades de género nem atender às necessidades e preocupações de grupos vulneráveis e marginalizados.

2.108. Como se pode ver no gráfico abaixo, a adoção de uma orçamentação sensível ao género vai além da implementação de um programa específico de igualdade de género (Programa 980) e abrange todas as políticas públicas financiadas através do Orçamento Geral do Estado, adotando a inclusão da marcação de género ao nível do subprograma.

2.109. Um total de US\$205 milhões (6% do OGE) foi distribuído a subprogramas considerados "Principais" na aplicação do Marcador de Género, enquanto US\$307 milhões (10% do OGE) foram alocados a subprogramas considerados "Significativos" (estratégia de integração de género) na aplicação do Marcador de Género.

2.110. No entanto, ainda há espaço para melhorias, uma vez que grande parte do financiamento não considera as perspetivas de género. É importante ressaltar que a igualdade de género entra como objetivo principal ou significativo em muitas atividades em todos os programas do Governo. Isto é especialmente relevante quando se trata de funções com forte componente social, como proteção social, educação, desporto, nutrição e saúde, bem como água e saneamento.

2.111. A tabela abaixo demonstra a distribuição do Orçamento Geral do Estado para 2023 por Marcador de Género.

Tabela 8: Distribuição do Orçamento Geral do Estado para 2023 por Marcador de Género, em US\$

Marcador de género	Valor
Principal	205.044.385
Significativo	306.724.933
Total	511.769.318

Fonte: Sistema de planeamento e orçamentação de Timor-Leste (Dalan Ba Futuru), setembro 2022.

Marcador da Criança

2.112. Para identificar e monitorizar eficazmente as atividades com dotações orçamentais que apoiam a realização dos direitos da criança, a República Democrática de Timor-Leste (RDTL) adotou um Marcador da Criança para planeamento e orçamentação em 27 de outubro de 2021.

2.113. O Marcador da Criança aplica-se a todas as entidades governamentais que recebem fundos do Orçamento Geral do Estado, mostrando quais as atividades, e quanto orçamento são especificamente dirigidos aos direitos da criança (dos 0 aos

17 anos), reforçando assim a transparência e a responsabilização. O Marcador da Criança inclui três (3) categorias que avaliam o foco na realização dos direitos da criança e se aplicam ao nível da atividade, a saber:

#	Marcador	Definição
1	Específico (E)	Esta categoria aplica-se a atividades que visam especificamente abordar os direitos das crianças (sobrevivência, desenvolvimento, proteção e participação).
2	Alargado (A)	A categoria "Alargado (A)" aplica-se a atividades que fornecem bens e serviços que beneficiam diretamente as pessoas, incluindo crianças.
3	Indireto (I)	Esta categoria refere-se a atividades que apenas contribuem indiretamente para o desenvolvimento e bem-estar das crianças.

2.114. A tabela abaixo ilustra a distribuição do Orçamento Geral do Estado para 2023 por Marcador da Criança, tendo sido atribuídos US\$231 milhões (7%) a atividades que visam especificamente abordar os direitos da criança enquanto US\$411 milhões (13%) foram distribuídos a atividades que fornecem bens e serviços que beneficiam diretamente as pessoas, incluindo crianças.

Tabela 9: Distribuição do Orçamento Geral do Estado para 2023 por Marcador da Criança, em US\$

Marcador da Criança	Valor
Específico	231.229.438
Alargado	411.412.463
Total	642.641.901

Fonte: Sistema de planeamento e orçamentação de Timor-Leste (Dalan Ba Futuru), setembro 2022.

Marcador de orçamento nutricional

2.115. O Governo está empenhado em institucionalizar o marcador do orçamento nutricional (NBT) através do sistema de planeamento e orçamentação.

2.116. O NBT visa identificar, classificar e marcar as despesas relacionadas com a nutrição no sistema de gestão das finanças públicas, permitindo estimar, monitorizar e acompanhar as despesas nutricionais críticas de diferentes entidades governamentais, e analisar em que medida a composição do Orçamento Geral do Estado aloca verbas para intervenções destinadas a eliminar todas as formas de desnutrição entre a população.

2.117. Existem duas (2) etiquetas orçamentais nutricionais que serão incluídas no sistema de planeamento e orçamentação em 2023 e serão aplicadas ao nível da atividade, nomeadamente:

#	Marcador	Definição
1	Intervenções específicas de nutrição (NE)	Esta categoria aplica-se às atividades que tratam das causas imediatas de desnutrição e deficiências no desenvolvimento fisiológico da população, como aquelas que preveem o fornecimento de suplementos de vitamina A, desparasitação ou diversificação alimentar entre gestantes.
2	Intervenções sensíveis à nutrição (NS)	Esta categoria refere-se a atividades que abordam as causas subjacentes da desnutrição, como melhorar a agricultura e a segurança alimentar, proteção social, desenvolvimento e educação na primeira infância, saneamento e higiene da água, etc.

2.118. Em 2023, em fase piloto, o marcador de orçamento nutricional será aplicado aos orçamentos de oito (8) entidades governamentais nomeadamente: Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Juventude e Desporto, Ministério da Solidariedade Social e Inclusão, Ministério da Agricultura e Pescas, Ministério do Turismo, Comércio e Indústria, Ministério das Obras Públicas, Autoridade Nacional de Água e Saneamento e Secretaria de Estado da Igualdade e Inclusão (Ver Elementos Informativos para lista de atividades e entidades implementadoras identificadas para o marcador de orçamento nutricional).

2.119. Durante a elaboração do Plano de Ação Anual para 2023, essas entidades devem analisar, planear e orçar as intervenções relacionadas com a nutrição e identificar cada atividade como específica à nutrição (NE) ou sensível à nutrição (NS).

2.120. A tabela abaixo apresenta a distribuição específica do Orçamento Geral do Estado para 2023 por Marcador Nutricional, com US\$13 milhões atribuídos a atividades que visam especificamente abordar as causas imediatas da desnutrição e deficiências no desenvolvimento fisiológico da população, enquanto US\$67 milhões foram distribuídos às atividades que melhoram a agricultura e a segurança alimentar, a proteção social, o desenvolvimento e a educação na primeira infância, o saneamento e a higiene da água, etc.

Tabela 10: Distribuição do Orçamento Geral do Estado para 2023 por Marcador Nutricional, em US\$

Marcador Nutricional	Valor
Intervenções específicas de nutrição	13.177.174
Intervenções sensíveis à nutrição	67.333.991
Total	80.511.165

Fonte: Sistema de planeamento e orçamentação de Timor-Leste (Dalan Ba Futuru), setembro 2022.

Marcador de orçamento climático

2.121. O Governo decidiu introduzir o Marcador de orçamento climático (CBT) no sistema de gestão das finanças públicas para garantir que Timor-Leste está adequadamente preparado para adaptar e mitigar os impactos das alterações climáticas.

2.122. O CBT é uma ferramenta de identificação, classificação, ponderação e marcação de gastos relevantes para o combate às mudanças climáticas e conservação da natureza no sistema orçamental, permitindo estimar, monitorar e acompanhar esses gastos.

2.123. Existem dois (2) Marcadores Orçamentais Climáticos que serão incluídos no sistema de planeamento e orçamentação do Governo para o ano de 2023 e serão aplicados ao nível das atividades, nomeadamente:

#	Marcador	Definição
1	Altamente Relevante (H)	Esta categoria aplica-se a atividades com um objetivo primário claro de produzir resultados específicos que melhorem a resiliência climática ou contribuam para a mitigação das mudanças climáticas e o uso sustentável dos recursos naturais. Exemplos são as despesas destinadas a reduzir o risco de desastres naturais, apoiar a transição energética, evitar a sobre-exploração dos recursos pesqueiros, etc.
2	Meio Relevante (M)	Esta categoria aplica-se a atividades com objetivos secundários relacionados com a construção de resiliência climática ou contribuição para a mitigação das mudanças climáticas e uso sustentável dos recursos naturais. Um exemplo são as atividades

		de extensão de irrigação que, apesar de serem implementadas para melhorar os meios de subsistência, também resultam em maior proteção contra as secas.
--	--	--

2.124. Em 2023, em caráter piloto, o Marcador de Orçamento Climático será aplicado aos orçamentos de 3 entidades, a saber: Ministério das Obras Públicas, Secretaria de Estado do Ambiente e Ministério da Agricultura e Pescas (Ver Elementos Informativos para lista de atividades e entidades implementadoras identificadas para o marcador de orçamento climático)

2.125. Para a elaboração do Plano de Ação Anual de 2023, o MOP, a SEA e o MAP devem analisar as suas atividades para identificar se são resistentes ao clima, ou seja, se correspondem ou não aos impactos das mudanças climáticas.

2.126. A partir do ano de 2024, o Marcador de Orçamento Climático abrangerá todos os Ministérios. Esta implementação faseada proporcionará a oportunidade de afinar o sistema e também proporcionará o espaço para o desenvolvimento de capacidades focadas ao nível dos ministérios.

2.127. A tabela abaixo ilustra a distribuição específica do Orçamento Geral do Estado para 2023 por Marcador de Orçamento Climático com US\$46 milhões atribuídos a atividades com um objetivo primário claro de produzir resultados específicos que melhorem a resiliência climática ou contribuam para a mitigação das alterações climáticas e o uso sustentável dos recursos naturais, e US\$13 milhões atribuídos a atividades com objetivos secundários relacionados à construção da resiliência climática ou à contribuição para a mitigação das mudanças climáticas e o uso sustentável dos recursos naturais.

Tabela 11: Distribuição do Orçamento Geral do Estado para 2023 por Marcador Nutricional, em US\$

Marcador Climático	Valor
Altamente Relevante	46.788.840
Meio Relevante	13.036.269
Total	59.825.109

Fonte: Sistema de planeamento e orçamentação de Timor-Leste (Dalan Ba Futuru), setembro 2022.

Marcador da cadeia de valor

2.128. Em 2023, o Governo irá introduzir um Marcador da Cadeia de Valor no Sistema de Gestão das Finanças Públicas para assegurar a implementação da política “Cadeia de Valor Timoriza” que incide sobre os potenciais produtos nacionais e as necessidades essenciais de Timor-Leste.

2.129. Estas intervenções centrar-se-ão em quatro áreas principais, nomeadamente estimular a procura, incentivar a produção/oferta, melhorar o ambiente de negócios e promover o investimento estratégico. Destinam-se a melhorar o mercado e os problemas identificados relacionados com a alocação de recursos com eficiência e eficácia.

2.130. A 6 de maio de 2022, o Conselho de Ministros aprovou uma Resolução do Governo para a criação de uma Comissão Interministerial de coordenação da Cadeia de Valor para promover e incentivar a produção nacional.

2.131. Isso irá ajudar os ministérios setoriais a concentrar os seus recursos e trabalhar juntos para garantir a soberania alimentar e nutricional, o que ajudará a fortalecer a independência económica do país. O GPM e o MCAE são responsáveis pela coordenação com as entidades relevantes para identificar as principais medidas relativas à construção da Cadeia de Valor e reportar ao Ministério das Finanças.

2.132. Para este fim, existem os seguintes cinco (5) marcadores de nível da atividade:

#	Marcador	Definição
1	Produção (P)	A categoria Produção (P) aplica-se a atividades que direta ou indiretamente visem aumentar a produção nacional, quer através do aumento da produtividade da economia nacional e/ou substituição de importações, como atividades de formação de mão de obra, apoio à internacionalização de empresas timorenses, ou a modernização da frota de pesca.
2	Indústria/Processamento (I/P)	A categoria Indústria/Processamento (I/P) aplica-se às atividades que visam direta ou indiretamente favorecer o desenvolvimento da indústria e/ou processamento local de matérias-primas e bens intermediários, como atividades de apoio ao desenvolvimento da agroindústria.
3	Distribuição (D)	A categoria Distribuição (D) aplica-se às atividades que visam direta ou indiretamente melhorar a circulação de matérias-primas, produtos intermediários e produtos finais dentro e fora do território nacional, como a construção ou melhoria de infraestrutura básica para o comércio, como aeroportos e portos.
4	Comércio grossista/a retalho (CGR)	A categoria Comércio grossista/a retalho (CGR) aplica-se às atividades que visam direta ou indiretamente dinamizar o comércio da produção nacional ou de produtos parcialmente processados no território nacional, especialmente por meio da exportação, como programas de apoio à competitividade empresarial; atividades relacionadas com a organização de feiras de produtos tradicionais, ou a integração de Timor-Leste nos circuitos de comércio internacional.
5	Consumo (C)	A categoria Consumo (C) refere-se a atividades que contribuem para aumentar o consumo dentro e fora do território nacional de produção nacional ou produtos parcialmente processados no território nacional, como programas de compra pública de alimentos produzidos localmente, programas de subsídios às exportações nacionais ou programas de transferência condicionada para famílias para comprar produtos locais.

2.133. Em 2023, em caráter piloto, o marcador da Cadeia de Valor será aplicado apenas aos orçamentos de vinte e uma entidades governamentais, incluindo 13 municípios (consulte os Elementos Informativos para listas de atividades e entidades implementadoras identificadas para o marcador da Cadeia de Valor).

2.134. A tabela abaixo ilustra a distribuição do Orçamento Geral do Estado para 2023 por Marcador da Cadeia de Valor com US\$48 milhões atribuídos a atividades que irão melhorar a circulação de matérias-primas, produtos intermédios e produtos finais dentro e fora do território nacional, como a construção ou melhoria de infraestrutura básica para o comércio, como aeroportos e portos. No que diz respeito à intervenção no consumo, US\$45 milhões foram distribuídos para os programas de compra pública de alimentos produzidos localmente, programas de subsídio às exportações nacionais

ou programas de transferência condicional para famílias comprarem produtos locais, enquanto US\$18 milhões foram destinados à intervenção na produção, para ações de formação laboral, apoio à internacionalização de empresas timorenses ou modernização da frota pesqueira.

Tabela 12: Distribuição do Orçamento Geral do Estado para 2023 por Marcador da Cadeia de Valor, em US\$

Marcador da Cadeia de Valor	Valor
Produção	18.492.954
Indústria/Processamento	593.441
Distribuição	48.068.076
Comércio grossista/a retalho	1.750.710
Consumo	45.527.978
Total	114.433.159

Fonte: Sistema de planeamento e orçamentação de Timor-Leste (Dalan Ba Futuru), setembro 2022.

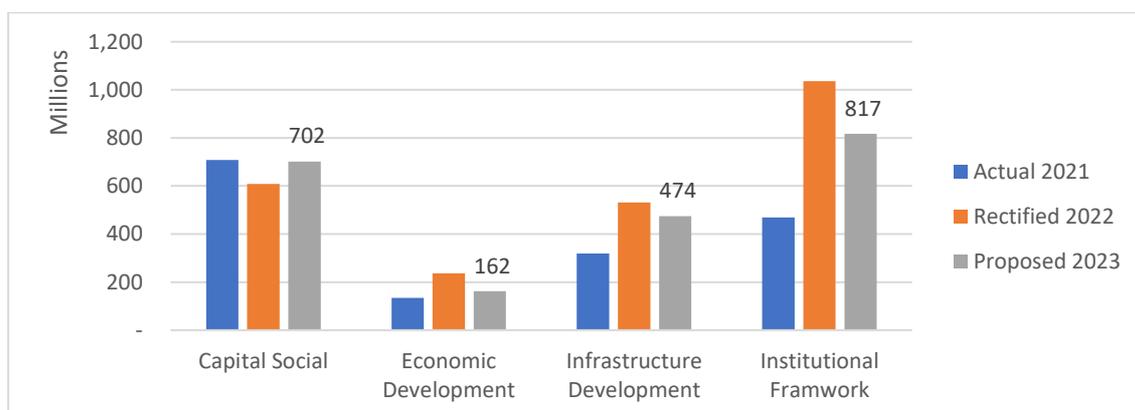
Análise comparativa

2.135. Devido à implementação da orçamentação por programas e à consequente redução do número de programas (de 145 para 49) a partir de 2021, a análise comparativa foi realizada com dados a nível institucional para permitir uma comparação consistente para todos os três anos em consideração, mas a análise do ano subsequente deve ser feita ao nível do programa. Como medida para aumentar a transparência do orçamento, a proposta do Orçamento Geral do Estado para 2023 passou a incluir a Segurança Social no teto orçamental.

2.136. O Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste (PED) está organizado em torno de quatro pilares: Quadro Institucional, Capital Social, Desenvolvimento Económico e Desenvolvimento de Infraestruturas.

2.137. O Orçamento Geral do Estado para 2023 atribui a maior parte da despesa ao Quadro Institucional (38%), seguido do Capital Social (33%), Desenvolvimento de Infraestruturas (22%) e Desenvolvimento Económico (8%). Os números incluem desembolsos de empréstimos e transferências para a RAEOA.

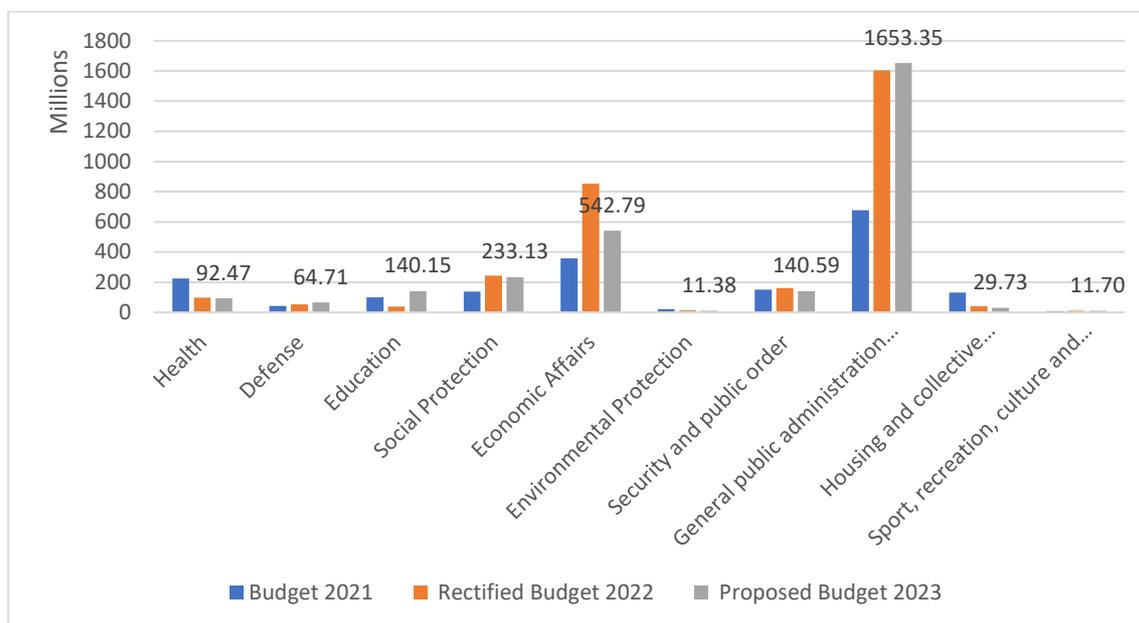
Figura 9: Comparação de Despesas de 2021, GSB de 2022 retificado e GSB de 2023 proposto pelo PED



Fonte: Direção Geral do Planeamento e Orçamento, Ministério das Finanças, setembro 2022

2.138. Seguindo a classificação funcional (COFOG) desenvolvida pela OCDE, os dados sugerem que a função de Serviços Públicos Gerais tem a maior alocação (em linha com o ano anterior) seguida pela função de Assuntos Económicos.

Figura 10: Comparação do OGE 2021, OGE 2022 e proposta de OGE 2023 por classificação funcional



Fonte: Direção Geral de Planeamento e Orçamento, Ministério das Finanças setembro 2022. Estes dados não incluem os dados do INSS e do FRSS.

2.139. A diminuição da função de saúde pode ser atribuída à eliminação progressiva do Fundo COVID-19. O aumento do financiamento para Educação e Proteção Social pode ser explicado pela introdução das novas prioridades GOP.

Alocação Municipal

2.140. Nos municípios verifica-se um aumento no orçamento do corrente ano, com o maior aumento na Administração Municipal de Viqueque (50%) e o menor na Autoridade Municipal de Díli (8%), embora a AM Díli ainda tenha um orçamento equivalente a duas ou três vezes maior do que qualquer outro município. O corte de 1% para a RAEOA torna-se um aumento de 42% quando contabilizamos o Fundo Especial de Desenvolvimento da RAEOA. De referir ainda que foi criado um Fundo Especial de Desenvolvimento para Ataúro com uma dotação inicial de US\$13 milhões, perfazendo um aumento de 523% no orçamento total daquele município.

2.141. Situação semelhante surge quando se compara a proposta de Orçamento Geral do Estado para 2023 com a despesa real de 2021. Todos os municípios veem um aumento no seu orçamento que vai de 20% na Autoridade Municipal de Baucau a 77% na Administração Municipal de Viqueque. A RAEOA vê um aumento de 244% que, na realidade, é de 392% quando incluímos o FED.

Tabela 13: Proposta de Alocação para Autoridades Municipais, \$

Autoridade Municipal	Real 2021	Retificado em 2022	Proposta 2023	Alteração a partir de 2021 real	Alteração de 2022 retificado
Autoridade RAEOA	24.383.698	84.436.784	84.000.000	244%	-1%
AM Díli	6.816.419	10.231.640	13.362.483	62%	8%

AM Baucau	4.813.128	4.931.124	7.564.824	20%	17%
AM Bobonaro	4.215.429	4.727.883	6.733.806	32%	18%
AM Ermera	3.904.589	4.662.818	7.417.275	42%	19%
AM Aileu	2.811.826	3.034.303	4.509.206	38%	27%
AM Ainaro	2.976.385	3.243.066	4.894.112	37%	26%
AM Ataúro	-	2.574.860	2.257.645	N / D	19%
AM Covalima	3.985.211	3.990.360	5.738.515	21%	21%
AM Lautém	3.699.987	4.056.049	5.826.107	32%	21%
AM Liquiçá	2.577.632	3.186.810	4.942.552	56%	26%
AM Manatuto	2.994.422	3.815.911	5.727.621	55%	22%
AM Manufahi	3.724.390	3.666.128	5.167.358	21%	23%
AM Viqueque	3.395.558	4.005.625	6.925.794	77%	50%
FED Ataúro	-	-	13.400.000	N / D	N / D
FED RAEOA	-	-	36.000.000	N / D	N / D

Fonte: Direção Geral de Planeamento e Orçamento, Ministério das Finanças, setembro 2022.

Medidas de racionalização da gestão orçamental

2.142. A adoção da orçamentação por programas trouxe novas ferramentas para racionalizar a gestão orçamental. A orçamentação baseada em programas permite focarmos nos resultados, realocando recursos das atividades que não estão a atingir as metas previamente acordadas para aquelas que realmente estão a proporcionar benefícios ao público.

2.143. Infelizmente, devido ao estado inicial de adoção da orçamentação por programa, as funções de monitorização e avaliação ainda estão consolidadas e é difícil avaliar o desempenho dos diferentes programas. Não obstante, em 2023 o Governo está empenhado em operacionalizar a monitorização e avaliação dos programas orientados para os resultados.

2.144. Financiamento para prioridades específicas de desenvolvimento e funções críticas do Estado foi autonomizado com a criação de fundos especiais, com o objetivo de garantir financiamento de longo prazo imune ao risco de um precipício orçamental (consultar a seção sobre Sustentabilidade Orçamental).

2.145. O Fundo Especial de Desenvolvimento de Ataúro (US\$13,4 milhões) e o Fundo Especial de Desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (US\$36 milhões) replicam a estrutura do Fundo das Infraestruturas, embora focando-se na construção do capital físico e social necessário para o desenvolvimento sustentável desses territórios.

2.146. Finalmente, o Fundo de Reserva da Segurança Social (US\$162 milhões), constituído com a assistência técnica das Autoridades Portuguesas, recebe o saldo anual excedentário do Orçamento da Segurança Social e é administrado em regime de capitalização. Os rendimentos gerados pelo fundo serão utilizados para pagar as prestações devidas ao abrigo do regime contributivo da Segurança Social, quando as contribuições anuais dos trabalhadores ativos não sejam suficientes para pagar as pensões.

2.147. As medidas de racionalização da gestão orçamental do lado da despesa centraram-se no estabelecimento de novos procedimentos para identificar as despesas prioritárias e evitar duplicações.

2.148.As despesas prioritárias foram identificadas em 16 áreas (Agricultura, Pecuária, Pesca e Silvicultura; Economia e Emprego; Turismo; Desenvolvimento Rural e Habitação; Ambiente; Petróleo e Minerais; Eletricidade e Energias Renováveis; Conectividade Nacional; Água e Saneamento; Educação e Formação; Saúde; Inclusão e Proteção Social; Cultura e Património; Reforma do Estado; Defesa e Segurança Nacional; Relações Internacionais e Política Externa) resultando na adoção de um total de 275 medidas de política a serem implementadas entre 2023 e 2027.

2.149.Tal exercício, materializado na Lei das Grandes Opções do Plano (GOP), que fixou um teto orçamental total de US\$2,16 mil milhões para 2023, resultou numa poupança de US\$264 milhões ou 8% em relação ao Orçamento Geral do Estado para 2022.

2.150.Para evitar duplicações e outras ineficiências na alocação do orçamento, o Ministério das Finanças apoiou os SEAFAs na elaboração do seu orçamento para 2023. É importante ressaltar que foi desenvolvida uma metodologia para avaliar a qualidade das propostas orçamentais e seu alinhamento com as prioridades do Governo. Foi avaliada uma amostra de orçamentos apresentados pelos SEAFAs. Os técnicos dos SEAFAs trabalharam em conjunto com os técnicos do Ministério das Finanças durante um mês para implementar as recomendações de melhoria.

2.151.Atualmente, o Ministério das Finanças está a criar uma *taskforce* para realizar uma análise de gastos, avaliando as tendências de execução por rubrica da classificação económica e comparando-as com as tendências de outros países da região do Sudeste Asiático e Pacífico. O objetivo deste exercício é identificar mais economias para futuros ciclos orçamentais.

Medidas de política orçamental pontuais e permanentes

2.152.Garantir uma melhor sustentabilidade das finanças públicas exige cautela ao decidir sobre a adoção de novas medidas de política orçamental. É, pois, importante diferenciar entre novas medidas de política orçamental pontuais e permanentes.

2.153.Em especial, a ampliação das políticas orçamentais permanentes, como consequência da decisão política, pode esgotar os recursos disponíveis para reagir a choques e necessidades inesperadas no futuro. Isto aplica-se particularmente a um país com grande exposição a desastres naturais como Timor-Leste e que ainda está a construir as bases da sua economia e sistema de administração pública.

2.154.O acompanhamento das políticas orçamentais permanentes ou da rigidez orçamental é fundamental para garantir uma gestão eficiente e reativa das finanças públicas.

2.155.O Orçamento Geral do Estado para 2023 reúne recursos para garantir que todas as políticas orçamentais permanentes sejam implementadas em 2023 com o nível de financiamento necessário. Entre as medidas de política mais importantes que se enquadram na categoria permanente, identificamos:

- Custos com o pessoal da Administração Pública: US\$445 milhões
- Garantir proteção social para os veteranos: US\$96 milhões
- Reserva de Contingência: US\$66 milhões
- Programa de alimentação escolar (Merenda Escolar): US\$22,5 milhões
- Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano: US\$18 milhões
- Subsídio anual à Conferência Episcopal: US\$16 milhões
- Programa Bolsa da Mãe-Nova Geração: US\$13,7 milhões

- Programa de Nutrição: US\$9,3 milhões
- Programa Bolsa da Mãe: US\$5,3 milhões
- Apoio a religiões não católicas: US\$3 milhões
- Bolsas de Estudo para Filhos de Combatentes e Mártires da Libertação Nacional: US\$1,7 milhões
- Apoio à integração social e reabilitação de pessoas com deficiência: US\$1,4 milhões

Alguns subsídios atribuídos pelo Estado a empresas públicas, apesar de serem por natureza medidas discricionárias, poderão perpetuar-se no tempo, pois são necessários para financiar os custos operacionais dessas empresas. No entanto, caso essas empresas atinjam a sustentabilidade financeira, o Governo vir a reduzir ou eliminar esses subsídios no futuro. Os subsídios a empresas públicas incluem:

- Subsídio à EDTL: US\$100 milhões
- Subsídio à TIMOR GAP: \$US54 milhões
- Subsídio à BTL: US\$18 milhões
- Estabelecimento e Operacionalização da Companhia Mineira de Timor-Leste, S.A.: US\$4,2 milhões
- Subsídio à RTTL: US\$2 milhões
- Subsídio à ANATL: US\$1,6 milhões

2.156. As outras atividades financiadas pelo Orçamento Geral do Estado para 2023 têm caráter transitório, representando despesas pontuais que não oneram os Orçamentos futuros. Os que têm maior impacto no Orçamento Geral do Estado para 2023 são:

- Eleições para o Parlamento Nacional: US\$16 milhões
- Compra de ações da Timor-Telecom: US\$11 milhões
- Eleições dos órgãos dos Sucos: US\$10 milhões

3. Receita e Financiamento

3.1. Existem importantes razões económicas para distinguir entre itens de receita e de financiamento.

3.2. São consideradas receitas, o rendimento regular do Setor Público Administrativo que está permanentemente disponível para pagar as suas despesas.

3.3. A nova classificação económica das receitas orçamentais distingue entre receitas correntes e receitas de capital.

3.4. As receitas correntes são receitas que aumentam o património do Setor Público Administrativo porque não depende para a sua geração da redução de ativos ou da assunção de passivos.

3.5. As receitas de capital, por outro lado, representam um influxo de fundos, mas não aumentam o património do Setor Público Administrativo, porque esse influxo é compensado pela perda de ativos ou pela assunção de passivos que terão de ser reembolsados no futuro.

3.6. A receita doméstica resulta principalmente de impostos, direitos aduaneiros de importação e taxas pagas por empresas e indivíduos.

3.7. As receitas domésticas são classificadas como receitas correntes e representam um aumento da riqueza do Setor Público Administrativo, sendo a forma preferencial de pagamento das despesas.

3.8. O Rendimento Sustentável Estimado (RSE) é o nível sustentável de utilização das receitas petrolíferas legalmente estabelecido, para assegurar a continuidade da existência do Fundo Petrolífero. Portanto, as transferências do Fundo Petrolífero até ao limite do RSE também são consideradas receitas correntes.

3.9. Assim, o financiamento da despesa com receitas correntes (receitas domésticas e RSE) é uma posição que mantém a sustentabilidade orçamental.

3.10. Este é um patamar de referência para a compreensão da tendência de longo prazo das finanças públicas, podendo ser avaliado pelo apuramento do saldo recorrente, discutido ao final desta seção.

3.11. No entanto, a falta de receitas correntes suficientes para pagar a totalidade das despesas, obriga o Setor Público Administrativo a financiar o défice com receitas de capital, quer através de transferências do Fundo Petrolífero acima do RSE, quer através de empréstimos.

3.12. Esses diferentes tipos de rendimento (corrente e capital) são tratados de forma diferenciada, a primeira como receita e a segunda como financiamento.

3.13. Adicionalmente, algumas receitas correntes, pela sua natureza inerentemente irregular, são também tratadas como financiamento, como acontece com os donativos de doadores.

3.14. Os elementos informativos da Proposta Orçamental fornecem o detalhe completo das diferentes fontes de receita, incluindo as receitas da RAEOA e da Segurança Social.

Saldo global e corrente

3.15. A tabela abaixo mostra o saldo global e corrente do Orçamento Geral do Estado para 2023.

3.16. O saldo global do Orçamento Geral do Estado é positivo, fruto do equilíbrio orçamental da Administração Central e da Segurança Social e de um excedente na RAEOA de US\$1,2 milhões.

3.17. O saldo corrente do Orçamento Geral do Estado, bem como da Administração Central e da RAEOA é negativo.

3.18. Isto resulta de o montante das despesas correntes exceder o montante das receitas correntes.

3.19. Tal acontece porque grande parte da despesa corrente é financiada por transferências do Fundo Petrolífero acima do RSE, como resultado da adoção por sucessivos Governos de uma política de antecipação (*frontloading*).

3.20. Para este orçamento, o Governo identificou um conjunto de medidas que visam construir infraestruturas físicas e capital humano, essenciais ao progresso e desenvolvimento a longo prazo do país, e que justificam uma transferência do Fundo Petrolífero acima do RSE.

3.21. Através da implementação bem-sucedida destas medidas, o Governo espera construir fontes de receitas sustentáveis através da diversificação económica e garantir que o saldo corrente atinja o equilíbrio a longo prazo.

Tabela 14: Saldos Orçamentais em US\$

Saldo Global	Quantia
Orçamento Geral do Estado	1.206.835
Administração Central	0
Segurança Social	0
RAEOA	1.206.835
Saldo Corrente	
Orçamento Geral do Estado	-773.567.897
Administração Central	-772.989.381
Segurança Social	52.624.971
RAEOA	-53.203.487

Fonte: Direção Geral de Orçamento e Planeamento, Ministério das Finanças, setembro 2022

Receita

3.22. Em 2023, a receita total consolidada Administração Central é projetada em US\$1,8 mil milhões (excluindo os US\$1.000 milhões do FCLN).

3.23. Destes US\$1,8 mil milhões, US\$1,35 mil milhões correspondem a transferências do Fundo Petrolífero. A quantia restante é composta por US\$174 milhões em receitas domésticas, US\$4,9 milhões em apoio direto ao orçamento, US\$74,1 milhões em empréstimos e US\$ 200 milhões em saldo de gerência do tesouro.

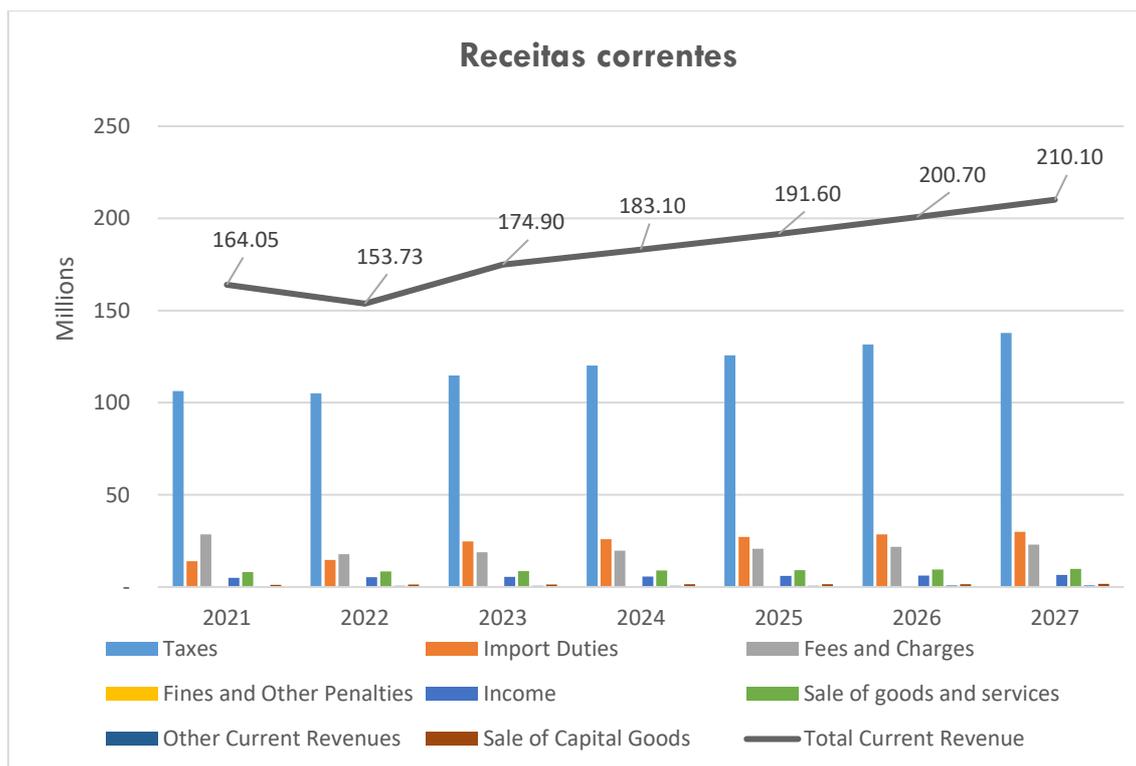
3.24. As Receitas Domésticas são compostas por receitas tributárias, direitos aduaneiros, taxas e encargos, vendas de bens e serviços, rendimentos (locações, juros, dividendos e ações), vendas de bens de capital, coimas e outras penalidades.

3.25. As receitas fiscais (sem incluir os direitos aduaneiros) são as que mais contribuem para as receitas internas, com 71%, seguidas pelas taxas e encargos e direitos aduaneiros com 11% e 9%, respetivamente.

3.26. Conforme estabelecido na Declaração Pré-Orçamental, de 2017 a 2021 a receita doméstica diminuiu consistentemente (em média 5% ao ano).

3.27. A instabilidade política e a pandemia de COVID-19 contribuíram para esta queda nas receitas internas.

Figura 11: Previsões de receita doméstica, US\$ milhões



Fonte: Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças, setembro de 2022

3.28. Em 2021 a economia começou a recuperar dos fatores acima mencionados, no entanto as receitas domésticas caíram 17% para o seu valor mais baixo desde 2012. Isto deveu-se ao facto da Eletricidade de Timor-Leste (EDTL) e Bee Timor-Leste terem sido transformadas em Empresas Públicas e, portanto, terem sido excluídas do Orçamento Geral do Estado o que resultou numa redução de 74% nas Taxas e Encargos.

3.29. A receita doméstica total deverá aumentar em 2023 para US\$174,9 milhões, dos US\$153,7 milhões em 2022.

3.30. Prevê-se que as receitas internas aumentem principalmente devido a uma combinação do aumento dos direitos aduaneiros de importação e da introdução de novas taxas de impostos especiais de consumo.

3.31. Os direitos aduaneiros de importação passarão dos atuais 2,5% para 5%. O aumento dos direitos resulta num aumento da receita e aproxima Timor-Leste do nível mediano global dos direitos de importação².

² <https://data.worldbank.org/indicator/TM.TAX.MRCH.WM.AR.ZS>

3.32. Consequentemente, isso desagrava algumas das disparidades que as empresas timorenses enfrentam na exportação de bens e serviços em relação à importação e, portanto, promove a competitividade.

3.33. As novas taxas de imposto especial de consumo a introduzir em 2023 incluem: taxa de 10%, 20% e 30% para automóveis de passageiros com valores superiores a US\$10.000, US\$25.000 e US\$50.000, respetivamente, um aumento da taxa de imposto sobre o tabaco de US\$50 por quilo (de \$50 por quilo para \$80 por quilo); uma nova taxa sobre o açúcar de US\$1 por quilograma e a introdução de uma nova taxa US\$3 por litro sobre bebidas açucaradas.

3.34. Além disso, espera-se que as receitas fiscais sejam impulsionadas por reformas nos sistemas de cobrança de impostos, em particular a mudança para o SIGTAS (Sistema Padrão Integrado de Administração Tributária), que visa aumentar a capacidade da Autoridade Tributária para garantir um maior cumprimento fiscal.

3.35. A receita tributária tem sido consistentemente o maior contribuinte para a receita doméstica, com uma média de cerca de 70% da arrecadação total da receita doméstica nos últimos 10 anos.

3.36. A composição da receita, ou seja, as proporções provenientes de impostos, taxas e encargos, ou outras fontes, tendem a ser consistentes ao longo do tempo, mesmo que em alguns anos a distribuição concreta da receita seja diferente.

3.37. No entanto, a receita tributária caiu consistentemente de 2016 a 2020 (de US\$133 milhões em 2016 para US\$105 milhões em 2020), juntamente com um declínio na cobrança geral de receita. A receita tributária em 2021 começou a aumentar novamente (chegando a US\$106 milhões), representando 65% da receita total naquele ano.

3.38. As receitas fiscais podem aumentar para além do previsto devido à aprovação prevista de uma nova lei tributária e de um novo código de procedimento tributário no próximo ano.

3.39. A lei tributária visa incorporar progressividade nas taxas de imposto e ampliar a base tributária, bem como rever e harmonizar os impostos sobre o rendimento e sobre os salários. O código de procedimento tributário modernizará a cobrança de impostos e aumentará os poderes da administração tributária para fazer cumprir as leis tributárias e cobrar dívidas fiscais.

3.40. Além disso, as receitas fiscais podem aumentar através da implementação do IVA. No entanto, a complexidade da implementação do IVA significa que a arrecadação de receitas substanciais deste imposto pode não ser alcançada antes do final do atual período de previsão (ou seja, por volta de 2027).

3.41. O movimento em direção à maior descentralização da atividade do Governo também resultou na introdução de alguns novos fluxos de receita por meio de taxas sobre a publicidade local e serviços de estacionamento. Espera-se que uma maior descentralização, melhorias e reforço dos mecanismos de cobrança nos ministérios e a introdução de novos instrumentos não fiscais aumentem a cobrança de Taxas e Encargos. As receitas das entidades autónomas, embora não tenham mudanças ou reformas planeadas, devem aumentar com a melhoria das condições económicas.

3.42. Embora o RSE seja uma receita recorrente de acordo com a nova classificação económica das receitas orçamentais e partilhe semelhanças com as receitas domésticas, optamos por tratá-lo em conjunto com as outras receitas do Fundo Petrolífero na secção de financiamento para de uniformidade de tratamento.

Financiamento

3.43. A despesa total orçamentada em 2023 é superior à receita doméstica arrecadada no mesmo período. Isso resulta num défice não petrolífero (receitas domésticas menos despesas).

3.44. Este défice é financiado através de várias fontes; levantamentos do Fundo Petrolífero (FP), empréstimos, utilização dos saldos de gerência e Apoio Orçamental Direto da União Europeia e do Governo da Austrália.

3.45. Os levantamentos do FP podem ser dentro de um valor sustentável, usando o rendimento do fundo, ou em excesso acima desse nível sustentável (veja a próxima seção). A tabela abaixo mostra o valor da receita de cada um dos itens de financiamento.

Tabela 15: Fonte de Financiamento, 2023-2027, US\$ milhões

	2023	2024	2025	2026	2027
Transferências do Fundo Petrolífero	1,346.09	1,426.39	1,448.25	1,514.50	1,575.25
<i>RSE</i>	490.15	464.09	429.40	393.15	353.96
<i>Acima do RSE</i>	855.94	962.30	1,018.85	1,121.35	1,221.29
Receita Doméstica	174.90	183.10	191.60	200.70	210.10
Empréstimos	74.11	86.88	87.17	77.34	46.25
Apoio Orçamental Direto	4.90				
<i>União Europeia</i>	3.30				
<i>Austrália</i>	1.60				
Saldo de Gerência	200.00	200.00	200.00	200.00	200.00
Total	1,800.00	1,896.37	1,927.02	1,992.54	2,031.60

Fonte: Ministério das Finanças, setembro 2022.

Receita do Fundo Petrolífero

3.46. O Orçamento Geral do Estado do Governo é amplamente financiado pelo Fundo Petrolífero. O montante retirado é dividido entre o valor do Rendimento Sustentável Estimado (RSE) e qualquer levantamento em excesso que seja justificado pelo Governo como sendo do interesse de Timor-Leste a longo prazo.

3.47. O cálculo do RSE requer a projeção do valor do Fundo no início do ano orçamental, juntamente com o valor atual das receitas petrolíferas futuras.

Tabela 16: Estimativas para o Fundo Petrolífero (\$m)

Item	Valor
Saldo inicial do Fundo Petrolífero em 2022	19.565,0
Receita de investimento estimada em 2022	-1.418,5
Receita petrolífera estimada em 2022	631,1
Retiradas estimadas do governo em 2022	-\$ 2.552,6)
Saldo final estimado em 2022/ saldo inicial em 2023	16.225,1

Valor presente líquido estimado das receitas petrolíferas futuras em 2023	113,1
Riqueza Petrolífera Estimada em 2023	16.338,2
2023 ESI (3% da Riqueza Petrolífera)	\$ 490,1
Saques acima do ESI	855,9
Retiradas orçadas em 2023	1.346,1

Fonte: Gabinete de Política e Gestão do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, setembro de 2022.

3.48. O saldo inicial do Fundo em 2022 é de US\$19.565 milhões.

3.49. Para 2022, as receitas petrolíferas estão estimadas em US\$631,1 milhões, a maior parte da qual já recebida. O montante das receitas reais foi substancialmente maior do que as projeções apresentadas no Orçamento Geral do Estado para 2022 devido aos preços mais altos do petróleo e do gás.

3.50. Em relação aos investimentos, as ações e obrigações caíram de valor este ano porque os bancos centrais aumentaram acentuadamente as taxas de juros para conter a inflação persistentemente alta. Em resultado, o Fundo incorreu em perdas significativas nos investimentos este ano até o momento, o que também aconteceu aos fundos semelhantes em todo o mundo.

3.51. Isto segue-se a um desempenho de investimento muito forte do Fundo Petrolífero nos três anos anteriores, quando o rendimento do investimento totalizou cerca de US\$5 mil milhões.

3.52. Estima-se que o retorno do investimento financeiro do Fundo seja negativo em 7,89% em 2022, o que se traduz numa perda anual de US\$1.418,5 milhões.

3.53. Até o momento, a maior parte da perda não foi realizada porque os levantamentos foram financiados pela carteira de liquidez de ativos de baixo risco, incluindo dinheiro. Esta carteira foi criada em julho de 2021 para financiar levantamentos de curto prazo e cumpriu o seu objetivo ao permanecer estável em valor durante a recente turbulência do mercado.

3.54. Se o montante total de US\$2.552,6 milhões previsto no Orçamento Geral do Estado para 2022 forem retirados em 2022, o Fundo Petrolífero deverá terminar o ano com US\$16.338,2 milhões. Ações e obrigações terão de ser vendidos em 2023 para complementar o saldo da carteira de liquidez e para cobrir o total das projeções de levantamentos para 2023 a 2025.

3.55. Espera-se que o campo de Bayu-Undan encerre a produção este ano, portanto, a receita do petróleo para além de 2022 está limitada a um valor atual de US\$113,1 milhões (sendo que o valor estimado da receita em 2023 de US\$115,2 milhões)³.

3.56. Assim, a Riqueza Petrolífera total é estimada em US\$16.338,2 milhões a 1 de janeiro de 2023, resultando num RSE para 2023 de US\$490,1 milhões. Este valor fica US\$37,9 milhões abaixo da projeção inscrita no Orçamento Geral do Estado para 2022 e inferior ao RSE de 2022 no valor de US\$554,1 milhões.

³ A legislação requer que o valor da receita petrolífera seja avaliado ao valor atual, em 2022, o que difere ligeiramente do seu valor aquando da sua efetiva cobrança em 2023.

3.57. A Riqueza Petrolífera diminuiu em resultado do aumento dos levantamentos em 2022, em especial após a alteração ao Orçamento Geral do Estado aprovada pela Lei n.º 6/2022, de 18 de maio, e da diminuição do valor dos investimentos do Fundo.

3.58. Em termos das projeções para 2023, as receitas petrolíferas estão estimadas em US\$115,2 milhões, e o rendimento de investimento esperado é de US\$577,4 milhões, refletindo retornos esperados mais elevados a longo prazo das carteiras de liquidez e crescimento.

3.59. Os levantamentos para financiar o Orçamento Geral do Estado para 2023 estão projetados em US\$1.346,1 milhões ou 8,2% da Riqueza Petrolífera no início do ano, excedendo o RSE de 2023 em US\$855,9 milhões.

3.60. Os Elementos Informativos da Proposta de Orçamento descrevem as principais informações sobre o Fundo Petrolífero e fornecem informações detalhadas sobre o cálculo do RSE e os pressupostos subjacentes.

3.61. O RSE equivale a 3% da riqueza líquida petrolífera e está estimado em US\$490,1 milhões em 2023. Trata-se de uma diminuição do RSE de 2022 (US\$554,1 milhões) devido à diminuição do saldo do Fundo Petrolífero este ano. Mais detalhes sobre o RSE e a riqueza petrolífera podem ser encontrados nos Elementos Informativos.

3.62. O governo planeia transferir do Fundo Petrolífero acima do RSE US\$855,9 milhões para o Orçamento Geral do Estado para 2023.

3.63. Trata-se de um decréscimo significativo face aos levantamentos em excesso previstos no Orçamento Geral do Estado para 2022, que totalizaram US\$1.998,5 milhões, que incluiu uma transferência de US\$1.000 milhões para a criação do Fundo dos Combatentes da Libertação Nacional.

3.64. No entanto, é um aumento nos saques excedentes reais em 2021, que foram de US\$600,0 milhões.

3.65. As retiradas em excesso estão de acordo com a política de antecipação (*frontloading*) do Governo, uma vez que essas retiradas estão a ser usadas para financiar infraestrutura básica e capital humano, o que é necessário para o crescimento a longo prazo.

Saldos de caixa

3.66. A receita real total do Orçamento Geral do Estado para 2021 foi de US\$1.881,6 milhões, compreendendo receitas domésticas de US\$217,3 milhões, transferências do Fundo Petrolífero de US\$1.147,9 milhões, saldo de gerência (do Tesouro e RAEOA) de US\$493,9 milhões e empréstimos no valor de US\$22,5 milhões.

3.67. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi transferido do Fundo Petrolífero um total de US\$1.147,9 milhões (o que representa 83% da transferência prevista para o ano de 2021 e US\$600 milhões acima do RSE), de forma a cobrir as necessidades operacionais do Setor Público Administrativo.

3.68. Após contabilizar as despesas de 2021 e outros ajustes patrimoniais, o saldo total de caixa disponível (tanto na Conta do Tesouro quanto na RAEOA) totalizou US\$455,0 milhões, o que não inclui o saldo de caixa da Segurança Social e o saldo de caixa na *escrow account* da *TL Cement* no Banco Central de Timor-Leste (o saldo dessa conta é de US\$50,3 milhões).

3.69. O Saldo de Caixa do Tesouro e RAEOA até 31 de dezembro de 2021, está indicado abaixo.

Tabela 17: Saldo de caixa do Governo Central e RAEOA no final de 2021 em US\$'000

Conta	Valor
FCTL	155.046
FI	32.255
FDCH	1.491
Fundo COVID-19	17.743
Agências Autônomas	36.035
Municípios	8.609
Total Governo Central	251.180
RAEOA	203.863
Total Governo Central + RAE OA	455.043

Fonte: Direção Geral do Tesouro, Ministério das Finanças, setembro 2022

3.70. No final de agosto de 2022, o total das receitas domésticas arrecadadas e depositadas no Fundo Consolidado de Timor-Leste (FCTL) e outras contas do Banco Central de Timor-Leste era de US\$107,2 milhões (64%) do total estimado para o ano de 2022 (US\$166,8 milhões).

3.71. Em 31 de agosto de 2022, um total de US\$854,0 milhões havia sido transferido do Fundo Petrolífero para a conta do Tesouro para cobrir as necessidades de execução orçamental do Estado (33% do total das transferências previstas em 2022 de US\$2.552,6 milhões).

3.72. Subtraindo as despesas totais às receitas resultantes das transferências do Fundo Petrolífero, do saldo de gerência, das receitas domésticas e externas até agosto de 2022, resulta um saldo total de caixa de US\$535,3 milhões (que inclui o Tesouro e RAE OA) no final de agosto de 2022.

Tabela 18: Saldo de caixa da AC e RAE OA em agosto de 2022 em US\$ '000

Conta	Valor
FCTL	269.231
FI	17.892
FDCH	1,715
Fundo COVID-19	26.891
Agências Autônomas	45.107
Municípios	12.556
Total Governo Central	373.392
RAEOA (excluindo FED)	161.949
Total Governo Central + RAE OA	535.341

Fonte: Direção Geral do Tesouro, Ministério das Finanças, setembro 2022

Empréstimos

3.73. O Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 visa a transição de Timor-Leste de um país de rendimento baixo para um país de rendimento médio-alto, onde a pobreza extrema foi erradicada e se estabeleceu uma economia não petrolífera sustentável e diversificada.

3.74. Contudo, sem o desenvolvimento de infraestruturas, esta visão será difícil de alcançar. O fraco acesso a infraestruturas básicas tem sido um sério obstáculo para construir uma economia diversificada e transformar Timor-Leste numa nação moderna com o sector privado como motor do crescimento.

3.75. O aumento do investimento em infraestruturas de elevada qualidade, como estradas, água, eletricidade, telecomunicações e aeroportos, para citar alguns exemplos, é, por isso, necessário para melhorar as condições de investimento privado, tanto nacional como estrangeiro, no apoio ao desenvolvimento de vários sectores produtivos essenciais para alcançar um crescimento inclusivo e sustentável para as gerações futuras.

3.76. Para atingir esse objetivo, no entanto, são necessários recursos financeiros substanciais, e os empréstimos são uma forma de apoiar esses projetos que trazem benefícios económicos potenciais para o país. Um benefício chave dos empréstimos de longo prazo é que é mais barato do que retirar dinheiro do Fundo Petrolífero. Se o custo do empréstimo for inferior ao custo do financiamento do Fundo Petrolífero, isso ajuda a preservar a sustentabilidade do Fundo Petrolífero a longo prazo.

3.77. Até agora, o Estado tem contratado empréstimos com instituições financeiras internacionais e, em agosto de 2022, tinha acumulado um montante contratado de US\$852,58 milhões.

3.78. Destes, o Governo tem investido fortemente numa rede nacional de infraestruturas rodoviárias mais seguras a nível nacional. As melhorias na infraestrutura de transporte rodoviário melhoraram gradualmente a qualidade de vida não apenas das populações urbanas, mas também das populações rurais, aumentando a segurança e a conectividade das atividades económicas de diferentes municípios do país.

3.79. Nos últimos anos, o Governo também expandiu e aumentou seu investimento financiado por dívida pública em infraestrutura social, incluindo saúde, educação, habitação e água e saneamento.

Tabela 19: Valor da Dívida Pública em agosto de 2022 em \$ milhões

Item	Quantia
Valor Assinado	852,58
Valor desembolsado	265,83
Saldo não desembolsado	548,43
Reembolsos do Principal	20,37
Pagamentos de juros	9,87
Estoque da dívida	245,47
Dívida em relação ao PIB	15,5%

Fonte: Direção Geral de Mobilização de Recursos Externos, Ministério das Finanças, setembro 2022.

3.80. O montante desembolsado é relativamente baixo em relação ao valor contratado, uma vez que vários projetos com montantes orçamentais significativos são programas relativamente novos ou prestes a iniciar a sua fase de implementação, incluindo os projetos de Abastecimento de Água de Díli e Baucau, o projeto de desenvolvimento do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato e projeto de Melhoria do Sistema de Educação Básica.

3.81. Em termos de sustentabilidade da dívida, usando a previsão da DNPE sobre os números do PIB real, a dívida externa em percentagem do PIB ficaria em torno de

15,5% ainda bem abaixo dos limites de 30% a 40% recomendados pelo FMI para países de baixo rendimento.

3.82. A dívida externa total deverá permanecer abaixo desses limites nos próximos 3-4 anos.

3.83. Além disso, o retorno do Fundo Petrolífero nos últimos dez anos foi em média de 4,28% enquanto os empréstimos contratados têm uma taxa de juro média de cerca de 1,21%. Assim, Timor-Leste economizou mais de 3% de rendimento sobre o montante de dinheiro que recebe em empréstimos, o que ajuda a aumentar a confiança do mercado na capacidade do Governo de reembolsar a dívida no que diz respeito aos empréstimos contratados.

Tabela 20:, % de custo de empréstimo

Descrição	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Custo do empréstimo (taxa efetiva)				1,02	1,42	1,68	2,06	2,34	2,03	1,50
Retorno histórico PF	4.1	4.4	4.2	3.8	3.8	4.4	3.8	4,5	4,84	4,91

Fonte: Direção Geral de Mobilização de Recursos Externos, Ministério das Finanças, setembro 2022

Parcerias Público Privadas

3.84. Em linhas gerais, uma Parceria Público-Privada (PPP) refere-se a acordos em que o setor privado constrói ativos de infraestruturas e presta serviços que tradicionalmente eram prestados pelo Estado.

3.85. A lógica subjacente às PPPs em Timor-Leste decorre do facto de este acordo poder potencialmente permitir que o Governo beneficie da competência, experiência e financiamento do sector privado, o que resulta em maior qualidade e eficiência, bem como menor risco suportado pelo Governo.

3.86. Timor-Leste começou a explorar as PPPs como uma modalidade de implementação de projetos nos últimos 8 anos e começou por estabelecer uma Política de PPP, legislação de PPP e uma Unidade dedicada de PPP sob a Direção-Geral de Mobilização e Gestão de Recursos Externos do Ministério das Finanças.

3.87. Atualmente, um projeto de PPP está em Fase de Implementação e Operação (PPP do Porto da Baía de Tibar), um em Fase de Aquisição e Negociação (Diagnóstico Médico) enquanto outros estão em Fase de Avaliação da Viabilidade (Habitação Acessível, Cristo Rei, Porto de Díli e Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato). De referir que parte do projeto do Aeroporto já está atualmente em fase de aquisição para a fase um da extensão da pista.

3.88. A modalidade de PPP escolhida para o Porto da Baía de Tibar foi uma concessão de 30 anos, incluindo o desenho do projeto, financiamento parcial, construção, operação e manutenção da infraestruturas portuária. A construção começou em 30 de agosto de 2018 e deverá ser concluída em 30 de novembro de 2022. A *escrow account* da PPP está a render juros. Em 31 de agosto de 2021, os juros auferidos totalizavam US\$8.829 milhões.

3.89. A PPP de diagnóstico médico encontra-se em fase inicial de contratação e negociação, tendo sido recentemente aprovado em Conselho de Ministros o decreto-lei específico do projeto.

3.90. O Projeto de Desenvolvimento do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato está a ser desenvolvido na modalidade PPP Híbrida - que se refere a um acordo de financiamento combinado em que algumas componentes das infraestruturas aeroportuárias são custeadas por investimentos públicos por meio de

empréstimos, doações e financiamentos estatais, enquanto outros componentes são custeados por meio de investimentos do setor privado.

3.91. O estudo de viabilidade para vários componentes do Projeto do Aeroporto, como a extensão da pista para 2,1 Km, zonas de paragem, pista de táxi paralela parcial e torre de controlo, foi concluído e a negociação do empréstimo (no valor de US\$165 milhões inclusive a investimento de contraparte) para esses componentes também foi concluído em maio de 2021.

3.92. Entretanto, os estudos preparatórios para o desenvolvimento do Terminal e os seus subcomponentes iniciaram-se no primeiro trimestre de 2022, financiados pela doação de US \$44 milhões da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), enquanto o financiamento de outras infraestruturas de apoio ainda está sujeito a discussão com o Departamento de Relações Exteriores e Comércio (DFAT) da Austrália e outros doadores.

3.93. A PPP Cristo Rei finalizou o seu estudo de pré-viabilidade financiado por um *grant* do programa Turismo para Todos da USAID. O projeto está agora na fase de preparação do Estudo de Viabilidade. Estima-se que o projeto custará US\$3,115 milhões, incluindo o plano de mudança do estacionamento para o terreno da Área Branca.

Apoio direto ao orçamento

3.94. Com o desenvolvimento da Política de Ajuda Externa, o Governo de Timor-Leste tornou clara a sua preferência pela assistência de apoio orçamental direto (DBS), reduzindo a potencial duplicação, sobreposição e os custos de transação de gestão e/ou coordenação com várias atividades fragmentadas apoiadas por doadores.

3.95. O DBS é considerado como financiamento do Orçamento Geral do Estado 2023 porque utiliza o sistema de finanças públicas Governamental (o dinheiro é depositado numa subconta do Tesouro) e é executado dentro do Orçamento, seguindo as normas de execução orçamental.

3.96. Timor-Leste recebe Apoio Orçamental Direto da União Europeia desde 2014. Neste contexto, os fundos são entregues diretamente ao G sem alocação prévia a determinada despesa. No entanto, uma parcela variável depende de Indicadores Chave de Desempenho (KPIs) específicos acordados entre o Ministério das Finanças e a UE. Embora os fundos não sejam separados da dotação orçamental do Ministério, eles devem apoiar as prioridades claramente definidas.

3.97. Em 2021, o Governo da Austrália comprometeu-se a atribuir US\$8,2 milhões em Apoio Orçamenta Direto a serem alocados nos próximos dois anos. O financiamento está vinculado ao Programa Nacional de Desenvolvimento dos Suco (PNDS) e à expansão do programa de assistência social Bolsa Da Mãe para incluir mulheres grávidas e a primeira infância (Bolsa Da Mãe - Nova Geração).

3.98. O investimento do PNDS irá concentrar-se no financiamento de novos programas de investimento comunitário, particularmente os focados na melhoria do saneamento, canais de drenagem e irrigação e reabilitação de estradas locais. O investimento da Bolsa Da Mãe - Nova Geração irá concentrar-se no financiamento direto de transferências de dinheiro, bem como no suporte aos custos operacionais da implementação do programa.

Tabela 21: Apoio Orçamental Direto em 2023 em \$milhões

Doador	Programa	Quantia
UE	Apoio Orçamental à Desconcentração e Descentralização	1,1
UE	Programa de nutrição	2,2
Austrália	Bolsa de Mãe - Nova Geração	1,6
Total		4.9

Fonte: Direção Geral de Mobilização de Recursos Externos, Ministério das Finanças, setembro 2022.

3.99. Além disso, o governo da Austrália pretende reforçar o montante do seu apoio financeiro a três programas governamentais em 2023. Abaixo está uma tabela dos valores indicativos que foram comprometidos. Refira-se, no entanto, que os acordos específicos ainda não foram finalizados, portanto, devem ser considerados indicativos neste momento.

Tabela 22: Programas governamentais apoiados por apoio adicional da Austrália

Programa do governo apoiado	Agência GoTL	AUD	Estimativa US\$
Bolsa de Mãe Jersaun Foun	MSSI	10.500.000	7.000.000
Programa Nacional Dezenvolvimentu Suku	MSA	7.000.000	4.800.000
Mobilidade Trabalhista e Capacitação	SEFOPE	1.300.000	900.000
Total		18.800.000	12.700.000

Fonte: Direção Geral de Mobilização de Recursos Externos, Ministério das Finanças, setembro 2022.

Parceiros de desenvolvimento

3.100. O montante da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) a Timor-Leste ultrapassou os US\$150 milhões anuais desde 2016.

3.101. Os parceiros de desenvolvimento comprometeram-se a desembolsar um total de US\$162,2 milhões em 2023 (US\$152,9 para atividades relacionadas com o Setor Público; US\$ 9,2 atividades não governamentais). Isso pode ser uma indicação de que os níveis de apoio dos parceiros de desenvolvimento estão a estabilizar após o aumento do financiamento durante a pandemia da COVID-19 e em resultado da destruição provocada pelo ciclone tropical Seroja em 2021.

Figura 12: Desembolsos não-empréstimos de parceiros de desenvolvimento 2018-2025 em milhões de dólares

Fonte: Portal de Transparência da Ajuda, setembro 2022. *os números ainda devem ser considerados preliminares

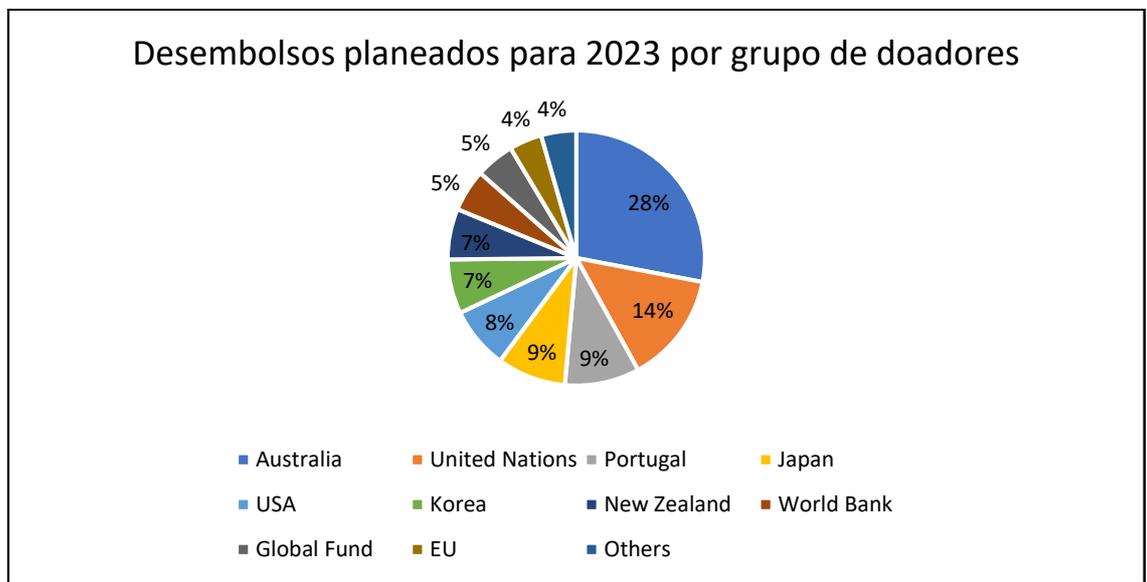
3.102. Além disso, é importante observar que o montante do financiamento é difícil de prever com mais de um ano de antecedência. Isso porque o financiamento muitas vezes depende das dotações inscritas nos orçamentos anuais dos doadores.

3.103. O declínio substancial no financiamento nos próximos anos acima apresentado é baseado em dados recolhidos ao nível do projeto, portanto, não inclui o financiamento de doadores que foi garantido, mas não comprometido com projetos específicos.

3.104. Por exemplo, o próximo Compacto da *Millennium Challenge Corporation* não está incluído nesses números, embora provavelmente contribua significativamente para o montante total de financiamento por doadores.

3.105. Em 2023, os cinco grupos de doadores que se prevê que desembolsem os maiores montantes de financiamento são os seguintes: Governo da Austrália (US\$44,3 milhões; 28,0% do total), Nações Unidas (US\$22,9 milhões; 14%) Portugal (US\$15,4 milhões; 9%), Japão (US\$14,2 milhões; 9%); e os Estados Unidos da América (US\$12,8 milhões, 8%).

Figura 13: % de desembolsos não financeiros planejados por grupo de doadores* em 2023



Fonte: Portal de Transparência da Ajuda, setembro 2022. *os números ainda devem ser considerados preliminares

3.106. A tabela abaixo fornece um resumo dos principais projetos e programas de doadores financiados em 2023.

Tabela 23: Dez projetos com os maiores desembolsos não relacionados com empréstimos em 2023 em US\$ milhões

Nome do projeto	Doador	Áreas do PED	Total
Parceria Austrália - Timor-Leste para o Desenvolvimento Humano - Sector da Saúde	Austrália	Agricultura	8,2
5530-Escola Portuguesa Ruy Cinatti – Centro de Ensino e Língua Portuguesa	Portugal	Educação e formação	7,8
Programa Australiano de Cooperação de ONGs (ANCP)	Austrália	Agricultura Saúde	7,5

		Inclusão social Justiça Água e saneamento Gestão do Setor Público e Boa Governança Educação e formação	
10383 - Escolas de Referência de Timor-Leste - Centros de Formação	Portugal	Educação e formação	6.2
Salvaguardar as comunidades rurais e os seus bens físicos de desastres induzidos pelo clima em Timor-Leste.	PNUD	Educação e formação	5.7
Parceria para o Fortalecimento do Desenvolvimento das Aldeias e da Administração Municipal (PARTISIPA, antigo PND-SP)	Austrália	Segurança	5.2
Uma parceria para a Prosperidade Inclusiva / Parceria ba Prosperidade Inkluzivu (PROSIVU)	Austrália	Educação e formação	5.1
Programa Nacional de TB (NTP) e Sistemas Resilientes e Sustentáveis para a Saúde (RSSH)	Fundo Global	Desenvolvimento Rural	4,8
Timor-Leste: Projeto de Melhoria da Produtividade da Agricultura Sustentável (SAPIP)	Banco Mundial	Educação e formação	4,5
Projeto de Sustentabilidade do Sistema de Saúde	VOÇÊ DISSE	Educação e formação	3.8

Fonte: Direção Geral de Mobilização de Recursos Externos, Ministério das Finanças, setembro 2022.

Análise de Sustentabilidade Orçamental

3.107. Conforme estabelecido na Declaração Pré-Orçamental⁴, ao longo da última década, a maior parte da despesa pública foi financiada pelo Fundo Petrolífero⁵. Isto significa que a sustentabilidade orçamental está intimamente ligada à longevidade do Fundo Petrolífero.

3.108. Nesta secção estimamos o tempo de vida do Fundo Petrolífero de acordo com a tendência de despesa atual.

3.109. Sem reformas fiscais ou nova fonte de Recursos Petrolíferos, o Fundo Petrolífero deverá esgotar-se totalmente até ao final de 2034.

3.110. É importante notar que esta previsão não inclui quaisquer consequências económicas negativas de quando o saldo do Fundo Petrolífero se aproximar do esgotamento. É altamente provável que, à medida que o Fundo Petrolífero esteja perto de esgotar-se totalmente, a queda associada nas despesas do Governo também possa levar a um colapso nas despesas do consumidor e do sector privado. Isso provavelmente causaria uma desaceleração económica que poderia causar uma queda nas receitas domésticas e, portanto, ter um impacto ainda maior na

⁴ Declaração Pré-Orçamental do Ministério das Finanças 2023, https://assets.ctfassets.net/60pzqxyjaawg/6Ks1mXDBwdtD193M7N0JQp/7242c550152f5a7a386c579c46ccdf0f/The_Pre-Budget_Statement_2023.pdf

⁵ As retiradas do Fundo Petrolífero atingiram uma média de mais de mil milhões de US dólares na última década, enquanto as receitas domésticas ainda não ultrapassaram os 200 milhões de US dólares por ano.

sustentabilidade orçamental.

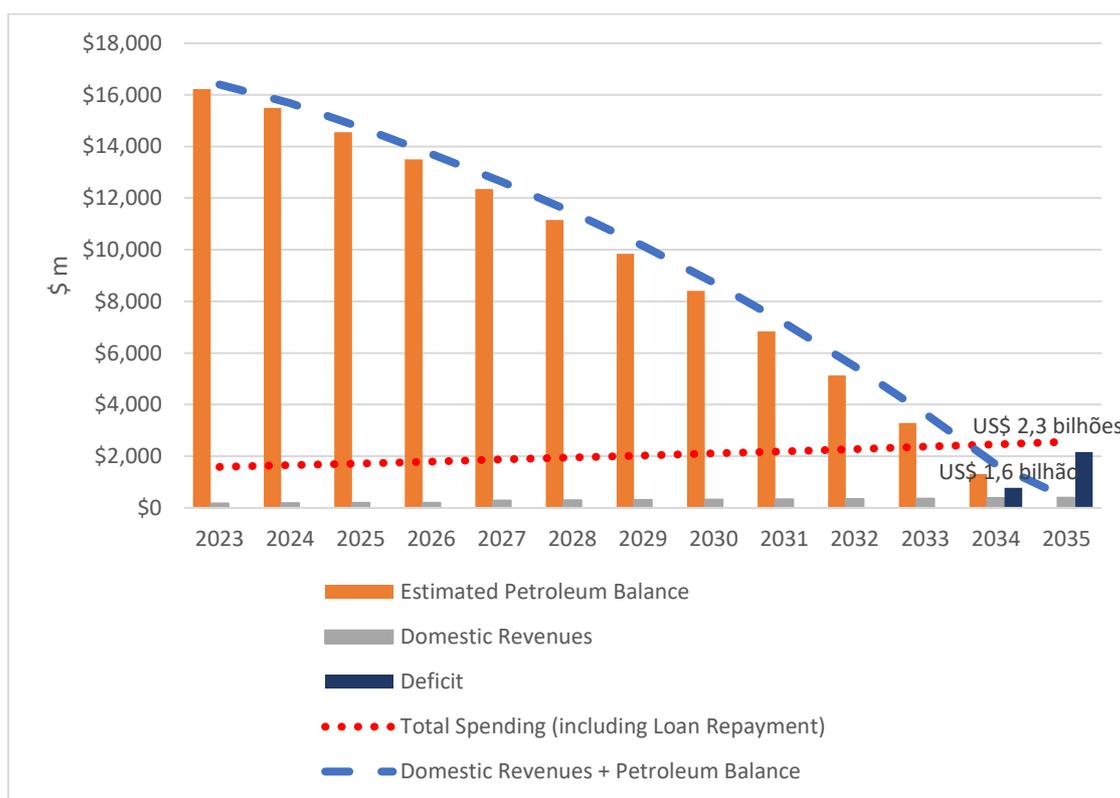
3.111. Mais detalhes sobre o modelo, incluindo uma explicação dos dados utilizados e suposições feitas, estão disponíveis no Anexo Metodológico.

3.112. A figura abaixo prevê a vida do Fundo Petrolífero na atual trajetória de despesa. A linha pontilhada azul mostra as receitas totais disponíveis (esta é a soma do saldo petrolífero e das receitas domésticas e exclui os fundos resultantes de novos empréstimos ou de parceiros de desenvolvimento⁶). A linha pontilhada vermelha mostra as despesas totais. As grandes barras laranjas mostram o valor do Fundo Petrolífero que deverá esgotar-se totalmente até ao final de 2034.

3.113. Este cenário considera o teto do Orçamento Geral do Estado para 2023 definido nas GOP e assume que, além disso, as despesas continuarão a aumentar em linha com a inflação de longo prazo e o crescimento populacional (ou seja, um crescimento nominal de 4% ao ano).

3.114. Nesse cenário, até 2034, o país corre o risco de enfrentar um precipício orçamental, com as despesas prevista provavelmente a excederem as receitas totais em cerca de US\$1,6 mil milhões. Isso significa que, de acordo com os planos de despesa atuais, em 2034 o Governo teria de cortar a despesa em 60% e em mais 80% no ano seguinte. De referir que o Fundo Petrolífero poderá esgotar-se mais cedo do que o projetado por este cenário se as despesas aumentarem para além de 4% ao ano.

Figura 14: Saldo Estimado do Fundo Petrolífero sob a Tendência Atual, US\$ milhões



Fonte: Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças, setembro de 2022

3.115. Sob a atual trajetória da despesa, existe o risco de se atingir um precipício orçamental em 2034, quando cerca de US\$1,6 mil milhões em cortes da despesa

⁶ Novos Empréstimos e Apoio Orçamentário Direto não são incluídos na análise devido à incerteza. Devido à sua pequena escala, eles teriam pouco impacto nos resultados gerais.

podem ser necessários. Isso resultaria num grande choque no PIB, provavelmente resultando em grandes aumentos no desemprego e grandes quedas no rendimento, na prestação de serviços públicos e, em última análise, nos padrões de vida.

3.116.Essa eventualidade também tem implicações na capacidade do país de continuar a importar bens na mesma escala e na circulação interna de moeda. O país é atualmente capaz de sustentar uma economia dolarizada, uma vez que as receitas do Fundo Petrolífero garantem um fornecimento regular de US dólares. Um grande déficit comercial não petrolífero (projetado para ser superior a US\$900 milhões em 2022) só é possível com uma economia dolarizada porque as entradas de US dólares do Fundo Petrolífero podem substituir a grande saída de US dólares que são gastos em importações.

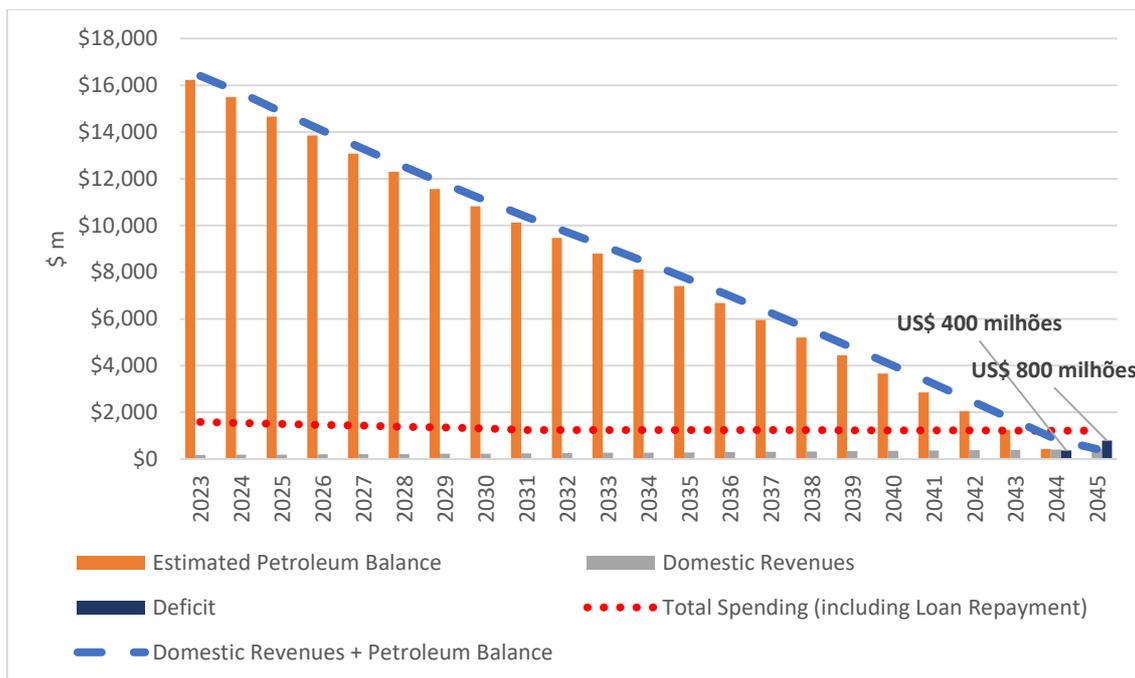
3.117.Se uma alternativa monetária não estiver em vigor muito antes do ponto em que o Fundo Petrolífero se esgote, os défices comerciais persistentes podem desencadear uma crise de liquidez. Sem a utilização das entradas de divisas do Fundo Petrolífero para financiar a saída de US dólares das despesas com importações, os indivíduos e as empresas podem ficar sem a moeda necessária para financiar as transações do dia-a-dia.

3.118.O prolongamento da vida útil do Fundo Petrolífero permitiria ao país ter mais tempo para construir fontes alternativas de receitas domésticas e preparar-se para a eventual implementação de uma nova moeda.

3.119.Abaixo apresenta-se um cenário em que o governo reduz gradualmente os gastos para níveis anteriores à pandemia da COVID-19. O resultado seria permitir ao país ter uma década extra em que pode continuar a depender dos levantamentos do Fundo Petrolífero.

3.120.No gráfico abaixo, modelamos o impacto de uma redução gradual nos gastos para US\$1,2 mil milhões, seguida de um congelamento de gastos nesse nível. Neste cenário, o governo reduz as despesas nominais (excluindo despesas financiadas por empréstimos ou por parceiros de desenvolvimento) em 3% ao ano até atingir 1,2 mil milhões por volta de 2031. Fixar as despesas em US\$1,2 mil milhões nessa altura significaria que o Fundo Petrolífero não se esgotaria até 2045. Nessa altura, prevê-se que as Receitas Domésticas cheguem perto dos US\$600 milhões em vez dos menos de US\$400 milhões se o fundo se esgotar até o final de 2034.

Figura 15: Saldo estimado de petróleo com cortes moderados de gastos, US\$ milhões



Fonte: Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças, setembro de 2022

3.121. Se, além dos cortes moderados de gastos modelados acima, o governo conseguir aumentar as receitas domésticas, o Fundo Petrolífero pode durar ainda mais.

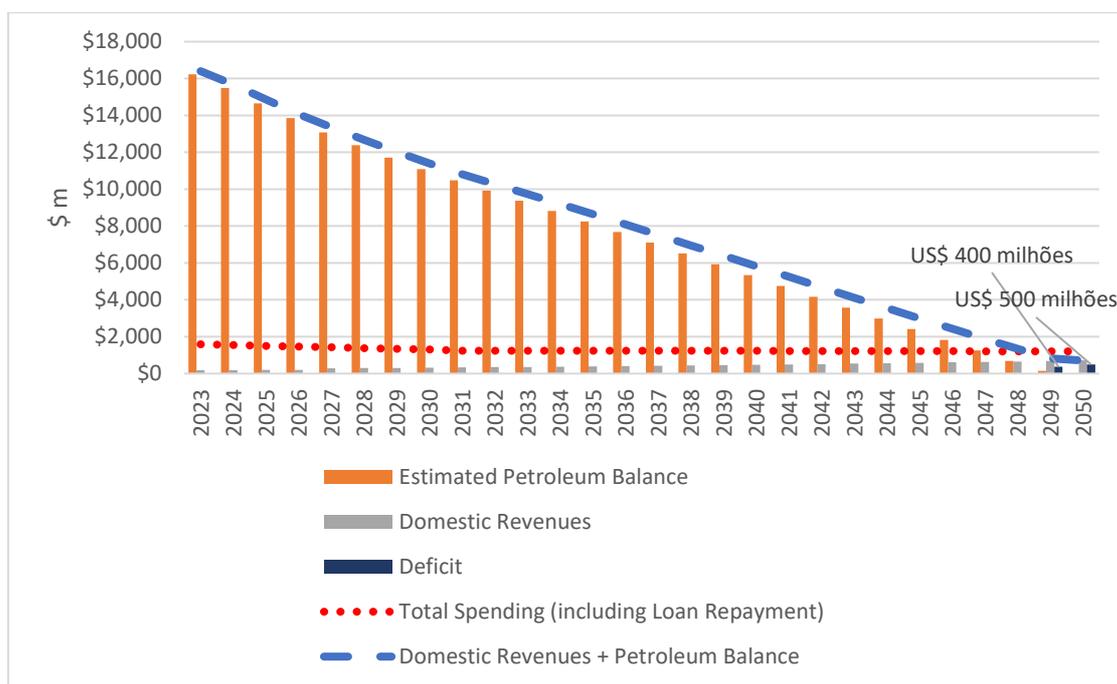
3.122. Usando o Modelo de Sustentabilidade Fiscal, demonstramos que se forem implementados cortes graduais da despesa (como mostrado no cenário acima) juntamente com a implementação do IVA e impostos sobre propriedade até 2027, o Fundo Petrolífero pode durar até o final de 2049. Além disso, neste cenário quando o fundo se esgotar, a diferença entre a despesa e as receitas disponíveis será reduzida para menos de US\$500 milhões.

3.123. O cenário é apresentado na figura abaixo. Assim como no cenário anterior apresentado, aqui assumimos que o governo reduz a despesa (excluindo novos empréstimos e despesa financiada por parceiros de desenvolvimento) em 3% ao ano até que atinja US\$1,2 mil milhões, momento em que o valor da despesa é congelado.

3.124. Aqui também assumimos que o Governo implementa o IVA e os impostos sobre a propriedade até 2027. As estimativas preliminares da DNPE do Ministério das Finanças sugerem que estes impostos podem trazer receitas domésticas para cerca de US\$285 milhões até 2027.

3.125. Neste cenário, quando o Fundo Petrolífero se esgotar, as receitas domésticas poderão financiar US\$740 milhões em despesas. No entanto, este número pode ser maior se os anos extras de receitas petrolíferas forem usados para diversificar com sucesso a economia e alcançar um maior crescimento das receitas.

Figura 16: Saldo petrolífero estimado com cortes moderados de gastos e a introdução de IVA e IPTU, US\$ milhões



Fonte: Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças, setembro de 2022

Preparação para o fim do Fundo Petrolífero

3.126. Acima apresentamos os resultados do nosso modelo económico onde mostramos como cortes graduais nas despesas e a implementação de alguns novos impostos podem melhorar a sustentabilidade orçamental.

3.127. Uma estratégia complementar é buscar fontes alternativas de receita. Além da introdução de novos impostos, como o IVA e os impostos sobre a propriedade, tal também pode incluir reformas que ampliem a base tributária, como medidas que ajudem a formalizar a economia. O Governo também pode procurar aumentar as receitas dos impostos existentes, introduzindo taxas de imposto mais altas para empresas maiores ou para aquelas que obtêm lucros mais elevados.

3.128. Priorizar medidas para diversificar a economia, como as medidas aprovadas nas GOP e explicadas neste Relatório, também podem impulsionar o crescimento do PIB. Isso pode, portanto, levar a novos aumentos nas receitas domésticas (aumentando rendimento pessoal e empresarial) e ajudar a evitar um precipício orçamental. A diversificação económica também pode ampliar as oportunidades de investimento do setor privado e, portanto, reduzir a necessidade de investimentos governamentais.

3.129. Por fim, o governo também pode reduzir o número de levantamentos em excesso por meio de financiamento através de instrumentos de dívida pública sustentável para investimentos de longo prazo. A relação dívida/PIB em agosto de 2022 é de pouco menos de 16%, um dos níveis mais baixos do mundo. Isso significa que há algum escopo (embora limitado) para aumentar o financiamento através de dívida e continuar a contrair empréstimos em níveis sustentáveis se os empréstimos forem usados para investimentos a longo prazo.

Declaração de Riscos Orçamentais e Passivos Contingentes

3.130. Os riscos orçamentais são fatores que podem fazer com que os resultados orçamentais se desviem das expectativas ou previsões.

3.131. Os riscos orçamentais podem surgir de choques macroeconómicos ou da realização de passivos contingentes - ou seja, obrigações desencadeadas por um evento inesperado ou cuja realização durante o exercício seja incerta.

3.132. Passivos contingentes são um dos tipos de risco orçamentais, os quais são obrigações de realização de uma despesa pública, mas que não se materializam a menos que um evento específico ocorra no futuro para desencadeá-los.

3.133. No caso de Timor-Leste, isto pode levar a levantamentos excessivos do Fundo Petrolífero, acelerando o seu esgotamento, e é prejudicial para a sustentabilidade orçamental e a estabilidade macroeconómica. Os países com instituições mais fortes podem controlar e gerir melhor os riscos subjacentes, de modo a estarem menos expostos ao desencadear passivos contingentes.

3.134. A avaliação PEFA de Timor-Leste de 2019 destacou algumas áreas de possível melhoria em relação à produção de um Relatório do Risco Orçamental de Timor-Leste e da Divulgação de Passivos Contingentes.

3.135. O Governo está empenhado em melhorar a divulgação, análise e gestão dos Riscos Orçamentais e Passivos Contingentes.

3.136. O Livro Orçamental 1 da proposta de Orçamento Geral do Estado para 2022 incluiu pela primeira vez uma declaração sobre Passivos Contingentes, e a Lei n.º 9/2011, de 17 de agosto, Orgânica da Câmara de Contas do Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas já exige a "*Divulgação das responsabilidades diretas, decorrentes da assunção de passivos ou do recurso ao crédito público, ou indiretas, designadamente a concessão de avales*" [Artigo 29.º, n.º 1, alínea f) e g)].

3.137. No entanto, com a aprovação da LEO é agora necessário que o projeto de relatório orçamental apresente uma análise dos riscos orçamentais e a divulgação dos passivos contingentes do Setor Público Administrativo.

3.138. Para além deste requisito legal, Timor-Leste também se comprometeu com o "Desenvolvimento de uma Declaração de Riscos Orçamentais e uma Estratégia de Gestão de Risco" no âmbito da Estratégia de Reforma da Finanças Públicas 2022-2027.

3.139. De acordo com o FMI, as melhores práticas internacionais de gestão de risco orçamental e passivos contingentes envolvem uma compreensão mais completa dos riscos potenciais, medidas para quantificar riscos e medidas para mitigar ou provisionar riscos.

3.140. Uma vez que Timor-Leste está a dar os primeiros passos nesta matéria, esta declaração descreve o empenho em cumprir os seus compromissos para uma melhor gestão e comunicação dos riscos orçamentais.

3.141. Abaixo é apresentada uma visão geral do plano de ação de Timor-Leste para melhor gerir os riscos orçamentais e passivos contingentes, sendo esta declaração o primeiro passo:

1. Divulgação: delineando os riscos explícitos e potenciais e o compromisso de geri-los.
2. Recolha: dados de entidades orçamentais e empresas públicas sobre os riscos específicos.

3. Análise: de concentração e correlação de riscos.
4. Gerir, mitigar e monitorizar: tomar medidas para gerir os riscos existentes e evitar que aumentem; provisão para contingências; monitorizar estabilidade ou mudanças no risco.

Passivos Contingentes Explícitos reconhecidos por Lei ou Contrato

3.142. O contencioso judicial é uma importante fonte de passivos contingentes e o custo para o Estado depende do resultado dos processos pendentes.

3.143. Abaixo são apresentados os atuais processos de contencioso em que o Estado é parte e seu custo potencial máximo se o caso for decidido a favor da contraparte.

- Prosafe Rigs Ltd: Processo judicial nos tribunais timorenses relacionado com a liquidação do imposto do rendimento 2004, com uma responsabilidade máxima de US\$1.156.826,91
- Eastlog Projects Limited: Processo de litígio no Tribunal Arbitral de Hong Kong relacionado com a alegada violação do contrato de construção da Base de Fornecimento de Suai, com uma responsabilidade máxima de US\$5.305.338,08.
- Caso Lighthouse: Caso judicial no Tribunal Supremo de Victoria na Austrália relacionado com a aquisição de geradores para a Central de Hera, com uma responsabilidade máxima de cerca de US\$ 1.000.000.

3.144. Para cobrir passivos contingentes derivados de sentenças e decisões legais, uma dotação de US\$2.000.000 está incluída na Dotação Geral do Estado. Está prevista uma dotação adicional para honorários no montante de US\$ 1.500.000.

3.145. O Esquema de Garantia para Pequenas e Médias Empresas (PME) é uma iniciativa de apoio ao arranque de empresas, através da qual uma garantia governamental cobre até 70% do valor do empréstimo empresarial às PME, de forma a incentivar o desenvolvimento do setor privado no país, com um orçamento total de US\$4 milhões. O Banco Central de Timor-Leste trabalha com bancos privados para compartilhar e gerir os riscos. O tamanho máximo da garantia individual é de US\$150.000, no entanto, o custo total já está 100% orçamentado, portanto, não representa risco adicional se os empréstimos entrarem em incumprimento.

3.146. A “Facilidade Garantia Crédito Suave” é um sistema de garantia de empréstimos para conceder empréstimos a juros baixos a empresas e particulares. Os empréstimos são concedidos por instituições financeiras que celebram um contrato com o Governo para conceder empréstimos a juros baixos e que são garantidos pelo Governo. O esquema teve um orçamento inicial de US\$1.379.990, mas foi reforçado com US\$50.000.000 pela Lei n.º 6/2022, Primeira alteração ao Orçamento Geral do Estado para 2022. No entanto, este esquema também está 100% orçamentado, por isso não representa nenhum risco adicional se os empréstimos entrarem em incumprimento.

Parcerias Público Privadas (PPPs)

3.147. Os contratos de parcerias público-privadas geralmente envolvem algum tipo de passivo contingente para o governo. Estes podem ser garantias ou indemnizações sobre variáveis de risco específicas, com um acordo para o Governo compensar a parte privada pela perda de receita caso ocorra um risco específico que seja diferente do nível especificado no contrato. O risco associado é, portanto, compartilhado entre o Governo e o setor privado.

3.148. Em 2023 o governo de Timor-Leste terá em implementação duas PPPs: o Porto de Tibar que deverá terminar a construção no final de 2022 e o projeto de

Diagnóstico Médico. Os passivos contingentes associados ao Porto de Tibar referem-se a flutuações cambiais, ocorrências de Força Maior ou caso fortuito, ou seja, eventos pelos quais nenhuma parte pode ser responsabilizada, circunstâncias políticas imprevistas e acordos relacionados a diferentes eventos de termo do contrato.

3.149.A duração de cada passivo contingente específico é diferente e alguns extinguem-se no final da fase de construção. As responsabilidades contingentes para o Governo de Timor-Leste relacionadas com o projeto de Diagnóstico Médico referem-se aos pagamentos obrigatórios em diferentes eventos termo do contrato. O passivo incluirá a liquidação da dívida em aberto mais o investimento de capital, dependendo do tipo de evento. Mais informações são apresentadas nos Elementos Informativos.

Passivos Contingentes Implícitos

3.150.Além dos passivos contingentes explícitos mencionados acima, o Governo também deve considerar os passivos contingentes implícitos. São passivos contingentes onde não há obrigação legal de intervenção do Governo, mas esta pode ser necessária para proteger o bem-estar económico dos cidadãos.

3.151.Tais passivos contingentes em Timor-Leste são suscetíveis de ocorrer em resultado de crises ambientais, sociais ou económicas. Qualquer crise desse tipo que leve à perda de meios de subsistência por danos, deslocamento ou desemprego ou outras dificuldades económicas pode levar a custos inesperados.

3.152.Esses custos surgiriam se o Governo interviesse por meio de esquemas de assistência social e pacotes de estímulo económico. Abaixo, descrevemos alguns desses passivos contingentes e explicamos como o Governo pode mitigá-los.

3.153.Os desastres naturais são um dos principais riscos enfrentados por Timor-Leste. O país está situado perto do chamado “Anel de Fogo do Pacífico”, uma área que tem alguma da atividade sísmica e vulcânica mais volátil do mundo. Com o aumento das mudanças climáticas, o país também corre maior risco de inundações e ciclones.

3.154.A análise dos dados de execução orçamental mostra que Timor-Leste gastou uma média de US\$4,2 milhões por ano em despesas relacionadas com desastres naturais desde 2019, tendo atingido o pico em 2021, quando o Governo foi obrigado a gastar US\$6,2 milhões, em resultado do ciclone Seroja.

3.155.Choques Económicos Externos são outra fonte de Passivos Contingentes implícitos.

3.156.Conforme demonstrado pela crise da COVID-19, uma crise de saúde pública e económica também pode ser uma fonte importante de riscos orçamentais para Timor-Leste. Embora as pandemias sejam eventos pouco frequentes, enquanto pequena economia aberta que depende fortemente de importações, Timor-Leste está altamente exposto a eventos económicos noutros países.

3.157.Um exemplo recente disso foi apresentado na secção Panorama Macroeconómico deste relatório, onde explicamos como a guerra na Ucrânia e o subsequente impacto no comércio internacional contribuíram para o aumento da inflação em Timor-Leste.

3.158.Desde a independência a crise de saúde pública do COVID-19 foi o maior choque externo a atingir a economia timorense. A crise teve o maior impacto na despesa pública em 2021, durante o qual o Governo gastou US\$201 milhões em medidas para proteger os cidadãos dos impactos económicos e de saúde da COVID-19.

3.159.As crises políticas também têm sido uma fonte de riscos orçamentais nos últimos anos.

3.160.Os atrasos na aprovação do Orçamento Geral do Estado em 2017, 2018 e 2020 contribuíram para um crescimento económico negativo nesses anos. O crescimento económico negativo pode significar que há uma queda geral no rendimento das empresas e indivíduos. No curto prazo, isso leva a menores receitas fiscais. No longo prazo, atrasa o progresso na diversificação económica que é necessária para ajudar o país a garantir sua sustentabilidade orçamental de longo prazo.

3.161.Alguns passivos contingentes que representam grandes riscos orçamentais noutros países têm menor probabilidade de se concretizarem em Timor.

3.162.Muitos países em desenvolvimento estão expostos a riscos devido a movimentos voláteis das taxas de câmbio. Uma vez que Timor-Leste usa o US dólar, que está entre as moedas mais estáveis do mundo, tais riscos são menos prováveis (embora não completamente imprevisíveis).

3.163.No entanto, note-se que Timor-Leste só consegue manter um fornecimento regular de US dólares em resultado do Fundo Petrolífero. Isso significa que isto pode-se transformar num risco maior na próxima década, conforme explicado na secção Sustentabilidade Orçamental deste relatório.

3.164.Dada a infância do sistema bancário, e o facto de vários dos bancos que operam em Timor-Leste serem empresas públicas nos seus respetivos países e estarem sujeitos a credores de última instância estrangeiros, há também menor risco de ocorrência de uma crise financeira doméstica em Timor-Leste em comparação com outros países de baixo ou médio rendimento.

3.165.Da mesma forma, a relação dívida/PIB (aproximadamente 13% em 2021) permanece relativamente baixa, o que significa que há um baixo risco de crise da dívida.

3.166.Um passivo contingente exclusivo de Timor-Leste é o risco para as Receitas do Fundo Petrolífero decorrente da volatilidade nos mercados financeiros.

3.167.Os fatores que afetariam o desempenho do Fundo Petrolífero podem ser considerados como passivos contingentes, pois as perdas na carteira de investimentos do Fundo podem levar ao esgotamento do Fundo antes do previsto. Conforme descrito anteriormente, isso significaria maior exposição a riscos orçamentais.

3.168.As quedas em ações e títulos este ano – a receita de investimentos do ano até junho foi negativa em US\$1,9 mil milhões – demonstra o risco de mercado na carteira de investimentos do Fundo. Com uma estratégia de investimento de longo prazo, o Fundo foi capaz, até agora, de resistir à volatilidade do mercado.

3.169.No entanto, o horizonte de investimento do Fundo tem-se encurtado dado que as receitas do campo do Bayu-Undan estão a terminar e espera-se que as despesas e levantamentos sigam a tendência atual. Não se espera que os retornos do investimento sejam suficientes no futuro para preencher essa lacuna.

3.170.Para ajustar a expectativa de esgotamento do Fundo, foi criada em 2021 uma carteira de liquidez de investimentos de baixo risco para financiar os levantamentos nos próximos três anos. Isso dá alguma proteção contra ser a necessidade de se vender ações e títulos após uma queda no mercado, mas é menos eficaz quando os levantamentos excedem significativamente as projeções. Além disso, um período prolongado de fraco desempenho do investimento reduziria ainda mais a vida esperada do Fundo.

3.171. Além dos mercados financeiros, o Fundo está exposto ao futuro do projeto *Greater Sunrise*. Em 2019, o Governo decidiu que o Fundo Petrolífero emprestaria US\$650 milhões à Timor Gap, E.P., e às suas subsidiárias para financiar a aquisição de participações no projeto de desenvolvimento do *Greater Sunrise*.

3.172. Estes empréstimos são avaliados de forma independente todos os anos para as demonstrações financeiras auditadas do Fundo. Os reembolsos dos empréstimos estão vinculados às receitas da Timor Gap, E.P., com o projeto petrolífero, o que significa que o Fundo está exposto ao sucesso do projeto.

3.173. Dependendo da forma como o FCLN recém-criado é gerido, pode haver um aumento ou diminuição do risco para o Fundo Petrolífero. O FCLN deve ser autossustentável. Ou seja, a despesa do Fundo com apoios aos veteranos deve ser financiada com o rendimento dos investimentos do Fundo. Isso reduziria o risco de levantamentos adicionais do Fundo Petrolífero para reforçar o FCLN.

3.174. No entanto, por outro lado, certos passivos contingentes podem levar a perdas no FCLN. Por exemplo, pode haver mais reclamações por parte de veteranos do que as contabilizadas anteriormente; a carteira de investimentos do Fundo também poderá sofrer perdas inesperadas. Nesses casos, o Governo pode enfrentar pressão para utilizar o Fundo Petrolífero para fornecer mais financiamento ao FCLN.

3.175. Para financiar despesas inesperadas derivadas de passivos contingentes e outros riscos fiscais, o governo aloca uma parte do Orçamento de cada ano para financiamento de contingências.

3.176. Para garantir que a Reserva de Contingência tenha dotação suficiente para cobrir as despesas resultantes de eventuais riscos orçamentais, a LEO consagrou um limite mínimo para Reserva de Contingência, cuja dotação deve ascender a um mínimo de 2% da despesa total do Orçamento e um máximo de 5% da despesa total.

3.177. Em 2023, o Governo inscreveu US\$66 milhões na Reserva de Contingência, o que corresponde a 2,09% do total da despesa do Orçamento Geral do Estado.

3.178. Num ano orçamental típico, onde não há crise política ou económica, a maior fonte de passivos contingentes provavelmente surgirá de desastres naturais. Conforme explicado anteriormente, um grande exemplo disso foi em 2021, quando US\$6,2 milhões foram gastos, principalmente como resultado de inundações causadas pelo ciclone Seroja.

3.179. Um grande choque económico pode exigir que o governo intervenha com níveis muito mais altos de apoio económico. Se tal resposta exigir níveis de despesa que vão além da Reserva de Contingência, o Governo pode contar com levantamentos do Fundo Petrolífero. No entanto, isso tem um custo, pois retiradas imprevistas regulares do Fundo Petrolífero significarão que o fundo se esgotará mais cedo do que o previsto.

3.180. No entanto, isso também demonstra a importância de garantir que a política orçamental possa maximizar a longevidade do Fundo Petrolífero. De acordo com a atual tendência de despesas, prevê-se que o Fundo Petrolífero se esgote até ao final de 2034. Isto significa que pelo menos até 2033, o Governo pode contar com uma fonte adicional de receitas se os riscos orçamentais se materializarem para além de quaisquer fundos de contingência.

3.181. Além disso, se o Fundo Petrolífero se esgotar antes que as receitas internas sejam suficientemente altas para apoiar o financiamento de contingências, os passivos contingentes podem passar a representar maiores riscos orçamentais.

Anexo Metodológico

Metodologia do Modelo de Sustentabilidade Orçamental

O Ministério das Finanças realiza uma análise de sustentabilidade orçamental para o teto definido em cada ciclo orçamental. Usando modelação, o impacto na sustentabilidade a longo prazo de Timor-Leste do teto orçamental selecionado pode ser estimado, especificamente o saldo global do Fundo Petrolífero.

Para produzir a análise, precisamos de projetar as despesas, as receitas domésticas e o desempenho do Fundo Petrolífero. Abaixo, resumimos os principais dados e suposições do modelo que são usados para alcançar isso.

Dados reais

Despesas – O modelo usa os últimos números de despesas planeadas, conforme estabelecido pelas GOP 2023. Aplicamos uma taxa de execução nas despesas que é consistente com o modelo do PIB e com base nas taxas históricas de execução dos projetos do governo.

Dados do Fundo Petrolífero – O modelo utiliza dados do Fundo Petrolífero a partir de setembro de 2022. Inclui o saldo do Fundo Petrolífero, informações sobre a divisão de ativos do Fundo Petrolífero e informações mais recentes sobre levantamentos e Rendimento Sustentável Estimado.

Dados de Empréstimos – O modelo considera os compromissos de dívida existentes em Timor através dos dados sobre empréstimos do Ministério das Finanças.

Suposições/projeções

Devido à incerteza de variáveis futuras no modelo, por exemplo, o valor dos Orçamentos de anos futuros, o modelo usa algumas premissas.

Receitas domésticas: A menos que especificamente indicado para um cenário individual, o modelo prevê que entre 2022 e 2027 as receitas domésticas aumentarão de acordo com as previsões da DNPE do Ministério das Finanças, conforme publicado nas GOP 2023. Detalhes sobre como essas previsões foram produzidos estão disponíveis na seção de receitas deste anexo.

Para além de 2027, presume-se que as receitas domésticas aumentarão de acordo com as previsões de inflação de longo prazo e crescimento populacional ⁷.

Taxa de Retorno do Investimento do Fundo Petrolífero (ROI) - O modelo também utiliza pressupostos atualizados sobre a taxa de retorno estimada do Fundo Petrolífero do Gabinete de Política e Gestão do Fundo Petrolífero do Ministério das Finanças. O Fundo Petrolífero está segmentado em duas carteiras, uma de crescimento e outra de liquidez. Em setembro de 2022, assumimos que a carteira de crescimento tem um ROI de 4,1%, enquanto a carteira de liquidez tem um ROI de 2,5%. Presume-se que a carteira de liquidez do Fundo seja suficiente para financiar três anos de levantamentos. Para modelar isso, assumimos que a carteira de liquidez a cada ano é três vezes o valor da retirada.

Novos Empréstimos e Apoio Orçamental Direto - O modelo não leva em conta a receita de novos empréstimos ou apoio orçamental direto, pois esses fluxos de receita são altamente imprevisíveis. Uma vez que o apoio orçamental direto é uma parte muito pequena do Orçamento, não é provável que tenha qualquer impacto nos resultados. Dado o baixo rácio da dívida em relação ao PIB, algum nível de endividamento poderia substituir os levantamentos do Fundo Petrolífero, no entanto

⁷ Assume-se que o crescimento populacional de longo prazo é de 2% A inflação de longo prazo também é de 2%

os reembolsos também criam compromissos de gastos futuros, pelo que também são limitados.

Método de previsão da receita doméstica

As previsões de receita são produzidas usando um dos métodos descritos abaixo:

Idealmente, as previsões dos serviços públicos que realizam a cobrança são usadas quando são razoáveis e justificáveis.

Se o processo acima não for viável, projetamos receitas de acordo com as tendências históricas, desde que essas tendências sejam consistentes e um indicador confiável de desempenho futuro. Se informações confiáveis não estiverem disponíveis para determinar isso, ou se as tendências passadas forem altamente voláteis, assumimos que as receitas domésticas crescem em linha com o crescimento económico.

Se as opções acima não forem viáveis ou justificáveis, assume-se um crescimento por regra de 4%, conforme recomendado pelo FMI (relacionado com a inflação de longo prazo e o crescimento populacional).

Previsão do PIB

Tabela 24: Variações nas Contas Nacionais históricas /preliminares/valores previstos em %

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
BB1 2022 (janeiro de 2021)	-8,6	1,6	2,7	2,8				
GOP 2023 (maio de 2022)	-8,6	1,5	2,9	3,1	3,4	3,5	3,1	3,0
PBS 2023 (julho de 2022)	-8,6	1,5	2,7	3,2	3,4	3,5	3,4	3,5
BR 2023 (setembro de 2022)	-8,3	2,9	3,3	3,5	3,6	3,5	3,4	3,6

Fonte: Ministério das Finanças, setembro 2022.

As previsões ou projeções económicas visam prever as taxas de crescimento anual do PIB e dados macroeconómicos de alto nível. Fazer previsões sobre as variáveis macroeconómicas no futuro é importante para ajudar governos e empresas a tomar decisões sobre políticas, planeamento e investimentos.

No entanto, é importante entender que, para fazer essas previsões, devemos fazer algumas suposições sobre as condições futuras. Portanto, todas as projeções sempre incluem um elemento de incerteza. Para informar as previsões, usamos alguns indicadores ou equivalentes para estimar as tendências de determinados setores da economia.

Para prever o PIB, a DNPE usa dados históricos das Contas Nacionais para analisar tendências históricas em diferentes componentes do PIB, por exemplo, consumo, investimento, etc., até o final do ano. Para os próximos anos, também usamos análises de tendências históricas e informações sobre a calendarização de futuros projetos de PPP e previsão de tetos orçamentais.

Quando não há dados disponíveis, algumas suposições devem ser feitas.

Quando há dados, os números podem ser preliminares ou finais. É por isso que os números das Contas Nacionais também podem mudar ao longo do tempo. A mudança mais significativa foi que o PIB de 2021 aumentou do valor preliminar de abril de 1,5% para 2,9% em setembro.

Isto deveu-se à disponibilização de novas informações sobre as Despesas dos Parceiros de Desenvolvimento e o Inquérito às Atividades Empresariais (BAS) que não estavam disponíveis no início do ano.

Muitas vezes há um atraso na atualização das Contas Nacionais quando os Parceiros de Desenvolvimento apresentam as suas despesas e o BAS tem mais informações positivas sobre a atividade de negócios do que o esperado anteriormente. Além disso, o PIB final das Contas Nacionais de 2020 também foi revisto de -8,6% para -8,3%. Isso se deveu à produção de café acima do esperado e a um ajuste nos deflatores.

As projeções futuras são agora um pouco mais positivas para refletir essas mudanças passadas. As principais incertezas na previsão vêm das importações e da execução orçamentária do governo.

Se a despesa pública for particularmente dependente das importações, o que significa que grande parte da nova despesa vai para bens e serviços de fora de Timor-Leste, as previsões do PIB para os próximos anos podem ser reduzidas para baixo, uma vez que as importações têm um efeito negativo no PIB final.

Em 2023 haverá eleições parlamentares. As previsões anteriores pressupõem uma transição suave do VIII para o IX Governo Constitucional. No entanto, a transição pode causar atrasos na implementação de projetos governamentais planejados e podem levar a uma execução abaixo do esperado.

Além disso, se houver uma grande mudança nas taxas de execução, isso pode ter um impacto perceptível na economia, especialmente porque o Orçamento Geral do Estado representa uma grande parte do PIB de Timor-Leste.

As taxas de execução diferem todos os anos por diferentes razões e dependem da capacidade de absorção da economia de Timor-Leste. A capacidade de absorção significa a capacidade que os ministérios têm para executar os projetos que são financiados pelo Orçamento Geral do Estado, caso tenham financiamento disponível.

Por exemplo, mesmo que a despesa prevista no Orçamento tenha aumentado, os ministérios podem não ter capacidade de executar projetos suficientes para gastar todo esse dinheiro.

Como em todas as previsões, quanto mais tempo e dados precisos se tem, menos suposições devemos fazer e mais nos aproximamos do valor real.

Finalmente, todas as instituições usam diferentes premissas ou fontes de dados ao realizarem as suas previsões e, portanto, muitas vezes há diferenças nas projeções entre as instituições. Muitas vezes, o Ministério das Finanças terá informações mais atualizadas relacionadas com a despesa pública do que outras instituições, o que justifica as diferenças existentes entre as previsões do Ministério das Finanças e de

outras instituições, como é o caso do FMI, Banco Mundial, Banco Asiático de Desenvolvimento ou o Banco Central de Timor-Leste.

Tabela 25: Previsões de crescimento do PIB de diferentes instituições em %

Instituição	2022	2023	2024	2025	2026	2027
MOF (DNPE)	3,3	3,5	3,6	3,5	3,4	3,6
FMI	2,0	3,6	2,6	2,4	2,4	3,0
Banco Mundial	3,0	3,0	3,0			
BAD	2,3	3,0				
Banco Central Timor-Leste	5,8	2,0				

Fonte: Ministério das Finanças, FMI, Banco Mundial, BD, BCTL, setembro 2022

Fundo dos Combatentes da Libertação Nacional

A Lei n.º 6/2022, Primeira alteração ao Orçamento Geral do Estado para 2022, aprovou um levantamento adicional de mil milhões de US dólares do Fundo Petrolífero para criar o Fundo dos Combatentes da Libertação Nacional.

O Fundo visa ser autossustentável, com os rendimentos dos investimentos do Fundo a serem utilizados para financiar gastos com os veteranos.

No entanto, uma vez que o Fundo faz parte do Orçamento Geral do Estado, ao contrário do que acontece com o Fundo Petrolífero que está excluído do Orçamento, as regras contabilísticas determinam que a riqueza total do Fundo deve ser incluída no Orçamento todos os anos, como receita e como despesa. (como já acontece com o Fundo de Reserva da Segurança Social).

Isto não significa que haja qualquer novo levantamento do Fundo Petrolífero todos os anos, ou que o Fundo dos Combatentes da Libertação Nacional esteja a ser gasto, mas apenas que os mil milhões de US dólares de ativos do Fundo investidos em títulos financeiros devem ser orçamentados todos os anos.

Isto decorre do facto de como orçamento de caixa, o Orçamento Geral do Estado só poder contabilizar receitas e despesas, mas não ativos e passivos, pelo que para apresentar os ativos do Setor Público Administrativo no Orçamento Geral do Estado, estes são equiparados a receitas e despesas para efeitos contabilísticos.

